

Carvalhas comemora 80.º aniversário do PCP com sindicalistas

Centenas de dirigentes sindicais e membros de comissões de trabalhadores de todo o País juntaram-se em Almada para comemorar o 80.º aniversário do PCP e encerrar a campanha que o Partido levou a efeito sob o lema «Construir o futuro, com as forças e os direitos do trabalho».

Págs. 5 e 6



Exploração exige luta



XVI edição da Marcha da Rota
junta mais de dez mil em Cádiz

Marchar pela Paz contra o imperialismo

Associações de mulheres

Efectivar direitos

Promover e enquadrar o associativismo de mulheres é o objectivo de um projecto de lei do PCP, hoje submetido a votação, e que estabelece os direitos de actuação e participação das associações.

Pág. 18

Évora – V Assembleia

Preparar o futuro

Intensa actividade marcou a agenda do secretário-geral do PCP. Desde as visitas a Castelo de Paiva e a Vila Real à participação nas assembleias de Organização, como a realizada em Estremoz.

Pág. 6

Associativistas reúnem-se

Colectividades em Congresso

Os principais problemas e desafios do movimento associativo de raiz popular vão estar em discussão a partir de amanhã, em Loures, no 4.º Congresso Nacional das Colectividades.

Pág. 14

Avante!
Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª A, - 1169-161 Lisboa.
Capital social:
15 000 000\$00.
CRC matrícula: 47058.
NIF - 500 090 440

DIRECÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93
E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lúcia Calapez
Margarida Folque

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria
Sérgio Morais

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 923 99 21
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)
PORTUGAL
(Continente e Regiões
Autónomas)
50 números: 9 000\$00
25 números: 4 600\$00
EUROPA
50 números: 23 000\$00
EXTRA-EUROPA
50 números: 33 000\$00

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



PCP pretende chamar à atenção para a situação actual na área da saúde

Resumo

28 Quarta-feira

Estudantes do ensino superior juntam-se frente à Assembleia da República para protestar contra a política educativa do Governo • Xanana Gusmão demite-se do Conselho Nacional de Resistência Timorense • Termina a cimeira da Liga Árabe, onde, por unanimidade, é apoiada a resistência palestina • O subcomandante Marcos não integra o grupo de comandantes Zapatistas que comparecem no Congresso mexicano para discutir a lei sobre direitos e cultura indígena.

29 Quinta-feira

A dívida total dos hospitais à indústria farmacêutica subiu para cerca de 88 milhões de contos • Um cameraman britânico morre, vítima da explosão de um morteiro perto da localidade macedónia de Gracani • Em Maputo, o encontro entre o presidente Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama termina em ruptura por não chegarem a acordo quanto às nomeações dos governadores para as seis províncias.

30 Sexta-feira

Confrontos com soldados israelitas provocam mais seis mortos palestinianos • O governo macedónio afirma que o exército controla as aldeias ocupadas nas últimas semanas pelos rebeldes • No discurso que profere na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, em Genebra, Jacques Chirac, presidente da França, defende a abolição da pena de morte.

31 Sábado

É encerrada a Siderurgia Nacional, em Paio Pires, no Seixal • O Conselho de Ministros da União Europeia, reunido na Suécia, discute o anúncio do presidente americano em abandonar o protocolo de Quioto • José Ramos Horta é o nome adiantado para substituir Xanana Gusmão como representante no Conselho Nacional de Resistência Timorense.

1 Domingo

Em Estremoz, Carlos Carvalhas encerra a 5.ª Assem-

bleia da Organização Regional de Évora do PCP • O Presidente Jorge Sampaio participa na meia maratona de Lisboa • Com o pretexto de António Guterres ter alegadamente divulgado na AR factos processuais em segredo de justiça, Pires de Lima, bastonário da Ordem dos Advogados, diz que o primeiro-ministro tem «um problema de incompetência» • O ex-presidente jugoslavo, Slobodan Milosevic, é preso, a mando do «Ocidente» • É retirado do Douro o primeiro dos três veículos ligeiros afundados na queda da ponte de Entre-os-Rios.

2 Segunda-feira

Em conferência de imprensa com participação de Bernardino Soares, da Comissão Política, o PCP lança «semana da saúde» • O Sindicato de Hotelaria do Norte afirma que o sector de bares e discotecas «funciona quase todo em situação ilegal e o Governo nada faz» • O Tribunal de Contas condena o ex-presidente da Câmara da Nazaré, Luís Monterroso, a devolver à autarquia 1404 contos com juros de mora • O presidente americano, George Bush, pede à China que facilite sem demoras o acesso de responsáveis americanos à tripulação do avião espião obrigado a aterrar na ilha Hainan • Tony Blair, primeiro-ministro britânico, decide adiar um mês as eleições locais • No sul da Faixa de Gaza é morto um militante da organização Jihad Islâmica, num atentado israelita.

3 Terça-feira

Carlos Carvalhas visita Unidade de Saúde Familiar do Pragal • O português Sérgio Alves Fidalgo, raptado em Cabinda há cerca de um ano, é libertado • João Portugal, adjunto do gabinete do Provedor, confirma que a Provedoria da Justiça é favorável às salas de injeção assistida • Continua o braço de ferro entre o Tribunal Penal Internacional e o presidente jugoslavo, Vojislav Kostunica, sobre a extradição de Slobodan Milosevic para Haia • Helicópteros e tanques israelitas bombardeiam três cidades da Faixa de Gaza.

Aconteceu

Polémica na pílula do dia seguinte

A distribuição da pílula do dia seguinte, feita gratuitamente nos centros de saúde, levantou a conservadora indignação da Associação Juntos pela Vida e dos membros da Comissão Nacional Justiça e Paz que denunciaram a situação e adiantaram que irão pedir uma audiência ao Presidente da República onde vão solicitar o veto deste diploma. Em Portugal esta distribuição é feita há mais de um ano, pela Associação de Planeamento Familiar, apesar de a lei só ter sido aprovada pelo Parlamento a 15 de Março e permane-

cer ainda sem ratificação.

A APF aconselhava a «contra-cepção de emergência» para «evitar gravidezes indesejadas» ainda antes do Infarmed autorizar a comercialização do *Tetragynon* e apenas com prescrição médica. Em relação à distribuição gratuita do fármaco, também pelos técnicos da APF, Duarte Vilar adianta que tal procedimento só se verificou depois do Infarmed ter aprovado em Outubro de 2000 a venda livre do *Norlevo*, uma nova PDS com as mesmas características do *Tetragynon*.

Invasão de espaço aéreo

No passado domingo, um avião espião norte-americano entrou no espaço aéreo chinês originando a perseguição por dois caças da força aérea chinesa e, acabando por colidir com um deles.

O caça chinês com o qual o avião espião colidiu despenhou-se em local indeterminado, tendo sido o piloto dado como desaparecido.

O porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros da China, Zhu Bangzao, revelou que a colisão entre os dois aparelhos se deu quando o avião norte-americano se virou inesperadamente para os dois caças a pouco mais de cem qui-

lómetros da ilha de Hainan. No seguimento do embate, o avião espião acabou por aterrar sem autorização no aeroporto de Lingshui, na referida ilha.

O Pentágono já exigiu à China a rápida devolução do aparelho. E o comando norte-americano do Pacífico desmente as declarações chinesas afirmando que o avião acidentado era um aparelho de vigilância electrónica EP-3 da Marinha dos EUA, tendo ficado danificado devido à interceptação dos dois caças chineses. As autoridades dos EUA negaram ainda que o seu avião tenha invadido o espaço aéreo da China.

Novo resgate no Douro

Passado quase um mês sobre a tragédia da ponte de Entre-os-Rios, o primeiro dos três veículos ligeiros que caíram ao rio foi retirado das águas do Douro, no passado domingo, com dois corpos no interior.

As vítimas foram identificadas como sendo Paulo Sérgio, de 21 anos, e Alexandrina, de 23 anos, residentes nas freguesias próximas do local da tragédia.

As autoridades marítimas adiantavam entretanto que iriam continuar com as operações de validação de mais dois ecos, e que iriam utilizar para esta

operação sonares multifeixes, prevendo no entanto algumas

dificuldades devido às condições climáticas que ainda não se encontram estáveis.



Guerra ao PSD/M

Na Madeira, partidos da oposição prevêem uma aliança com vista a derrotar o PSD.

Revendendo estratégias políticas, o CDS/PP concluiu que uma coligação com o PS em todos os concelhos da região constituirá uma força contra o PSD.

José Manuel Rodrigues, líder dos populares, afirma ser possível «um projecto de mudança e de alternativa ao PSD». Quanto ao líder do PS, José António Cardoso, já foi mandatado para iniciar conversações com os outros partidos da oposição.

Enquanto decorrem as conversações entre os partidos, Vicente Jorge Silva, antigo director do *Público*, vê gorada a sua hipótese de liderar uma lista pelo Funchal visto que tanto o PS como o CDS/PP não concordam com esta escolha.



Meia maratona na Ponte 25 de Abril

Uma vez mais, no primeiro domingo deste mês, a Ponte 25 de Abril foi invadida por corredores mais e menos exímios que participaram com vontade de competir mas também de se divertirem em mais uma meia maratona.

Este ano, contrariando to-

das as expectativas que davam a vitória aos campeões do ano passado, a meia maratona de Lisboa teve como vencedores o sul-africano Ramaala e a queniana Chepkemei que acabou igualmente por arrebatar um novo máximo mundial.

Mas sem dúvida que a participação mais notada na corrida foi a do Presidente da República, Jorge Sampaio, que juntamente com outras personalidades públicas se juntaram aos restantes concorrentes. De salientar que este ano estiveram presentes na Ponte 25 de Abril mais de 25 mil pessoas.



Crónica Internacional

• Albano Nunes

Resistir, é preciso!

Para quem tenha dúvidas sobre o que tem estado fundamentalmente em causa no brutal processo de desmantelamento da Jugoslávia e de diabolização da figura de Milosevic, escritos como o editorial do "Público" de domingo passado são particularmente esclarecedores.

“A Milosevic tem de ser julgado”, porque “foi ele”, entre muitas outras coisas, o “principal responsável pelas quatro guerras que dilaceraram e ensanguentaram os Balcãs”. É assim que, abusando da sua privilegiada posição, o editorialista persiste na mais reaccionária versão das causas do drama jugoslavo e na cobertura aos crimes praticados pela NATO, os EUA e outras potências imperialistas nos Balcãs. Como de costume, o Director do “Público” faz seus os estafados argumentos dos agressores e esmera-se a popularizar a mensagem que estes, com a prisão e “julgamento” de Milosevic, pretendem dar ao mundo: é proibido resistir!

É o imperialismo que deve sentar-se, e será sentado, no banco dos réus da História

É proibido resistir ao imperialismo norte-americano e aos seus apetites de hegemonia planetária. É proibido defender a soberania e a integridade territorial de um Estado quando o imperialismo pretende dominá-lo ou dividi-lo. É proibido contrariar a desenfreada expansão do mercado capitalista. Um povo, um governo, um dirigente político, um homem de Estado que com coragem diga “não” à “nova ordem” imperial deve saber que o espera um calvário de humilhações, retaliações, vinganças para que a semente de resistência assim abafada, não se atreva a germinar, em qualquer outro ponto do mundo. Para que o medo paralise, desmobilize, conduza à rendição, se possível mesmo à colaboração.

É por isso que Milosevic, ex-dirigente de um país prestigiado e de um Estado internacionalmente reconhecido, “tem de ser julgado” de modo a assegurar a condenação política pretendida, o que significa prender e entregar Milosevic a um “Tribunal Internacional” criado pelos vencedores, precisamente para aplicar o veredicto dos vencedores. É por isso que ainda o ex-presidente da Jugoslávia

resistia à sua captura - exigida em ultimato dos EUA até às 24 horas do dia 31 - e já o Director do “Público” adiantava não ser suficiente o seu julgamento pelos tribunais do seu país, que “o mais importante” [é saber] se Belgrado tem a coragem de entregar “Slovo” ao “Tribunal Internacional de Haia”, que “conseguir que isso aconteça é muito importante mas ainda não está garantido”, que se o actual presidente Kostunica se opõe à extradição, “é fundamental que essa dificuldade seja ultrapassada, e é isso que os líderes europeus e norte-americanos devem dizer ao presidente jugoslavo”. E tudo isto é “muito importante” e “fundamental” porque tem que ver com o “sucesso futuro de um tribunal internacional” ou seja, o “sucesso” do tão famoso TPI que se pretende instituir e legitimar como peça da nova ordem jurídica imperialista.

Proibir a resistência, perseguir e castigar os resistentes. Em nome, claro está, dos “valores civilizacionais” que justificam a cruzada contra a Jugoslávia, do “Estado de direito”, do “império da lei”, de uma “legalidade internacional” que o imperialismo interpreta a seu belo prazer. Nesta mesma edição do “Público”, encontramos exemplos espantosos da hipocrisia dos que perseguem Milosevic em nome do “direito” e da “legalidade internacional”, quando a administração de G. W. Bush sistematicamente viola a Carta da ONU e o ordenamento jurídico em vigor, rasgando tratados solenemente assinados pelos EUA como o ABM ou o Protocolo de Kioto. Mas nós não esquecemos quem bombardeou quem, quem de facto concretizou “limpezas étnicas”, quem se serviu e serve do terrorismo, quem utilizou e se propõe continuar a utilizar armas ilegais que, como no caso do urânio empobrecido, configura autêntico crime contra a humanidade. É o imperialismo, e não quem lhe resiste, que deve sentar-se, e será sentado, no banco dos réus da História.

Editorial

FORMAS E CONTEÚDOS

Não surpreende o facto de a generalidade dos comentadores e analistas que opinaram sobre o recente debate parlamentar terem centrado as suas atenções muito mais na forma do que no conteúdo do que foi dito. A verdade é que, concordando quase todos eles com o conteúdo da política que, ora o PSD ora o PS, têm vindo a praticar - e esgotando-se as suas preocupações no desempenho de cada um desses partidos na aplicação da mesma política - resta-lhes, sempre, apenas e só, observar e comentar a forma como o Governo de serviço a aplica. Assim é sempre, e mais ainda quando o Governo em exercício entra na inevitável rampa do estado de desgraça que antecede o fim do reinado, como parece acontecer na situação presente.

Os comentários à prestação de António Guterres no referido debate falam por si: «um primeiro-ministro sem a energia e o brilhantismo que era seu apanágio»; «um primeiro-ministro sem novidades de monta (...) e a jogar à defesa»; «não porque (...) tenha perdido as qualidades de tribuno (...) mas porque lhe vão pesando os anos de poder (...), António Guterres não foi melhor do que os

“Os caminhos percorridos pelos governos do PSD são, no essencial, os percorridos pelos governos do PS”

outros, como costumava». Ou seja: segundo estes observadores, não é na política de direita e nas suas consequências que se situa a origem da crise do Governo do PS - e também não foram essas as razões que, há quase seis anos, afastaram o PSD do governo... Tudo se deve, pelos vistos, às capacidades oratórias e aos atributos tribúncios do primeiro-ministro de serviço à política de direita...

Assim sendo, poucas foram as referências (se é que houve algumas) ao facto - óbvio mas essencial e de indispensável consideração - de, no debate parlamentar, terem estado em campo dois tipos distintos de oposição: a oposição à política de direita do Governo do PS e que, a tal política, contrapõe uma alternativa de esquerda; e a oposição ao Governo do PS pelos que querem substituí-lo na execução da mesma política. No primeiro caso, trata-se da oposição protagonizada pelo PCP e traduzida na luta concreta e assumida contra a política de direita, luta que assume múltiplas expressões, que se trava complementarmente nas empresas, nas ruas, nas instituições, que passa pelo desmascaramento da natureza, dos objectivos e das consequências dessa política e pela procura constante dos caminhos capazes de conduzir à necessária alternativa.

No segundo caso, trata-se de uma oposição protagonizada pelo PSD e pelo CDS/PP e traduzida no

apoio de facto à política de direita e à sua natureza de classe inequivocamente ao serviço dos interesses do grande capital nacional e internacional.

Naturalmente, estas duas oposições expressaram preocupações de sentido oposto: do lado do PCP, as preocupações com a situação dos trabalhadores, do povo e do País; do lado dos dois partidos de direita, a preocupação de criticar a imitação, pelo Governo do PS, daquilo que eles próprios fizeram quando foram governo.

Na realidade, os caminhos percorridos pelos governos do PSD são, no essencial, os percorridos pelos governos do PS: privatizações, favorecimento escandaloso dos grandes grupos económicos, ataques a direitos dos trabalhadores, subordinação aos ditames da União Europeia, à estratégia agressiva e belicista da NATO, às ordens do imperialismo norte-americano.

Na realidade, as consequências da política praticada pelos governos do PSD foram, no essencial, as mesmas que decorrem da prática dos governos do PS: agravamento da situação económica, acentuação das debilidades do aparelho produtivo nacional, alastramento da precariedade do emprego, das condições de trabalho e salariais dos trabalhadores, crescente subordinação do poder político ao poder económico, os mais baixos salários e índices sociais da Europa, sucessivas e graves machadadas na soberania e na independência nacionais.

Na realidade, as práticas dos governos do PSD foram, no essencial, adaptadas e adoptadas pelos governos do PS: ocupação do aparelho de Estado por milhares de correligionários, nomeadamente através da criação de institutos públicos que, na maior parte dos casos, não têm outra utilidade senão essa (e se o PSD criou 176 desses institutos em dez anos de governo, é justo referir que o PS, ao fim de cinco anos e meio, já vai nos 78...), crescente fusão entre o Governo e o partido do Governo, promiscuidade entre os poderes económico e político, difusão de uma imagem externa do País que, sob o PSD, nos colocou «no pelotão da frente da União Europeia» e, sob o PS, nos apresenta como modelo de «modernidade» invejado nos quatro cantos do mundo.

Como pano de fundo de todas estas similitudes, PS e PSD exibem uma total sintonia em relação à Lei Fundamental do País - por ambos submetida a tratos de polé e tratada como nenhuma associação de bairro permite que sejam tratados os seus estatutos, por ambos desrespeitada sempre que é obstáculo à concretização plena da política de direita. Por isso, as revisões da Constituição sucedem-se a um ritmo único no mundo - e sempre empobrecedoras do seu conteúdo democrático, sempre antecedidas de múltiplas violações por parte do governo da altura, sempre decorrentes de acordos prévios entre o PSD e o PS.

A defesa da política de direita pelo PS e pelos que anseiam vir a ser seus futuros executores; e a crítica séria e rigorosa a essa política perspectivando uma alternativa de esquerda: eis o que esteve em debate no Parlamento - sob diferentes formas e diferentíssimos conteúdos, naturalmente.

Actual O espião e as cumplidades

• Carlos Gonçalves

Por muito que o PS o queira escamotear este é um tema actual que se impõe não deixar cair no «rol do esquecimento» que tece a mistificação do quotidiano.

Estamos a falar do Capitão Pieter Gronenwald, dos Serviços Secretos da África do Sul do «apartheid», acusado de assassinio no seu país e que, tendo desertado para Portugal em 1991, continuou (até hoje?) no exercício ilegal do seu *métier*, ao serviço de uma certa «comunidade de informações» que o protege e utiliza, tal qual o fez a ultradireita no país de Mandela.

De 1991 a 1995 trabalhou com os serviços secretos militares nacionais e com os agentes que estiveram envolvidos no terrorismo e assassinio de cidadãos bascos em França e na espionagem interna, não apenas de militantes do PCP mas do próprio PS.

E de Dezembro de 1995 até pelo menos 1997, já sob a tutela do Governo PS/Guterres, sendo Director do SIS um tal Daniel Sanches, colaborou com

esses serviços em acções ilegais de escuta e interceptação de comunicações.

Tudo isto comprovado nos Tribunais, que o consideraram «inconsciente» da ilicitude da posse de equipamentos de escuta, mas que o condenaram a pena suspensa por falsificação de documentos.

Perante estes factos, que comprometem o Governo PS com actividades ilegais dos Serviços de Informações que sempre abjurou a pés juntos, seria de esperar um apuramento de responsabilidades e a re-
tação democrática.

Mas não. O Governo PS preferiu a opacidade do «segredo de Estado» para fugir à verdade, como fez em tempos Cavaco Silva.

O PS chantageou as evidentes co-responsabilidades do PSD e fez constar uma hipotética fusão dos Serviços de Informações, aliciando assim o silêncio cúmplice da direita.

O PS não hesitou na vergonhosa instrumentalização do Conselho de Fiscalização para tapar as ilegalidades cometidas com o préstimo zeloso dos *boys & girls* de serviço.

O PS nem tão-pouco teve o senso democrático de suspender a nomeação do novo Director do SIS até que o «assunto» se esclarecesse, antes optou por uma tomada de posse à surrelfia e em comprometido *black out*.

Mas que não se iluda o Governo. As suas manobras não calarão a exigência de que se esclareça tudo sobre a colaboração de Peter Gronenwald com os Serviços de Informações que o subcontrataram, para que se saiba o que fez e faz, onde está, com que cobertura e identidade.

Nem se calará a exigência democrática de um efectivo controlo dos Serviços de Informações e do seu estrito respeito pela Lei.



Desastres

• Leandro Martins

Habitados que estamos ao desastre, quase nos assustámos quando, na passada sexta-feira, lemos no frontispício de um jornal da praça que um senhor, de seu nome Jerónimo Martins, tinha sofrido uma grave perda. Nada menos do que 13 milhões de contos! À primeira vista, como também é costume, aquilo entristeceu-nos. Somos sempre levados a ter pena de quem sofre. E este sentimento de condolência pode ser suscitado quase mecanicamente – as tv's é que sabem disso! – por uma qualquer notícia. Um des-
piste na auto-estrada, um afogamento, um tiro no pé. Mesmo um cão abandonado nos faz entristecer. Lembrámo-nos das velhinhas roubadas de magras posses por esticão, ou das que perdem o porta-moedas ao pagarem o bilhete do Metro (já de si um roubo).

Mas voltámos atrás na leitura e desembaciámos os olhos. Tanto? Como é possível uma pessoa, com nome e tudo, perder tanto dinheiro? É que 13 milhões de contos não é um salário, nem os administradores das empresas públicas, que tanto se estafam a arruiná-las para poderem vendê-las a preço convidativo, ganham tanto. Se um administrador desses, ou um qualquer director-geral perdesse o salário do mês ou mesmo a indemnização por afastamento, ainda daria para ter pena, habituados que estamos à piedade que nos é solicitada pela venedora e humanista comunicação social.

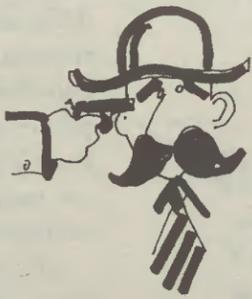
Talvez fosse um jogador de futebol, pensámos, que per-

deu o direito aos milhões num contrato habilmente fraudulento – desses que podem dar prisão em moradia luxuosa. Mas – e embora confessemos uma certa ignorância no âmbito da bola – o nome do perdedor de milhões nada nos disse. E os programas sobre futebol, que de resto gastam o tempo a falar de dinheiros, não nos iluminavam quanto ao nome. Jerónimo Martins não é jogador de bola. Nem brasileiro.

Aguçámos a atenção. Quem seria este senhor Martins?

O jornal fez o favor de nos explicar. Imprime-se para isso mesmo. Não se trata de uma pessoa, há muito que não é pessoa, nem sequer mercaria do Chiado. É um grupo financeiro. Que «obteve, em 2000, um prejuízo consolidado de 12,8 milhões de contos», conforme esclarece o *Diário Económico*. Que se terá passado? Deixou de produzir bens e serviços? Deixou de os poder vender? Nada disso. A coisa ficou a dever-se ao «impacto do agravamento dos encargos financeiros em consequência do aumento do endividamento e das taxas de juro», diz o *DE*. Linguagem críptica, está bem de ler. Mas não mais do que a usada em qualquer programa sobre bola.

Entretanto, como em todos os campeonatos, há uma classificação geral. E passados dias, o mesmo *DE* apontou os nomes dos campeões. Pontificam a EDP, a PT, o BCP, a SONAE, o BES. Ainda bem que não têm nomes de gente. Ou ainda fomos descobrir que, entre perdas e ganhos, lucraram sempre os mesmos.



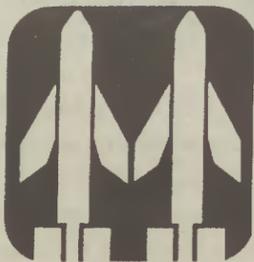
O caminho americano

• Anabela Fino

«O presidente não aprova o protocolo de Kyoto. Não é economicamente interessante para os Estados Unidos.» Foi assim, com esta desfaçatez, que o porta-voz da Casa Branca, Ari Fleischer, fez saber ao mundo que a administração Bush decidiu não ratificar o tratado acordado no Japão, em 1997.

Mais tarde, o próprio Bush confirmou a decisão, declarando não só que não tomará «nenhuma medida que penalize» a economia norte-americana, como está decidido «a encontrar novas fontes energéticas para favorecer o crescimento económico e para que as pessoas possam aquecer as suas casas».

Por «pessoas», Bush entende os norte-americanos; por interesses económicos, entende a ganância do *lobby* industrial, em particular o das petrolíferas do Texas, que tanto contribuíram para a sua eleição.



É quanto basta para legitimar, na estreiteza de ideias do novo inquilino da Casa Branca, que o país que é o mais rico e que mais poluição provoca no planeta – com apenas quatro por cento da população mundial, os EUA são responsáveis por 30 por cento do total das emissões de CO₂ (gás carbónico) e de outros gases com efeito de estufa – continue a pôr em causa o futuro da humanidade.

Mais, Bush está mesmo disposto a ir buscar gás e petróleo seja onde for, incluindo no Alasca, o santuário ainda protegido do Ártico. «Vamos procurar [combustível] onde nenhuma lei federal proíba a prospecção», garantiu o presidente norte-americano. Quanto ao resto do mundo, que se amane.

A arrogância e a prepotência desta tomada de posição é reveladora do carácter imperialista dos EUA. Não foi de ânimo

leve que em Kyoto, no Japão, a comunidade internacional decidiu, sob a égide da ONU, impor a 38 países desenvolvidos uma redução média de 5,2 por cento das emissões de CO₂ e de outros gases com efeito de estufa em 2010 relativamente a 1990. Os efeitos negativos que a poluição está a provocar no clima mundial, de que já começámos a sofrer as consequências, são demasiado sérios. A nada ser feito para o contrariar, é o próprio futuro que se está a comprometer.

Os «polfcias do mundo» não se prendem com ninharias destas. Acreditam certamente na sua capacidade científico-técnica para resolver o problema... nos EUA. Quanto aos direitos dos outros, só existem na medida em que sejam coincidentes com os dos norte-americanos. As exigências de humanismo, justiça, cooperação, responsabilidade são para os restantes 96 por cento da população do planeta. Os norte-americanos não praticam. Preferem mandar.

Frases

“Uma aliança com o PP é suicida”

(Dias Loureiro, Focus, 01.04.01)

“Neste momento, é difícil encontrar uma guerra na Europa onde morra, mensalmente, tanta gente como nas estradas portuguesas”

(Oficial da Brigada de Trânsito da GNR, idem)

“Os géneros televisivos são, cada vez mais, feitos de plasticina”

(Eduardo Cintra Torres, Público, 02.04.01)

“Toda a gente vê, menos os legisladores, que as normas vigentes [de inimpunibilidade criminal abaixo dos 16 anos] estão desfasadas da realidade”

(Padre José Fernandes Vieira, de Viseu, Público, 03.04.01)

“Quem o inimigo poupa nas mãos lhe morre.” Não vamos agora discutir se será muito evangélica esta asserção. Mas é (...) prudente e mesmo indispensável acautelar o futuro (...) Exemplo a seguir [é o dos EUA, onde os menores são punidos] como qualquer adulto”

(idem, ibidem)

“Há que ter paciência. Quando Deus quiser, [os reféns portugueses] serão libertados”

(N'zita Tiago, chefe dos terroristas da FLEC, idem)

“Na guerra em curso dos povos contra a natureza, a declaração [do presidente Bush recusando cumprir o Protocolo de Quioto assinado pelos EUA] traduz-se em assumir a vanguarda da agressão”

(Adriano Moreira, Diário de Notícias, 03.04.01)

“É de lembrar que os crimes contra a humanidade são uma categoria em definição progressiva, mas que, antes disso, os limites do uso do património que é do género humano (...) precisam de uma protecção jurídica clara, exigem respeito pelos acordos assumidos (...) Para além disso começa a ilegalidade intolerável”

(idem, ibidem)

“E assim o homem que chamou “grécios” aos gregos e inventou o neologismo “subinfravalorizar” (...) mostra cada vez mais o que é: um cowboy da “corporate America”. Vamos ter muitas saudades de Clinton”

(Manuel Carvalho, Público, 01.04.01)

“Ótimo seria que o Governo pusesse as salas de chuto no palácio onde o primeiro-ministro exerce as suas funções”

(António Pires de Lima, Bastonário da Ordem dos Advogados, Público, 31.03.01)

“Para responder ao que hoje ouvi [do Bastonário Pires de Lima] teria de perder (...) a boa educação”

(António Guterres, idem)

“O meu bastonário merece-me confiança. Se ele diz que o Governo compra deputados, desrespeita a Constituição e interfere na vida da Justiça, deve ter elementos muito claros que lhe permitam fazer tão graves acusações”

(José Miguel Júdice, candidato a Bastonário da Ordem dos Advogados, idem)



Sindicalistas e membros de comissões de trabalhadores comemoram 80.º aniversário do PCP

Com os trabalhadores construir o futuro

No sábado, algumas centenas de dirigentes sindicais, membros de comissões de trabalhadores e funcionários sindicais comunistas de todo o país juntaram-se em Almada para comemorar o 80.º Aniversário do PCP e encerrar a Campanha que o Partido levou a efeito, sob o lema «Construir o futuro, com as forças e os direitos do trabalho».

A iniciativa teve lugar precisamente numa semana em que os trabalhadores de diversos sectores de actividade encetaram diversas formas de luta, exigindo aumentos salariais e melhoria das condições de trabalho.

Entre os presentes encontravam-se dirigentes sindicais de diversas épocas, diri-

gentes do PCP, Rosa Rabiais, Francisco Lopes, Jorge Pires e Virgílio Azevedo, e, ainda, autarcas como Maria Emília Sousa e Henrique Carreiras, de Almada, e Cardoso da Silva, do Seixal.

Jerónimo de Sousa, membro da Comissão Política e responsável pelo trabalho sindical, após uma breve saudação,

evocou os 80 anos do PCP, a sua origem – precisamente sindicalista – e o que no seu percurso foi permanente e constante: a ligação aos trabalhadores e a defesa dos seus interesses.

José Vitoriano,

da Comissão Central de Controlo, evocou as dificuldades do exercício da função de dirigente sindical na primeira metade do passado século, fazendo comparações com os tempos actuais: «hoje não é mais fácil ser-se conseqüente na defesa dos direitos dos trabalhadores».

Domingos Abrantês, da Comissão Política, fez, por sua vez, um breve histórico sobre a vida e a luta do PCP e a interacção recíproca do Movimento Sindical Unitário e o Partido Comunista Português.

Por fim, falou Carvalho da Silva, Secretário-Geral da CGTP-IN, que referiu a importância dos comunistas no movimento sindical e denunciou o modelo de desenvolvimento, «há muito esgotado», que o Governo tem pretendido implementar. Na verdade, disse, «não em baixos salários, na precariedade do emprego, na flexibilização e desregulamentação da legislação laboral que pode assentar qualquer hipótese de futuro para Portugal». Ao contrário, é «na valorização do trabalho e na dignificação dos trabalhadores que deve assentar o modelo de desenvolvimento para Portugal».

Um partido diferente

A encerrar as intervenções, com um ambiente manifesta-

mente caloroso, falou o Secretário-Geral do Partido, Carlos Carvalhas.

O modelo de desenvolvimento que o Governo implementa já se «esgotou»

Referindo que é na ligação aos trabalhadores que reside a força essencial do PCP, Carlos Carvalhas reafirmou a necessidade de o Par-

tido crescer e avançar «como questão essencial» para a formação de uma alternativa de esquerda para Portugal e de todos se empenharem na grande batalha eleitoral deste ano – as eleições autárquicas.

«O nosso Partido», disse, «levanta a bandeira das justas aspirações e reivindicações de todas as camadas não oligarcas e não monopolistas, mas dá uma atenção especial, à situação dos trabalhadores e à ligação do Partido ao mundo do trabalho e aos locais de trabalho».

E, referindo outras questões que considerou serem «fronteira» e «linha divisória entre partidos», deu nota de que ainda esta semana, na Assembleia da República, os partidos de direita e o PS «falaram das questões de segurança, mas não falaram, por exemplo, de segurança no trabalho; falaram do ensino, da saúde, como também nós o fizemos, mas não tiveram, como nunca têm, uma palavra para os salários ou para os direitos dos trabalhadores».

Também as questões dos salários, do salário mínimo, do encerramento do alto-forno da Siderurgia e da Portucel em Mourão, da TAP, etc. - lembrou -, «estiveram presentes não pela voz dos partidos de direita, mas sim pela voz do PCP».

Modernidade ou regressão?

Carlos Carvalhas denunciou também a «retórica que hoje se gasta» com «a modernidade, as novas tecnologias, os avanços da ciência e da técnica», ou mesmo a afirmação de «que se governa com uma grande “consciência social”».

A verdade «é que não há nenhuma modernidade quando esses avanços da ciência e da técnica», em vez da resolução dos problemas ou da melhoria do nível e qualidade de vida das massas populares, «são acompanhados por limitações de direitos e por regressões sociais», afirmou, perguntando qual a «modernidade e a consciência social da política do Governo quando um administrador da GALP-Energia ganha 500 contos por dia, enquanto uma trabalhadora têxtil se fica pelos dois contos?!»

São, pois, «estes contrastes» e o conhecimento «de que os salários portugueses são os mais baixos da União Europeia» que tornam «mais inaceitáveis as sentenças e os apelos à moderação salarial». É que pedir «maiores sacrifícios a

quem já ganha tão pouco» é, para Carlos Carvalhas, «obseno e quase insultuoso»

A ilustrar esta política, Carlos Carvalhas referiu o comentário de um matutino à tragédia da ponte de Entre-os-Rios, que revelava a existência hoje nos institutos que substituíram a JAE de «13 administradores cujos vencimentos rondam os 22 mil contos mensais, em contraste com os quatro administradores da JAE que ganhavam 2254 contos» e do aumento de chefias 62 para 88 «com uma massa salarial de 114 464 contos, contra os 28 544 contos» que auferiam na JAE por mês! «Tudo isto sem que tivesse havido mais eficiência.»

Exploração exige luta

O secretário-geral do PCP salientou, a seguir, o «elevado e grave défice da Balança Comercial» que Portugal tem «em consequência do enfraquecimento e desvitalização do aparelho produtivo nacional», com a «substituição da produção nacional pela estrangeira», na agricultura, nas pescas e na indústria.

A verdade é que «Portugal não tem já hoje uma indústria metalomecânica pesada, encerrou o alto forno da Siderurgia e vê as multinacionais a instalarem em Espanha as actividades de maior valor acrescentado que praticam mais elevados salários».

Entretanto, face ao défice e ao endividamento crescente da nossa economia «a receita do Governo, depois de ter alienado a soberania monetária, é a de limitação dos salários, liquidação de direitos, maior flexibilidade e desregularização». O que, para Carvalhas, se resume em «mais exploração e aviltamento da força do trabalho».

Essa, pois, a razão por que «a luta por melhores salários, pelo emprego com direitos e pela redução progressiva do horário de trabalho para as 35 horas semanais, é não só justa neste infeio de século, como também é um estímulo à melhor organização das empresas, do Estado, e factor de produtividade».





No Barreiro

A sala da colectividade «Os Penicheiros», no Barreiro, foi pequena para os mais de 300 militantes e simpatizantes comunistas que, no passado sábado, participaram no jantar promovido pela Organização Concelhia do Barreiro, no âmbito das comemorações do 80.º aniversário do PCP.

No decurso do jantar, que contou com a presença de Carlos Carvalhas, foi foram anunciados os nomes dos cabeças de lista da CDU ao Município do Barreiro: Carlos Maurício à Câmara Municipal e Helder Madeira à Assembleia Municipal. Candidaturas cuja apresentação oficial terá lugar durante o mês de Abril.

José Morais, do Comité Central e responsável pela Organização Concelhia do Barreiro, saudou as lutas dos trabalhadores e dos estudantes do concelho, fazendo,

depois, incidir a sua intervenção sobre a necessidade de combater a queima de resíduos hospitalares vindos de diversas regiões do País na incineradora do Hospital do Barreiro.

Carlos Carvalhas abordou a actual situação social e política, lembrando que «procuram hoje oferecer-nos um «capitalismo de rosto humano» mas, na verdade, «o País continua com os salários e reformas mais baixos da Europa» e simultaneamente «com as maiores taxas de lucro e a maior diferença entre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres».

«Não é com o capitalismo que se resolvem os problemas da humanidade. É com a superação do capitalismo, com a construção de uma sociedade mais justa, fraterna e solidária - a construção do socialismo!», afirmou, por fim, Carvalhas.



Em Vila Real

No fim-de-semana, o secretário-geral do PCP deslocou-se também a Vila Real onde, à noite, encerrou as comemorações do aniversário do Partido no distrito, com um jantar que reuniu 130 militantes e amigos do PCP.

Na sua deslocação, Carlos Carvalhas começou por visitar, em Sabrosa, as novas instalações da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental, onde foi informado sobre o seu funcionamento e as boas condições de prestação deste importante serviço social a um sector problemático. A Direcção da Associação lamentou, entretanto, o facto de não possuírem meios financeiros para pôr em funcionamento o tanque de fisioterapia (já construído) e para construir o pavilhão desportivo, apesar de terem já o terreno necessário à sua construção.

A seguir, Carlos Carvalhas visitou o Hospital Distrital de S. Pedro em Vila Real, onde foi recebido pelo Director Clínico e Director Hospitalar, que lhe facultou uma detalhada informação sobre a referida Unidade, designadamente sobre a falta de médicos e de uma Unidade de Radioterapia, ainda que as questões mais urgentes a resolver sejam as da cozinha, com mais de trinta anos e uma grande falta de segurança e higiene, e da lavandaria, também a precisar de urgente substituição.

Por fim, Carlos Carvalhas reuniu com a Associação de Utilizadores do IP-4, que lhe expôs os principais problemas deste importante Itinerário Principal, nomeadamente os pontos negros com maior sinistralidade.

Uma intensa actividade marcou a agenda do secretário-geral do PCP. Desde as visitas a Castelo de Paiva e Vila Real, à participação nas comemorações do 80.º aniversário do Partido e em Assembleias de Organização, Carlos Carvalhas não poupou esforços para chamar a atenção dos comunistas para as tarefas que se lhes colocam no ano em curso.

Assim foi também na V Assembleia da Organização Regional de Évora do PCP que se realizou, no domingo, no Teatro Bernardim Ribeiro em Estremoz, com a participação de cerca de duas centenas de delegados e uma centena de convidados.

Os trabalhos da Assembleia abriram com uma intervenção de Raimundo Cabral que, em nome da DOREV cessante e na qualidade de responsável por esta organização, fez o balanço da actividade desenvolvida desde a IV Assembleia da Organização até aos dias de hoje.

A sua intervenção demonstrou a intensa actividade do partido, mas também o enorme esforço desenvolvido pelas organizações para levar por diante as tarefas e orientações definidas pelos organismos superiores do Partido e pelos diversos colectivos partidários nas organizações. Mas o responsável pela DOREV salientou ainda a evolução do PCP no distrito, tanto nas tarefas internas do Partido, como na sua ligação às massas e aos trabalhadores.

As próximas eleições autárquicas mereceram uma atenção particular

À intervenção de Raimundo Cabral seguiram-se várias intervenções das diversas organizações, as quais trouxeram à Assembleia as suas experiências e deram conta dos inúmeros esforços que se estão a fazer para levar por diante as orientações do XVI Congresso.

A luta política das eleições autárquicas teve, também, na Assembleia

um tratamento muito particular, devido às enormes responsabilidades que o PCP e a CDU detêm neste Distrito.

Prosseguir rejuvenescimento

Depois de aprovar duas importantes moções - uma sobre a situação da fábrica da Portucel em Mourão e uma outra sobre as questões sociais do Distrito -, a V Assembleia da Organização do Distrito de Évora discutiu e analisou o Projecto de Resolução Política que traça as linhas essenciais de intervenção no futuro próximo imediato do trabalho partidário, documento aprovado com uma abstenção.

Por fim, a Assembleia debruçou-se sobre a proposta

do novo organismo de direcção, que elegeu com quatro abstenções. A nova direcção regional é, assim, composta por 26 camaradas, com uma média de idades de 46 anos.

Na ocasião, alguns delegados aproveitaram para salientar o facto de o PCP ser o único Partido que na Região «tem uma vida interna tão democrática», que «de uma forma transparente presta contas da sua actividade» e, ainda, que «de uma forma colectiva e aberta prepara o futuro».

Antes de Carlos Carvalhas ter encerrado os trabalhos, os delegados à V Assembleia manifestaram a sua disposição de continuar a trabalhar para o rejuvenescimento do Partido e para a responsabilização dos quadros dando particular atenção aos mais jovens.



A Assembleia assinalou uma maior ligação do Partido às massas e aos trabalhadores do distrito

Inépcia do Governo prejudica trabalhadores da CME

Centenas de trabalhadores da Câmara Municipal de Évora manifestaram-se, na passada semana, contra a decisão do Tribunal de Contas de mandar suspender os suplementos remuneratórios, que acresciam ao vencimento base, em resultado do desempenho de actividade que, por particularidades específicas, o justificavam.

Foi num clima de indignação que os funcionários da autarquia realizaram um plenário em frente ao edifício dos paços do concelho, onde analisaram a situação e deram a conhecer as suas posições. Convidados para o plenário, os eleitos da Câmara Municipal, pela voz do vice-presidente, Jorge Pinto, manifestaram a sua solidariedade pelas atitudes assumidas pelos trabalhadores e reafirmaram a «justeza dos subsídios».

Os subsídios em causa são o suplemento de disponibilidade (atribuído a cerca de 35 trabalhadores que se encontram de piquete, fora do horário normal de trabalho, para acudir a situações de emer-

gência que ocorram, designadamente no abastecimento de água ou na desobstrução de colectores de águas pluviais ou residuais); o subsídio de insalubridade e prémio de esforço (atribuído, respectivamente, a 13 e 194 trabalhadores que desempenham funções nas estações de tratamento de esgotos e abertura de valas nos cemitérios ou de limpeza manual de esgotos e fossas) e o suplemento de secretariado (atribuído a quatro funcionários que exercem funções de secretariado de apoio à vereação, muitas vezes fora do horário normal de trabalho).

Dolo ou zelo?

O Tribunal de Contas, na sequência de auditorias realizadas às gerências de 1993 e 1996, qualificou a entrega dos referidos subsídios como infracções financeiras por pagamentos indevidos. No entanto, o Tribunal não deixou de sublinhar que, no pagamento efectuado às trabalhadoras que exercem fun-

ções de secretariado, «não resultaram quaisquer danos porque as funcionárias não receberam qualquer remuneração por trabalho prestado fora das horas normais de expediente e, assim (...) o montante global pago com tal suplemento foi inferior ao que seria pago por horas extraordinárias». Quanto aos restantes pagamentos, o Tribunal reconheceu que «resultaram para as populações do município alguns benefícios, concretizados na rapidez da resposta dos serviços da CME na reparação de avarias no abastecimento de água ou no funcionamento de esgotos, uma vez que, anteriormente, essa resposta era insatisfatória. Ou seja, embora tais benefícios não estejam quantificados, esse facto evidencia que uma parte das despesas com tais pagamentos não representa qualquer «dano para o município de Évora».

É com base nestas circunstâncias que o Tribunal de Contas entende que a conduta dos eleitos da autarquia, nas gerências em causa,

constitui uma actuação «não dolosa», considerando justificável reduzir a responsabilidade financeira dos responsáveis.

Face à gravidade da situação, e embora considere que os eborenses podem continuar a contar com o esforço e a dedicação dos trabalhadores da autarquia, o presidente da Câmara Municipal de Évora, Abílio Fernandes, solicitou uma audiência ao primeiro-ministro e aos grupos parlamentares com assento na Assembleia da República, solidarizando-se também «com as formas de luta que os trabalhadores desenvolvam conducentes ao reconhecimento dos seus direitos».

O recurso aos tribunais com objectivo de «obrigar o Governo a cumprir os seus compromissos», a realização, em Maio, do «julgamento público do executivo governamental» e a apresentação de uma queixa à Organização Internacional do Trabalho (OIT) são, entretanto, algumas das acções previstas pelos trabalhadores da autarquia.

OLIVEIRA DO BAIRRO Filarmónica em Estrasburgo

A actuação da União Filarmónica do Troviscal em Estrasburgo, onde se deslocou a convite da eurodeputada comunista Ilda Figueiredo, com o apoio entre outros do PS e da Câmara de Oliveira do Bairro, traduziu-se por um assinalável êxito e por um importante contributo para a dignificação da cultura portuguesa.

Constituída por cerca de 100 pessoas, a União Filarmónica do Troviscal, para além de ter actuado no Parlamento Europeu perante dezenas de eurodeputados, participou ainda em muitas outras iniciativas que tiveram lugar em várias cidades de França e Espanha, durante a semana de 11 a 16 de Março.

SOUSELAS Insegurança na Cimpor

Na sequência do falecimento de um operário de manutenção eléctrica da firma TECNOLUSA, vítima de electrocussão, a célula do PCP na Cimpor em Souselas denuncia, mais uma vez, a falta de segurança existente na fábrica.

Tratava-se de um operário experiente mas o seu equipamento não reunia condições de segurança, denunciaram os comunistas, lembrando que este acidente é «mais um» daqueles que têm vindo a verificar-se nos últimos tempos e para os quais a Comissão de Trabalhadores e a célula do PCP na fábrica têm vindo a alertar. A direcção da fábrica tem feito, porém, «orelhas moucas».

Para ilustrar a situação, o PCP refere a existência de condutores de Camiões da Pedreira (de 50 toneladas) apenas com carta de motorizada e com uma formação profissional de cinco ou dez minutos!

Considerando «inadmissível e inaceitável» a manutenção de tal situação, a célula do PCP na Cimpor exige, pois, a urgente aplicação da Lei de Higiene e Segurança no Trabalho.

BARREIRO Atentado à saúde pública

Face à notícia de que a incineradora do Hospital do Barreiro está a substituir a do Hospital de S. João (encerrada para requalificação) na queima de resíduos hospitalares do norte e centro do País, a Comissão Concelhia do Barreiro do PCP alerta para o facto daquela incineradora apresentar graves problemas de funcionamento e não cumprir as normas legais para esta operação, sobretudo no que respeita ao tratamento dos gases. A situação «prefigura», pois, um atentado à saúde pública no Barreiro, dizem os comunistas, suspeitando dos critérios que terão levado o Governo a decidir optar pela incineradora do Barreiro, apesar da sua falta de condições, e do «clima de absoluto secretismo» de que a operação está a ser rodeada.

Preocupada, a Concelhia do PCP exige, assim, a suspensão imediata do tratamento de resíduos hospitalares de outras regiões no Barreiro e defende a criação de condições para o rápido encerramento da incineradora do Hospital do Barreiro.

A Festa do Avante!

Nos dias 7, 8 e 9 de Setembro realiza-se mais uma edição da Festa do Avante, a 25.ª. Da FIL à Atalaia, passando pelo Jamor, Ajuda e Loures, a Festa afirmou-se como a Festa de todos os que estão com a liberdade, a amizade, o convívio, a alegria, a cultura, a solidariedade, a intervenção e a luta por um mundo melhor, a Festa de Abril, a Festa do Partido.

Desde 1976 a 2001, milhares de camaradas e amigos ajudaram a conceber, a construir, a fazer funcionar a Festa. Homens, mulheres e jovens que com a sua militância erguem a cidade de 3 dias.

Desde 1976 a 2001, muitos milhares de visitantes tomaram contacto com o Partido, com as suas propostas, com os seus ideais. Sucessivas gerações de jovens descobriram o que era o Partido, como vemos a vida, como vemos o mundo, o que queremos para o nosso país.

espaço da Atalaia ainda mais bonito. Haverá novas localizações para as organizações. O programa cultural será, como sempre, um programa diversificado e de grande qualidade.

Os espectáculos, a XII Bienal de Artes Plásticas, o Teatro, o Espaço da Ciência, o Desporto, a Feira do Livro e do Disco, o Espaço Internacional, o Pavilhão Central, os espaços das organizações do Partido e da JCP, a animação de rua, a gastronomia e o artesanato, são componentes indissociáveis da cultura, do convívio, que marcam a festa.

As exposições, os debates, a abertura da Festa e o comércio, são importantes momentos de reflexão e intervenção política em torno dos principais problemas do País e do Mundo, das propostas do Partido e de um grande arranque da campanha eleitoral da CDU, para as eleições autárquicas.

/// A Festa decorre num momento de crescentes preocupações políticas ///

No ano em que o Partido comemora 80 anos, a Festa é bem um exemplo de realização ímpar, só possível pelo empenhamento generoso deste grande colectivo partidário.

Em 2001, ao assinalarmos a 25.ª edição da Festa do Avante, queremos fazer dela um grande ponto de encontro e de convívio de todos aqueles que ao longo destes anos participaram e ajudaram a construir esta Festa de Abril.

Ano após ano, a Festa, mantendo as suas características fundamentais, tem a capacidade de se inovar, de surpreender e de atrair novos visitantes que aí encontram um ambiente único de alegria, de convívio. Em 2001 assim será. Vão realizar-se obras que tornarão o

Responder às tarefas

A Festa decorre num momento de crescentes preocupações políticas quer nacionais quer internacionais.

No plano internacional, cresce a ofensiva imperialista, novos focos de tensão aumentam no Médio Oriente, nos Balcãs, na América do Sul. Os EUA continuam a comportar-se como polícias do mundo.

No plano nacional, o PS insiste em continuar uma política de direita, contrária aos interesses do País e dos portugueses.

Continua a submissão aos ditames da União Europeia e a transferência da soberania nacional para instâncias supranacionais.

Continua a degradação da situação económica, a destruição do aparelho produtivo. A nossa economia torna-se mais dependente.

Continua a política de privatizações de empresas e serviços públicos.

Continua uma política social, assente nos baixos salários, pensões e reformas, na precarização, nas rescisões e despedimentos, no aumento do custo de vida.

Continuam a avolumar-se os problemas no ensino, na saúde, na justiça, na segurança das populações.

Continua a utilização abusiva do aparelho do Estado, ao serviço dos interesses do PS, os fenómenos de corrupção e o compadrio.

A Festa decorre num momento de crescente descontentamento e de luta contra a política de direita do governo PS. Num momento de uma importante batalha eleitoral, as eleições autárquicas. Num momento de intensas tarefas partidárias; o reforço orgânico do Partido, as comemorações dos 80 anos, a promoção do Avante e do Militante, a Campanha Nacional de Fundos, a intervenção política e a luta por uma alternativa de esquerda para o País.

É indispensável que o Partido e a JCP encontrem a forma de, a par da resposta necessária aos problemas que decorrem da situação política, organizar as múltiplas tarefas da Festa do Avante; discutindo, planificando, concebendo e construindo a presença na Festa. Divulgando e promovendo a Festa. Vendendo antecipadamente a EP. Mobilizando o Partido para a Festa.

Como sublinha a Resolução Política do XVI Congresso, «o empenhamento do Partido, a discussão, a planificação, a inovação, a mobilização das organizações e dos militantes, a responsabilização de novos camaradas são os elementos fundamentais para construir a Festa. Os seus êxitos são o resultado da militância, da criatividade, da dedicação dos militantes do Partido e da JCP e de muitos simpatizantes que vêm na Festa do Partido a Festa dos que lutam por um mundo melhor, mais justo, mais fraterno, pela liberdade, pela democracia, pelo socialismo».



Virgílio
Azevedo
Membro
do Secretariado



Açores

Mais justiça!

A Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores do PCP está solidária com a luta dos trabalhadores das IPSS e Misericórdias dos Açores, expressa em dois dias de greve com concentrações em Angra e Ponta Delgada, na semana passada, e reclama do Governo Regional a adopção de «uma postura que leve à viabilização de uma plataforma de convergência remuneratória».

Os trabalhadores, que depois de terem sido remunerados pela tabela da Função Pública são-no agora pelo Orçamento Regional através de contratos-programa estabelecidos entre a administração pública e as IPSS, reivindicam a equiparação plena aos seus colegas da Função Pública, a aplicação da Remuneração Complementar, a redução do horário de trabalho para as 35 horas e a dignificação das suas carreiras.

Lisboa

130 anos da Comuna de Paris

A passagem do 130.º aniversário da Comuna de Paris foi assinalada, na semana passada, pela Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP com um debate realizado no Centro de Trabalho Vitória.

A dinamização do debate, que teve a participação de cerca de uma centena de pessoas, esteve a cargo de Eduardo Chitas e Manuel Gusmão, professores universitários e membros do Sector Intelectual de Lisboa, e de Aurélio Santos, membro da Comissão Central de Controlo. Na mesa encontrava-se, ainda, Dias Coelho, do Comité Central e do Executivo da DORL.

Desregulamentação laboral leva ao agravamento da situação social

Encontrar alternativa de esquerda

Terminou, no sábado, a campanha nacional de contacto com os trabalhadores que o PCP iniciou no dia 15 de Março. A iniciativa permitiu à maioria das organizações do Partido a constatação de que não se verificaram melhorias na situação social e laboral das suas regiões.

Em Braga, por exemplo, a campanha terminou, na sexta-feira, com a visita do deputado Agostinho Lopes e dirigentes distritais do Partido à Coelima, em Guimarães, e à ITA, em Vila Nova de Famalicão, onde reuniram com administradores e as organizações dos trabalhadores.

Sem generalizar a todas as empresas do distrito, o PCP constatou durante a campanha, após um vasto conjunto de contactos, que a situação económica e social dos trabalhadores continua grave, em resultado do prosseguimento de uma política económica e social de direita que procura a competitividade «numa matriz de desregulamentação laboral, de economia paralela e de trabalho

negro». Uma matriz, considera o PCP, que pode, no imediato, contribuir para absorver mão-de-obra mas que, a médio e longo prazo, constituirá «um factor de grande instabilidade económica e social» e de bloqueio ao crescimento e desenvolvimento do distrito.

O recurso crescente no distrito à sobre exploração de mão-de-obra ainda mais barata de emigrantes vindos de vários pontos do Mundo é outra questão «preocupante», pela dimensão e gravidade que atinge, e que a Direcção da Organização Regional de Braga do PCP se propõe acompanhar.

Relativamente à luta dos trabalhadores, o PCP considera que tem sido decisiva para evitar a falência das

empresas, para defendê-las e modernizá-las e, solidarizá-rio com essa luta, reafirma a sua decisão de continuar a intervir em defesa dos trabalhadores, a nível local e nas instituições, designadamente na Assembleia da República.

Setúbal

A Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP, por seu turno, afirma que, a campanha de contacto com os trabalhadores revelou no distrito um agravamento da situação social, a acentuação das desigualdades e das injustiças sociais e o prosseguimento, em nome da competitividade da economia portuguesa, dos ataques aos direitos dos trabalhadores.

De facto, segundo dados do IEFP, a taxa de desemprego no distrito era em Janeiro de 10,7% (34.667 inscritos), ou seja, sensivelmente o dobro da nacional, números que, entretanto, os comunistas consideram que não reflectem a realidade. Entre encerramento de empresas, rees-

truturas e rescisões de contratos, só nos últimos dois anos, foram liquidados cerca de 5 mil postos de trabalho. Aliás, a situação do emprego em Setúbal, «só tem paralelo» com a situação vivida em «pleno período cavaquista», nos finais dos anos 80, princípios de 90.

A precariedade do emprego é outra «dura realidade» que atinge os trabalhadores, particularmente jovens e mulheres, havendo empresas onde 70% dos seus efectivos têm vínculo precário. Simultaneamente, aumenta a degradação salarial e os preços dos bens de primeira necessidade e enquanto as empresas vêem os seus lucros crescer (só os três maiores bancos tiveram cerca de 180 milhões de contos), os trabalhadores vêem o seu poder de compra diminuir.

Para a DORS do PCP, esta política não serve, pois, nem os trabalhadores nem o País, pelo que se impõe, cada vez com mais premência, encontrar o caminho para a construção de uma alternativa de esquerda.

Entrega de cartões em Alhos Vedros expressa determinação e confiança

«Não estamos aqui reunidos neste almoço apenas para comemorar o passado, de que muito nos orgulhamos, mas também para afirmar o nosso empenhamento no presente», afirmou Diamantino Patarata, da Comissão Concelhia da Moita, no almoço-convívio dos 80 anos do PCP que, no sábado, reuniu em Alhos Vedros mais de cem pessoas.

O combate aos problemas criados pelos governos de direita, como a tentativa de encerramento do Hospital de Alhos Vedros de âmbito concelhio, o encerramento da empresa de confecções Norporte, onde mais de 400 trabalhadoras viram negado o seu posto de trabalho ou o corte de investimentos por parte do Governo Central, via PIDDAC, procurando sufocar a gestão CDU nas Autarquias, foram referidas,

assim, por Diamantino Dias, lembrando que «em todas estas lutas o PCP esteve presente, esteve lá onde os interesses dos trabalhadores e da população eram postos em causa».

Mas o almoço-convívio deste ano foi ainda momento de homenagem da organização do Partido daquela freguesia ao militante José Canudo, já falecido, intenção concretizada com a emocionada entrega à viúva do mesmo, Beatriz Canudo, de um ramo de 80 cravos vermelhos e do último livro editado da autoria de Álvaro Cunhal, «para que fique com prova do reconhecimento dos comunistas de Alhos Vedros».

Mais militância

Manuela Bernardino, dos organismos executivos do

Comité Central, caracterizou a época actual como momento de luta contra o «capitalismo e a sua globalização», incapazes que são «de resolver os grandes problemas com que a humanidade se defronta e cujas contradições insanáveis só socialismo e o comunismo poderão superar, garantindo aos homens, mulheres e jovens a sua plena realização, livre de qualquer forma de exploração e opressão».

Não é difícil de imaginar o ambiente de determinação e confiança que percorreu todo o encontro, ao qual, note-se, não deixaram de querer associar-se muitos amigos do Partido e um número apreciável de jovens. Mas mais difícil de relatar, sem lhe perdermos a ideia de dinâmica instaurada, foi o momento onde, sob aplausos, Henrique Vilhana, José Gaiolas ou Judite

Faquinha se apossavam num vaivém ao longo de toda a sala, transmitindo desde a mesa até às mãos dos camaradas presentes algumas dezenas dos novos cartões do Partido, acto pelo qual, segundo Diamantino Patarata, se «vincou a importância de cada um cumprir com os deveres fundamentais inerentes à sua qualidade de membro do Partido Comunista Português, em que se destacam a militância numa organização e o pagamento da quotização».

Ainda nessa noite a Comissão de Freguesia do Partido promoveria uma sessão pública sobre as questões autárquicas, a que se seguiu, à meia-noite, a partida de um autocarro com gente do concelho da Moita para Marcha da Rota, em Cadiz: havia que aproveitar o bom sol do domingo que começava!

Insegurança nas cortiças

Ainda no âmbito da campanha de contacto com os trabalhadores, a Direcção da Organização Regional de Aveiro promoveu a visita ao sector corticeiro do deputado Vicente Merendas que visitou o Centro Tecnológico da Cortiça e encontrou-se com os Bombeiros Voluntários de Lourosa, o Sindicato dos Operários Corticeiros do Norte, a Associação dos Industriais da Cortiça e os trabalhadores do sector.

Tendo constatado, durante a visita, que a higiene e segurança são «preocupações sérias» do sector, Vicente Merendas entregou, na segunda-feira, na Assembleia da República, um requerimento sobre a questão.

O deputado do PCP quer saber, concretamente, «para quando a constituição do Grupo de Trabalho, com a envolvimento do Sindicato do sector para desenvolverem o conjunto de acções que visam a prevenção com o objectivo de reduzir a sinistralidade no sector?» e que «medidas tencionam tomar para que o Instituto do Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho actue com fiscalizações às instalações das empresas corticeiras que possuem colmatagens que não respeitam as normas legais de segurança e substituam as colas que contêm solventes explosivos pelas colas com base aquosa, que não provoca explosões?».

Entretanto, durante a visita ao sector corticeiro o deputado do PCP assinalou, ainda, a falta de verbas do Centro Tecnológico da Cortiça, defendendo, por isso, o estabelecimento de Contratos-Programa entre o Governo e aquela estrutura, para o desenvolvimento da investigação nesta matéria, e registou um «largo sentimento de revolta» nos trabalhadores pelos baixos salários praticados no sector e pelas diferenças salariais entre homens e mulheres.

A DORAV, por seu lado, está preocupada com a possibilidade de deslocalização de empresas para o Sul do país, devido à incapacidade da Câmara Municipal da Feira em conseguir terrenos para muitas empresas que, não tendo licenciamento industrial, se encontram há anos em lista de espera.

Por fim, na reunião com os trabalhadores, depois de o presidente do Sindicato dos Corticeiros ter sublinhado a melhoria registada na actuação do IDICT após as intervenções do Grupo Parlamentar comunista junto dos ministérios da Economia e do Trabalho e Solidariedade, Vicente Merendas deu conta dos projectos-lei neste momento em discussão na Assembleia da República, por iniciativa do PCP. Entre eles, o que se refere à protecção dos acidentados de trabalho, o que garante o pagamento atempado por parte do Estado aos trabalhadores de empresas que faliram e o que garante que a um posto de trabalho permanente corresponde um contrato de trabalho permanente.



Ao encontro associaram-se também simpatizantes do Partido



Manifestações em Lisboa, Porto e Coimbra

Estudantes exigem qualidade do ensino superior

Milhares de estudantes do ensino superior manifestaram-se, na semana passada, em Lisboa, Porto e Coimbra, protestando contra a lei de financiamento, a ineficácia da Acção Social Escolar e a falta de saídas profissionais.

«Não há uma aposta sólida na qualidade», acusa Jorge Jacinto, presidente da Associação Académica da Universidade da Beira Interior. «A educação é um problema preocupante em Portugal. Não somos só nós que alertamos, cada vez são mais os sectores que falam nisso», afirma.

«A falta de qualidade do ensino superior está directamente ligada ao pouco financiamento», considera, por seu lado, Salomé Pinto, da Associação de Estudantes da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Esta instituição é uma das muitas onde se sofre as con-

sequências da lei de financiamento, com as propinas a serem utilizadas em despesas correntes, como o pagamento de salários. «No ano passado, a electricidade esteve prestes a ser cortada por falta de pagamento», conta Salomé Pinto, que fala ainda em salas sobrelotadas, em curtos-circuitos, em incêndios e em edifícios onde chove.

Metade dos estudantes carenciados não é abrangida pela Acção Social

Acção Social

A Acção Social Escolar e a sua insuficiente abrangência é uma das principais críticas dos estudantes. E com razão. Segundo dados do próprio Ministério da Educação, mais

de metade dos estudantes carenciados não são abrangidos; um terço das bolsas corresponde ao valor da propina, cujo pagamento é obrigatório; a taxa de cobertura da rede de residências em todo o País abrange cerca de 10 por cento dos estudantes deslocados.

«As bolsas são pequenas para as necessidades dos estudantes e há muitos que não recebem bolsas, por um valor mínimo», afirma Salomé Pinto. «Aqui na faculdade, devíamos ter pelo menos mais uma cantina. As residências são poucas e estão em mau estado», acusa.

Jorge Jacinto partilha a mesma opinião: «As bolsas são um problema nacional. O Ministério da Educação diz - e é preciso coragem para o fazer - que só há aulas durante nove meses e que as bolsas são só para esses nove meses. Os outros dois meses que os estudantes passam a fazer exames não são contemplados, apesar de ser uma altura em que se faz mais investimentos, como a compra de livros.»

Saídas profissionais

A falta de saídas profissionais é outro problema apontado. Portugal é o país da União Europeia com menos licenciados, mas com mais licenciados no desemprego. Os estudantes adiantam soluções: «Falando no ensi-

no, resolvia-se se houvesse mais turmas no secundário. Muitos dos estudantes de Letras vão para o ensino porque não têm alternativa, mas devia-se criar outros ramos, nomeadamente na tradução e na investigação, de maneira a haver mais empregos e um maior leque de escolhas para os alunos», diz Salomé Pinto.

Jorge Jacinto defende a realização de um estudo avaliativo das instituições do

ensino superior feito por uma comissão independente, estudos sobre o mercado de trabalho e a criação de observatórios de emprego que apontem as tendências a médio prazo.

A deputada comunista Margarida Botelho juntou a sua voz às reivindicações dos estudantes e acusou o Governo de não investir no ensino superior, que vive hoje uma «realidade caótica».

Na sua intervenção

perante o Parlamento, na quinta-feira, a deputada lembrou que o esforço exigido às famílias portuguesas continua a ser o maior de toda a União Europeia: «Para além das despesas de frequência (alojamento, material escolar, alimentação), há que contar com as propinas e com as taxas e emolumentos que todos os anos lectivos representam mais nas receitas próprias das instituições.»

«Mudança depende dos estudantes»

Natural de Viana do Castelo, Iolanda Pereira frequenta o 2.º ano da licenciatura de Sociologia, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Para além dos problemas que afectam de forma geral os estudantes do ensino superior - como o da acção social precária ou o do desinvestimento infra-estrutural -, Iolanda denuncia outros, mais particulares, relativos à sua faculdade.

«Temos diversas carências estruturais graves, como a falta de cantina e problemas de ventilação nas instalações», explica,

«mas extremamente preocupantes são as elevadíssimas taxas de insucesso em algumas cadeiras de determinados cursos, algumas vezes superiores a 90 por cento».

As preocupações com a formação pedagógica dos professores estão também patentes na análise que Iolanda faz da actual situação do ensino superior, tendo em conta as dificuldades que se erguem aos docentes

que pretendem aprofundar a via da investigação disciplinar em simultâneo com o ensino.

«Por outro lado, temos falta de condições de estudo nocturno, com aulas claramente

deficitárias face às exigências e, sobretudo, tratando-se de um programa piloto, sem garantias de continuidade», alerta Iolanda, explicando que «a febre da insegurança e a existência de debilidades estruturais podem vir a ser justificações esgrimidas no momento de ser repensada a estrutura, ou a existência, deste programa».



Iolanda Pereira

Contudo, Iolanda afirma a sua confiança na luta dos alunos da Faculdade de Letras e nos estudantes em geral, sugerindo que a alteração destas situações de debilidade e carência no actual estado do ensino em Portugal e a modificação radical das políticas do Governo face a esta questão dependem sobretudo do seu poder reivindicativo e mobilizador.

JCP

Ermesinde precisa de política cultural

O colectivo de Ermesinde da JCP acusa a Câmara Municipal de Valongo e a Junta de Freguesia de Ermesinde de não responderem às necessidades culturais da população, em especial dos jovens.

«A oferta cultural na cidade de Ermesinde continua a ser diminuta, resumindo-se quase exclusivamente a algumas exposições de artes plásticas e a espectáculos no quadro do MagicValongo», afirma a JCP, lembrando que a criação da maior parte das iniciativas culturais organizadas pela autarquia remonta à época em que o pelouro da Cultura era da responsabilidade da vereadora eleita pela CDU.

«A única diferença é que actualmente são disponibilizadas verbas superiores para a divulgação das iniciativas, o que naturalmente se traduz numa maior visibilidade das mesmas», refere.

«A componente cultural numa zona suburbana de um grande centro económico, político e cultural - não esqueçamos que o Porto é este ano a Capital Europeia da Cultura - é muito importante para estabelecer uma ligação mais próxima aos habitantes com a sua terra», declara.

À espera

Os jovens comunistas recordam que, se se excluir o epicentro do concelho que é a freguesia de Valongo, pouco se tem inovado na política cultural e de ocupação de tempos livres. As outras freguesias vão sendo relegadas para segundo plano, especialmente Ermesinde, onde a população tem vindo a crescer.

O complexo cultural continua a ser construído, «a pouco e pouco, à espera das próximas eleições para ser inaugurado». «Resta saber que dinâmica terá na divulgação e incentivo à cultura e ao envolvimento da população jovem nas actividades culturais o edifício que está a ser construído no "esbelto e verdejante" parque urbano. Mas será suficiente? Preencherá o vazio existente e corresponderá às necessidades de uma cidade com 50 mil habitantes?», questiona a JCP.

O colectivo de Ermesinde acusa ainda a Junta de Freguesia de praticamente não desenvolver actividades culturais. «A actividade deste órgão limita-se à gestão corrente do cemitério e do mercado e a passar certidões», comenta.



Rifas alentejanas

A Comissão Regional do Litoral Alentejano da JCP comunicou ao *Avante!* o resultado do sorteio das rifas realizado no âmbito da campanha de recolha de fundos:

1.º prémio (telemóvel): n.º 831.

2.º prémio (livro «A Caverna»): n.º 171.

3.º prémio (garrafa de rum Havana Club): n.º 458.

Sem Triunfo

Cessou a sua actividade, no dia 30 de Março, a fábrica de bolachas Triunfo, que em tempos foi uma das unidades fabris mais emblemáticas da cidade de Coimbra, noticiou a Lusa. O encerramento da unidade fabril, situada na zona industrial da Pedrulha, deixa no desemprego cerca de 180 trabalhadores e deve-se à decisão do grupo Nutrinveste de transferir a laboração para Mem Martins (Sintra). O facto de a administração da empresa ter recusado a proposta de as indemnizações a atribuir serem rectificadas de acordo com os salários (mais altos) praticados em Mem Martins e tendo em conta os aumentos de 2001 deixou revoltados os trabalhadores, alguns dos quais estão há várias décadas na Triunfo. Os operários, com idades médias entre os 40 e os 50 anos, ficam numa situação em que são demasiado velhos para arranjar outro emprego, mas novos para se reformarem. Fundadas no início do século passado por industriais de Coimbra, as fábricas Triunfo integravam a confecção de bolachas, massas alimentícias, descasque de arroz e rações para animais. Na década de 70, chegaram a empregar mais de um milhar de trabalhadores. A Triunfo é mais uma das empresas que encerraram na zona industrial da Pedrulha, juntando-se à Fiac e à Flama (têxteis), Unacel (distribuição de cervejas), Termec (metalomecânica), Gomes Porto e Abel Machado (fundições) e ao matadouro.

Pressa de fechar

A Portucel Recicla, em Mourão, não deve cessar a laboração no final deste mês, nem devem ser desenvolvidas pressões para a rescisão dos contratos de trabalho, uma vez que nem sequer está prevista a data para o início das obras de construção da nova fábrica. Esta exigência dos trabalhadores esteve na base da convocação de uma greve de 24 horas, para a passada segunda-feira, data em que iria ter lugar o leilão de máquinas e equipamentos da empresa. Segundo o Sindicato das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa, os postos de trabalho estão ameaçados, devido ao não cumprimento dos compromissos que constam do caderno de encargos do processo de privatização – e onde se inclui a construção da nova fábrica, que devia iniciar a laboração durante o mês de Março. O sindicato responsabiliza a administração da Portucel por esta situação, mas também aponta culpas ao Governo, que não faz cumprir o caderno de encargos.

Proteu anuncia 225 despedimentos na fábrica da Damaia

Têxteis perdem 6 mil

O Governo não consegue aplicar uma política para garantir estabilidade aos trabalhadores das multinacionais, que empregam 30 mil pessoas só nos têxteis, vestuário e calçado.

Na segunda-feira, a Têxteis Proteu comunicou a todos os seus trabalhadores (cerca de 225) que pretende encerrar a actividade, procedendo a despedimento colectivo. A empresa, situada na Damaia (Amadora), pertence ao grupo francês ECCE e trabalha para a Yves Saint Laurent «a 99 por cento», alegando agora a direcção da Proteu que deixou de ter encomendas.

A denúncia pública foi feita anteontem pelo Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul, que no dia 2 realizou um plenário na empresa, em que esteve também o director-geral do grupo ECCE. Novas reuniões estão marcadas para o início da próxima semana, envolvendo o Ministério do Trabalho, para discutir a intenção de encerramento – contestada pelo sindicato – e para garantir os direitos e os créditos dos trabalhadores.

Apenas no Sul do País, importantes empresas de capital estrangeiro, como a SIC, Kallen, Vesticom, Gefa,

Portutex e Alô Port, foram responsáveis pelo despedimento de mais de 3 mil trabalhadores, refere a nota de imprensa distribuída pelo sindicato. A nível nacional, «para além da redução de postos de trabalho em empresas multinacionais que estão a laborar, encerraram também a Moda Real, Galus, Riker, BOB (grupo Werke/Fitor), Funda-

dor, C&J Clark, Serratex e Goela Fashion». Segundo o sindicato, que contabiliza cerca de 60 empresas estrangeiras nos sectores têxteis, vestuário e calçado, com 30 mil trabalhadores, «isto quer dizer que mais de 6 mil postos de trabalho foram destruídos nas empresas multinacionais».

Para o sindicato, «a deslocalização das produções multinacionais para os países do Leste europeu, Ásia e Norte de África» é considerada «destruidora dos postos de trabalho» e «deve ser travada»; «mas o Governo do PS assiste a toda esta destruição, sem sequer mexer uma palha para evitar tal situação».

GE Power Controls

Em plenário realizado dia 21 de Março, os trabalhadores da GE Power Controls decidiram expressar formalmente o seu «mais vivo descontentamento e preocupação», face à informação de que a empresa de fabricação de material eléctrico pretende encerrar uma linha de produção, na fábrica de Vila Nova de Gaia, alegando que o «Aster» passará a ser produzido na Polónia.

Os trabalhadores, segundo a moção aprovada e divulgada pelo STIEN/CGTP, disponibilizaram-se para levar a cabo acções de luta, tanto em defesa dos postos de trabalho, como de uma revisão justa dos salários em 2001.

A luta dos trabalhadores é a mais certa garantia do emprego com direitos e salários justos



As multinacionais procuram lucros rápidos, à custa de mão-de-obra barata, e obtêm apoios do Estado e da UE para esse objectivo

Portugueses e espanhóis contra privatização nos comboios

Ferrovários portugueses e espanhóis concentraram-se na passada quinta-feira, em Valença, para demonstrarem «profundo desacordo» face às «políticas ultraliberais da União Europeia, que visam a privatização do sector, pondo em causa o serviço público do caminho-de-ferro e, por arrastamento, a sua indispensável componente social» – refere uma nota do Sindicato Nacional dos Trabalhadores do Sector Ferroviário (CGTP), informando que a manifestação partiu de Tuy, no outro lado da fronteira.

Estimando em três centenas o número de participantes, a Agência Lusa adianta que a acção sindical luso-

-espanhola teve ainda como objectivo reclamar mais e melhores ligações ferroviárias entre o Norte de Portugal e a Galiza, uma vez que «as que actualmente existem são obsoletas e condicionam fortemente as relações económicas entre as duas regiões», nas palavras de José Manuel Lado, secretário-geral da Federação dos Transportes de Espanha. Inácio Peres, da UGT de Espanha, defendeu mesmo a construção de uma nova ponte ferroviária entre Valença e Tuy.

«A ligação ferroviária, neste Eixo Atlântico, tem sido completamente esquecida pelos governos de Portugal e de Espanha», frisou Américo

Leal, coordenador do Sindicato Nacional dos Trabalhadores do Sector Ferroviário, também citado pela agência.

Quanto à «violenta ofensiva liberalizadora do sector», em curso na Europa, os sindicalistas consideram que «servirá apenas os interesses dos grandes grupos económicos, e não das populações, ao contrário do que se pretende fazer crer». Como exemplo, Américo Leal apontou a travessia do Tejo, que o Governo abriu à economia privada, o que resultou na prática de tarifas duas vezes e meia mais caras que as da CP e na «violação sistemática e reiterada dos mais elementares direitos labo-

rais». «Este caso é revelador dos riscos que a liberalização do sector ferroviário representaria para a garantia do serviço público e da sua indispensável componente social, numa época em que tanto se fala do direito à mobilidade das populações», acrescentou o sindicalista.

Francisco Fortunato, da UGT, alertou para os perigos que a privatização pode acarretar em termos de segurança, lembrando «o que aconteceu na Grã-Bretanha, com desastrosos e dramáticos resultados», enquanto «Bruxelas parece não se deixar intimidar pela sucessão de acidentes, com dezenas de mortos e feridos».

Empurrão e castigo nas pré-reformas da PT

Primeiro, as administrações e os governos pressionaram os trabalhadores para aderirem aos planos de pré-reformas e de suspensão dos contratos, criando até legislação para favorecer a estratégia da Portugal Telecom. Agora, «depois de saneadas as empresas, reduzido o número de traba-

lhadores ao mínimo dos mínimos, eis que o Governo e a AR alteram as regras do jogo, lavando as mãos como Pilatos, e remetem de novo os pré-reformados para a categoria A do IRS, com prejuízo para todos os que, de boa-fé, aceitaram abandonar o seu posto de trabalho».

No dia 27 de Março, junto à residência oficial do primeiro-ministro, trabalhadores pré-reformados e com contrato suspenso denunciaram a situação e exigiram que seja garantida, para todos, a reposição do enquadramento na categoria H. A moção aprovada no plenário – convocada pela Comissão

de Trabalhadores e 15 estruturas sindicais – exige que a promessa verbal do ministro das Finanças, de manter na categoria H quem aceitou a pré-reforma até final do ano passado, deve ser assumida por escrito e deve alargar-se também a quem aceitou a suspensão do contrato de trabalho.

Barragem

Um plenário na obra do Alqueva está convocado para hoje, das 13 às 15 horas, pelo Secretariado Inter-Regional do Alentejo da CGTP, que anteontem ia reunir com a EDIA (responsável pelo empreendimento) e o Agrupamento Complementar de Empresas (que tem a seu cargo a construção). No seguimento de um plenário que teve lugar a 20 de Março, a estrutura sindical levou à administração da EDIA os problemas e reivindicações dos trabalhadores, que estão sem aumentos salariais há mais de um ano. É reclamado um aumento de cem escudos no valor por hora de trabalho, o cumprimento da legislação (desrespeitada em aspectos tão elementares como a entrega de cópias dos contratos de trabalho e recibos de vencimento, ou como a igualdade de salários no desempenho de funções idênticas). A estrutura inter-regional da CGTP, em comunicado aos trabalhadores, salienta a importância que teve o plenário de 20 de Março e as decisões ali tomadas (onde se incluía uma paralisação de trabalho) para que a administração da EDIA se mostrasse disponível a negociar.

Cordão

A campanha da Interjovem contra a precariedade, que decorreu durante o mês de Março, culminou dia 28 com um cordão humano em Lisboa, entre a Praça do Comércio e o Ministério do Trabalho. Sob o lema «Precariedade, vergonha nacional», a estrutura juvenil da CGTP realizou diversas iniciativas e recolheu informação, a nível de todo o País e dos vários sectores de actividade, acerca do trabalho precário nas empresas. Um dossier foi entregue, também no Dia Nacional da Juventude, ao Presidente da Assembleia da República.

Vitória

Após um acidente de trabalho, em 1990, José Luís Gonçalves viu o seu estado de saúde agravar-se profundamente. Em tribunal, exigiu à seguradora uma indemnização para «comer enquanto cá ando e cuidar dos meus», segundo o próprio, citado pela Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho. A companhia de seguros, que começou por aceitar o pagamento de apenas 20 mil contos, acabou por chegar aos 38500, o que leva a associação a afirmar que «vale a pena lutar» contra as seguradoras, «sempre prontas a dar o mínimo de indemnizações».

Água de Luso

A greve de sexta-feira, por aumentos salariais, na Sociedade da Água de Luso (SAL) teve uma adesão que rondou os 90 por cento na principal unidade de engarrafamento, disse Alfredo Lourenço à Lusa. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria do Centro adiantou que a paralisação envolveu 70 por cento dos trabalhadores da Água do Cruzeiro, que funciona na Vacariça, próximo do Luso e também propriedade da SAL, e referiu que a mais baixa adesão ocorreu no Grande Hotel. Nas Termas, 70 por cento dos trabalhadores fizeram greve. A SAL, que emprega cerca de 300 pessoas, no engarrafamento (águas Luso e Cruzeiro), Grande Hotel do Luso e Termas do Luso, não respondeu de forma satisfatória às reivindicações de aumentos dos salários e dos subsídios de turnos e de progressões automáticas de escalão, o que levou à marcação da greve pelo Sindicato da Hotelaria do Centro e pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Indústrias de Bebidas, ambos filiados na CGTP. O caderno reivindicativo inclui ainda um subsídio de transporte para funcionários deslocados do seu local de trabalho, um subsídio igual para todos os que não podem colocar os filhos no infantário da empresa e um subsídio nocturno, com acréscimo de 25 por cento para os trabalhadores do Hotel e das Termas.

Refeitórios

Nos hospitais de Santarém e Portalegre as trabalhadoras dos refeitórios entraram em greve, a 21 e 23 de Março, reclamando melhores salários, uma remuneração suplementar de 50 por cento pelo trabalho ao fim-de-semana e a actualização dos quadros de pessoal, de modo a travar a intensificação dos ritmos de trabalho – informou o Sindicato da Hotelaria do Sul. As concessionárias dos refeitórios são a Uniself e a Gertal, que são colocadas entre as empresas de restauração que geram mais receitas e mais lucros, situação que não tem correspondência nos salários e condições de vida dos trabalhadores. Em Santarém, uma delegação da direcção regional do PCP deslocou-se ao hospital, para expressar a solidariedade dos comunistas aos trabalhadores em luta. Em Portalegre, o chefe de cozinha «desatou a ameaçar e a tentar agredir os trabalhadores em greve», denunciou o sindicato.

Frente Comum reafirma exigência Mais 3 contos este ano

Os sindicatos consideram «um imperativo inadiável» defender os serviços públicos e dignificar o estatuto socioprofissional dos trabalhadores.

O plenário de sindicatos da Frente Comum da Administração Pública decidiu antontem exigir formalmente a abertura de um processo negociado extraordinário, com vista a uma actualização salarial intercalar cujo valor não deverá ser inferior a 3 mil escudos por trabalhador.

Na resolução aprovada e enviada ao Governo ficou igualmente contemplada a decisão de começar, desde já, a preparar a proposta reivindicativa para o próximo ano, cujos princípios deverão contemplar «ganhos efectivos do poder de compra, a aproximação à média dos salários europeus e a eliminação da diferença entre o valor do índice 100 das carreiras de regime geral e o valor do salário mínimo nacional».

Além de exigir do Governo que «altere a sua postura

negocial, de fora a que o direito à negociação colectiva tenha efectiva concretização e conteúdo», na resolução reafirma-se que «a defesa dos serviços e do emprego públicos constituem linhas estratégicas da acção reivindicativa da Frente Comum e se interligam com a digni-

ficação do estatuto socioprofissional dos trabalhadores da Administração Pública».

O plenário fez questão de lembrar que «actualizações salariais baseadas em previsões de taxas médias de inflação, para além de sucessivamente se revelarem irrealistas, não reflectem a efectiva perda de poder de compra», já que a subida das taxas de juro do crédito à habitação e os aumentos de preços de inúmeros serviços e bens essenciais têm sido «muito

superiores aos referenciais oficiais da inflação, em função dos quais o Governo impõe as actualizações salariais».

A par das perdas dos trabalhadores, «assiste-se a uma depreciação deliberada dos serviços públicos, em consequência de uma política privatizadora e desregulamentadora, de que são vectores estratégicos a privatização do vínculo do emprego (por via do contrato individual de trabalho), a desresponsabilização das gestões, as exclusões aos mecanismos legais de controlo das despesas públicas

e a demissão do Estado face às funções sociais que constitucionalmente lhe estão cometidas».

Contra a política de privatizações e baixos salários, «que o actual Governo tem vindo a aprofundar», a Frente Comum reafirma que «a defesa e melhoria do estatuto socioprofissional dos trabalhadores da Administração Pública é indissociável de uma política que tenha por objectivo central a assunção da defesa das funções sociais do Estado, em toda a sua plenitude, o que implica serviços públicos de qualidade».

Professores derrotam o ME

A greve nacional de 30 de Março constituiu «por si só, um significativo revés para o ministro Santos Silva», afirma a Fenprof, que estima em cerca de 70 por cento a adesão nos estabelecimentos do 1.º ciclo e no pré-escolar, percentagem que foi «mais baixa e mais irregular» nos 2.º e 3.º ciclos e no secundário. Novas formas de luta poderão ocorrer no período de avaliações e exames.

Esta foi a primeira vez, desde 1995, que os professores e educadores entraram em greve sem ser em conjunto com a restante Administração Pública, o que «sublinha bem a gravidade da situação criada pela ausência de negociação e pela inoperância total que caracterizam o actual Ministério», nota a federação, sublinhando «o profundo descontentamento que atravessa todos os sectores de ensino».

«Ao mobilizarem os docentes para lutas futuras e ao alertarem para o estado da Educação, os professores em greve e a Fenprof prestaram um bom serviço ao ensino e ao País», afirma a federação, exigindo que o Governo passe a letra de lei, com o consenso das partes, «todo o largo conjunto de questões inscritas no protocolo de Maio de 2000, incluindo a redução do tempo de serviço necessário para a aposentação voluntária».

Transportes municipais voltam à luta

O Governo pode evitar que os trabalhadores dos transportes colectivos urbanos municipais recorram novamente à greve nos dias 3 e 4 de Maio, alertou o STAL/CGTP, que responsabiliza o executivo de António Guterres pelos transtornos causados pela paralisação de 28 e 29 de Março.

A direcção do sindicato, numa nota de imprensa divulgada sexta-feira, estima em 90 por cento a adesão global à greve, notando que se apresentaram ao serviço, sobretudo, trabalhadores em situação de contrato. O STAL denunciou ainda pressões em Braga e Coimbra, para que pessoal em férias ou de folga substituísse grevistas.

No segundo dia de greve decorreram manifestações em Braga e Coimbra. Em Aveiro, uma delegação sindical entregou uma moção na Câmara Municipal e no Governo Civil. Estas acções foram decididas na véspera, em Lisboa, quando cerca de três centenas de trabalhadores se concentraram frente à Secretaria de Estado da Administração Local – onde o sindicato teve dia 29 uma «reunião inconclusiva» com o secretário de Estado, pois este informou que estaria já elaborado um anteprojecto de alteração ao diploma de carreiras, mas recusou-se a revelar se o seu conteúdo contempla a reivindicada valorização profissional.



Dois dias de greve nas IPSS dos Açores

A maioria das creches e dos jardins de infância da RA dos Açores esteve encerrada nos dias 29 e 30 de Março, devido a uma greve nas instituições particulares de solidariedade social, pela equiparação ao estatuto dos trabalhadores do Estado. João Decq Mota, do Sindicato da Função Pública do Sul e Açores, afirmou à Lusa que a adesão foi de 85 por cento.

No segundo dia de greve teve lugar uma manifestação em Ponta Delgada, com vári-

as centenas de trabalhadores, na maioria mulheres (foto). Idêntica iniciativa realizou-se no dia anterior, em Angra do Heroísmo.

A DORAA do PCP expressou a sua solidariedade para com a luta dos trabalhadores das IPSS, lembrando que a equiparação plena à Função Pública já está consagrada para os professores e educadores de infância do mesmo sector e que o pessoal das IPSS já foi, em tempos, remunerado pela tabela salarial do Estado.

Enfermeiros vão parar amanhã

O Sindicato dos Enfermeiros Portugueses convocou uma greve para dia 6, em protesto contra a recusa da tutela em negociar a antecipação da idade de reforma na carreira de enfermagem. A realização da paralisação foi confirmada na passada quinta-feira, durante uma iniciativa pública levada em cabo frente ao Ministério da Saúde, onde foram entregues 20 mil assinaturas reclamando mais enfermeiros no País.

O sindicato afirma que a falta de enfermeiros está a sobrecarregar os profissionais em exercício, o que leva a que seja necessário que estes se reformem mais cedo – aos 30 anos de

serviço ou 52 de idade, contra os 35 anos de serviço e 57 de idade actualmente em vigor. Depois de um breve encontro com o secretário de Estado dos Recursos Humanos da Saúde, uma dirigente do SEP protestou contra o facto de o sindicato não ter oportunidade para explicar a progressividade na implantação daquela proposta. Citada pela Lusa, Guadalupe Simões considerou que o argumento da carência de profissionais, usado pelo Governo para recusar a antecipação da idade de reforma, é «escandaloso», face à falta de iniciativas da tutela no sentido de suprir tal falta.

Museus

O novo regime de carreiras profissionais de museologia, conservação e restauro do património cultural deve ser declarado inconstitucional e ilegal, defende a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, que nesse sentido interveio junto da Procuradoria-Geral da República. Ao mesmo tempo, a FNSFP/CGTP solicitou aos grupos parlamentares a reapreciação do Decreto-Lei 55/2001, por não consagrar o regime de especificidade do estatuto remuneratório, por não salvaguardar os direitos adquiridos pelos trabalhadores e por não estabelecer a produção de efeitos a 1 de Janeiro de 1998. O PCP requereu que o diploma seja apreciado em plenário dia 16 de Abril.

Encontro de emigrantes

Este fim-de-semana, no Luxemburgo, a CGTP (em parceria com a central luxemburguesa OGB-L) realiza o seu 5.º Encontro de Migrações, que é dedicado às comunidades portuguesas na Europa e tem por lema «Cidadania europeia e desafios do futuro». Durante sábado e domingo, representantes do movimento associativo da emigração e do Conselho das Comunidades em países europeus, dirigentes sindicais e outros participantes vão abordar temas como a livre circulação e as políticas comunitárias que têm a ver com os portugueses que trabalham e vivem no espaço da União Europeia. Também vai estar em discussão – refere uma nota do departamento de informação da Inter – o papel do Estado português no apoio aos emigrantes, incluindo quando estes decidem regressar a Portugal.

Sorefame

A nova Comissão de Trabalhadores da Sorefame-ADtranz foi eleita dia 22 de Março. Constituída por sete elementos, que integraram uma única lista, a CT declarou que «continuará a luta firme, na defesa daquilo que são as aspirações e anseios mais profundos de todos os trabalhadores, sem excepção». Em comunicado, os eleitos afirmam-se «motivados e confiantes, pois os trabalhadores da Sorefame-ADtranz sempre souberam estar à altura para dar resposta às situações mais difíceis».

Feira

A ministra da Saúde, na reunião agendada para terça-feira com a CGTP, vai ser confrontada com a «arrogância política» no Hospital da Feira e na ARS do Centro, informou a União dos Sindicatos de Aveiro.

Carta contra o racismo

A participação na vida política e o direito automático à cidadania europeia por parte dos emigrantes são direitos que as organizações portuguesas contra o racismo querem ver consagrados na Carta dos Residentes na Europa.

O documento, que foi discutido na sexta-feira, no encontro da rede Europeia Contra o Racismo, em Bruxelas, tem como objectivo estabelecer «os direitos mínimos que devem ser concedidos aos que residem na Europa», independentemente de terem ou não nacionalidade de um Estado-membro da União Europeia.

As organizações portuguesas, nomeadamente a Frente Anti-Racista, o Olho Vivo, o SOS Racismo, a Associação Cigana de Coimbra, o Centro Cultural Africano (de Setúbal), pretendem instituir, como direitos inalienáveis, os princípios da liberdade de circulação, da participação e do asilo político, e da igualdade no acesso ao emprego, saúde, habitação e segurança social.

A protecção mínima dos estrangeiros em situação irregular é outra das preocupações, prevendo-se por isso no documento que quem se encontrar nesta situação e for objecto da instauração de um processo «deverá beneficiar de apoio jurídico gratuito e de apoio social até à sua inclusão».

Vigilantes do ambiente

Cinquenta idosos do concelho do Seixal vão ocupar os seus tempos livres sensibilizando os munícipes a cuidar melhor do ambiente, ao abrigo da iniciativa promovida pela autarquia «Os vigilantes do ambiente».

«Os vigilantes do ambiente» arranca no terreno a 17 de Abril e prolonga-se até Setembro, envolvendo a participação de nove associações de reformados do concelho. Cada associação far-se-á representar por duas brigadas que, durante duas acções por mês, irão percorrer a sua freguesia e verificar se o lixo (lixo doméstico, entulhos, aparas de relva) foi depositado nos locais e dias apropriados.

Se for detectada uma situação anómala numa determinada zona da sua freguesia, as brigadas deixarão nas caixas de correio dos moradores uns panfletos que os alertarão para o modo correcto como deve ser depositado o lixo.

Nesta primeira quinzena de Abril, os participantes terão uma acção de formação que inclui, entre outros programas, visitas ao aterro sanitário do Seixal e a fábricas de reciclagem de lixo.

Contra o stress do IC19

Cinquenta atletas de clubes do concelho de Sintra e de outros municípios participaram na mini e na meia maratona de domingo passado, em Lisboa, envergando camisolas «Contra o stress do IC19, pela sexta faixa». Uma ideia que partiu da Comissão de Utentes do IC19 – a única via que liga Sintra a Lisboa, e que decidiu convidar vários atletas que se solidarizaram com o alerta por melhores acessibilidades ao concelho de Sintra.

Atletas dos clubes da Serra das Minas, Cruz Quebrada e Feijó aceitaram o desafio e correram nas maratonas, com chegada à Torre de Belém, local onde eram esperados por elementos da Comissão de Utentes.

Entretanto, prossegue a recolha de assinaturas para fazer chegar um abaixo-assinado a Ferro Rodrigues antes da Páscoa.

Ontem, a comissão reuniu para organizar as assinaturas entretanto recolhidas e para discutir o facto de o Governo pretender desviar verbas previstas para a concretização de novas acessibilidades para requalificar estradas já existentes. A comissão receia que esta medida venha pôr em causa a construção das obras prometidas para Sintra, nomeadamente o IC16, que servirá de alternativa ao saturado IC19.

Co-incineração em tribunal

A Associação de Consumidores de Portugal (ACOP) entregou no Tribunal Cível de Coimbra a petição inicial de uma acção inibitória contra o Estado, na pessoa do ministro do Ambiente, no âmbito do processo de co-incineração.

Com esta acção inibitória, a ACOP, em colaboração com a Associação de Defesa do Ambiente de Souselas (ADAS), quer prevenir os efeitos perniciosos e lesivos da co-incineração que se pretende iniciar em Coimbra.

Para justificar a petição inicial da acção inibitória, a associação apoiou-se em incoerências dos relatórios da comissão independente e do grupo médico, de par de algumas conclusões já disponíveis de um inquérito às condições de saúde dos habitantes de Souselas.

A estes documentos deverão juntar-se ainda relatórios disponibilizados por diversos especialistas, nomeadamente um sobre as correntes dos ventos, propagação das substâncias e os locais onde estas se acumulam na cidade de Coimbra.

Desporto no feminino em debate em Lisboa

Outras marcas de exclusão

A melhor marca feminina registada na Meia Maratona de Lisboa surge como uma boa oportunidade para lembrar uma questão de fundo – Portugal continua na cauda da Europa no que respeita ao desporto feminino.

Num domingo de sol, a zona ribeirinha de Belém foi local de festa, com muitos lisboetas na rua a assistirem (e a participarem) na 11ª Meia Maratona. No fim da corrida, a vedeta foi a queniana Susan Chepkemei, a primeira mulher a fazer esta distância em menos de 1h06m.

De resto esta meia maratona foi a melhor de sempre no sector feminino. As dez primeiras atletas a terminar, fizeram todas menos de 70 minutos.

Ao arrepio e em contraste com esta dinâmica, a muito diminuta participação feminina no desporto arrasta-se como um problema de fundo. A exigir medidas que tardam.

Um quadro negro

Em recente intervenção na Assembleia da República, sobre o desporto e a actividade física das mulheres, a deputada comunista Margarida Botelho lembrou que «o desporto tem que ser encarado como direito constitucional que é, seja ele praticado como actividade de recreio ou de lazer, por

razões de saúde ou em alta competição».

É mais fácil desintegrar um átomo do que um preconceito

Os números que referiu, em apoio desta exigência, são uma prova inequívoca da discriminação que é prática corrente nesta área.

Apenas 14% das mulheres portuguesas praticam desporto, contra 31% dos homens. Em competição, a percentagem não chega a 1%. Um estudo recente aponta mesmo para que o desporto federado feminino tenha descido 4% nos últimos 10 anos.

Noutros países, a situação é bem diferente: 24% das mulheres em Espanha praticam desporto; 63% na Holanda; 67% em França; 70% na Suécia.

Acresce que a percentagem de mulheres nas delegações olímpicas portuguesas vem descendo desde 1984 (23,1%, contra 20,6% em 2000). Participaram mulheres em apenas 11 das 32 modalidades olímpicas, com 48 anos de participação feminina portuguesa.

Noutras áreas da vida desportiva, a situação não é melhor. Um estudo de 1999 aponta para que a participação das mulheres nas direc-

ções dos clubes e das federações desportivas não chegue a 10%. Existem discriminações graves no acesso aos espaços, aos prémios de jogo, aos patrocínios e apoios, ao estatuto de alta competição.

Neste quadro, Margarida Botelho sublinha que «nenhum contrato-programa no nosso país contempla a promoção do desporto feminino» e que «a política desportiva em Portugal não contempla a promoção da igualdade de oportunidades, ao contrário do que se passa internacionalmente».

Uma situação que urge rectificar.

Dois iniciativas importantes

Numa perspectiva de promoção do desporto feminino, a investigação sobre mulheres e desporto assume particular significado. Daí a importância da iniciativa pública que teve lugar no passado dia 26 de Março na Livraria Bulhosa, em Lisboa, para apresentação de dois trabalhos que resultaram da cooperação entre a Associação Portuguesa Mulher e Desporto e a Associação Portuguesa Estudos sobre a Mulher.

Um primeiro trabalho, «Equidade na Educação: Educação Física e Desporto na Escola», da autoria de Paula Botelho Gomes, Paula Silva e Paula Queirós, são

abordados temas como a mulher e o desporto, a importância do corpo na construção de identidades, os modelos escolares, educação física na equidade e na diversidade.

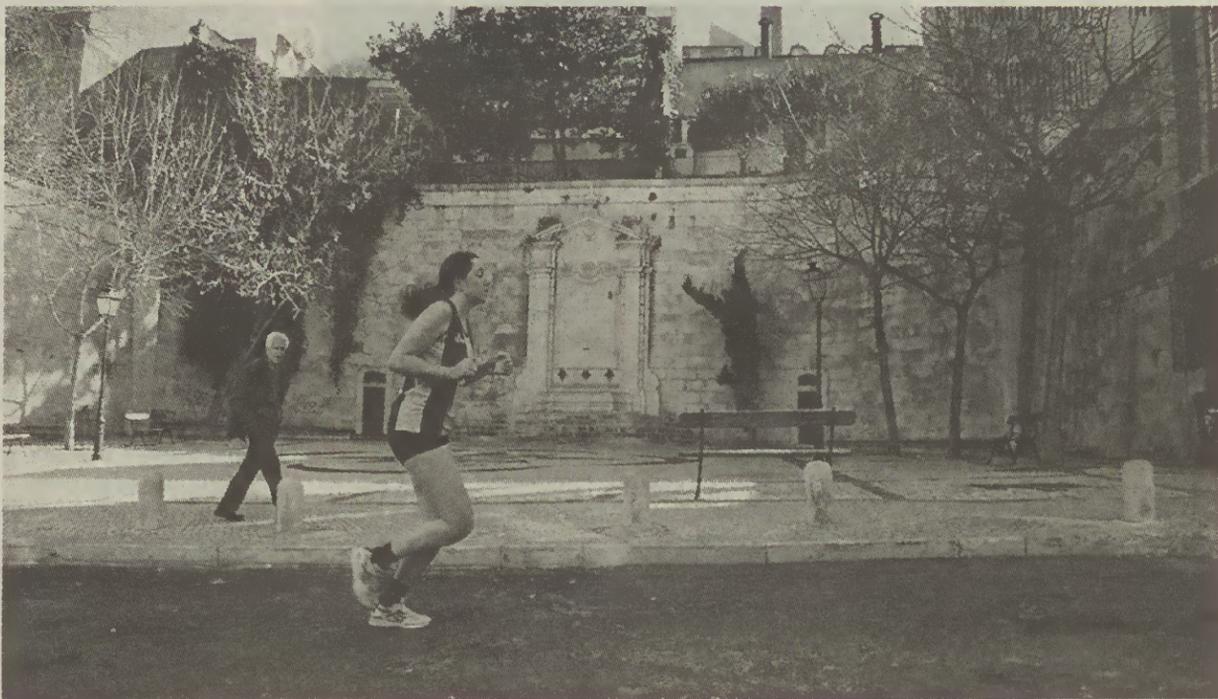
Na introdução a este trabalho, cita-se, significativamente, um comentário de Albert Einstein, que disse um dia: *Triste época! É mais fácil desintegrar um átomo do que um preconceito.*

O segundo trabalho apresentado foi o último número da revista «Ex Aequo», de CELTA, organizado por Isabel Cruz e Paula Botelho Gomes, que assinala o centenário da participação feminina nos Jogos Olímpicos.

Os textos – a maioria originais – incluem a abordagem de temas como «O género e o desporto: hábitos e tendências», «Desporto, mulheres e media: O corpo desejável das desportistas» e «Treinar: uma prática sexualmente diferenciada?».

A revista é uma edição da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres (APEM), a que preside a socióloga da Faculdade de Economia de Coimbra, Virgínia Ferreira.

Ao longo do debate ressaltou, como referiu Virgínia Ferreira em declarações à Lusa, que «ainda há muito para fazer a fim de perceber como as mulheres são marginalizadas e são impostos limites ao seu desenvolvimento».



No desporto as mulheres são claramente marginalizadas

Bento de Jesus Caraça

Um pensamento, uma obra para o novo milénio

A sessão de apresentação pública dos objectivos e iniciativas do programa de comemorações do Centenário do nascimento de Bento de Jesus Caraça, terá lugar amanhã, no auditório da sede da CGTP-IN. O lema da celebração é «Um pensamento, uma obra para o novo milénio».

Além desta confederação sindical, são promotores das comemorações o Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), a Associação para o Ensino Bento de Jesus Caraça, o Instituto Bento de Jesus Caraça, as câmaras municipais de Lisboa, Vila Viçosa e Redondo, a Socieda-

de «Voz do Operário» e as universidades populares do Porto e de Setúbal.

Todas estas entidades estarão representadas na sessão de apresentação pública, momento onde será também divulgada a comissão de honra que irá patrocinar estas comemorações.

Com este programa de comemorações pretende-se valorizar quer o valioso contributo científico, pedagógico, cultural e cívico de Bento de Jesus Caraça quer a actualidade do seu legado intelectual e da sua obra face aos desafios do novo século.

Em defesa da agricultura familiar

Tractores desfilam em Coimbra

O mau tempo que se fez sentir no País agravou ainda velhos problemas da agricultura portuguesa. Os agricultores vivem momentos particularmente difíceis e fazem sentir o seu protesto, em diversas zonas do País.

Tractores de várias zonas do baixo Mondego desfilaram, esta segunda-feira, nas ruas de Coimbra, no quadro de um protesto de agricultores - promovido pela Associação Distrital de Agricultores, filiada na CNA - pela não atribuição de ajudas a fundo perdido, face aos prejuízos causados pelas cheias e pelo mau tempo.

Os manifestantes protestaram contra a falta de ajudas a fundo perdido para a recuperação de estufas, plantações, culturas que ficaram por recolher (sobretudo milho) e falta de drenagem suficiente nos campos do Bolão, próximo da cidade. Um facto agravado por não ter sido entretanto feito o emparcelamento rural na zona.

Em Aveiro, no passado dia 25 de Março, 150 delegados participaram no VI Encontro da Lavoura/Assembleia Geral Eleitoral da ALDA.

Os delegados aprovaram, por unanimidade e aclamação, um projecto de reclamações a enviar aos órgãos de soberania, em que se reclama, em particular, uma outra política em relação ao leite, aos bovinos e à batata.

O documento exige ainda uma redução efectiva das prestações mensais à segurança social sem perda de direitos, um apoio rápido a todos os agricultores pelos prejuízos causados pelas intempéries, um plano de desenvolvimento rural que proteja e premeie a agricultura familiar.

Os agricultores de Aveiro lembram, em particular, que a agricultura familiar é um garante de «produtos de qualidade e de uma alimentação saudável».

Ainda neste mês de Março, os pastores transmontanos, reunidos em Chaves, reclamaram o imediato encerramento das fronteiras enquanto se mantiver a ameaça do surto de febre aftosa e

uma maior fiscalização para o trânsito intercomunitário de animais.

Os rendimentos dos agricultores baixaram 7,5% em 2000

Os participantes na V Assembleia da Associação de Pastores Transmontanos exigiram do Governo uma imediata tomada de medidas para conter a

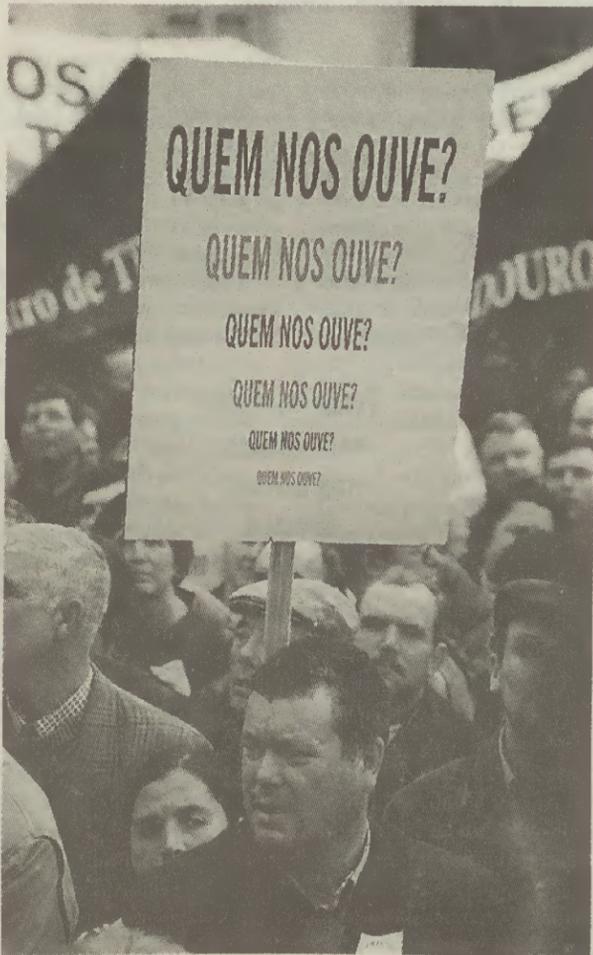
ameaça do surto de febre aftosa, que tem preocupantes reflexos nas perspectivas dos criadores de gado bovino e caprino e poderá mesmo levar à liquidação de milhares de agricultores.

Com base num recente recenseamento agrícola do

O desaparecimento de cerca de 44 mil explorações agrícolas em Entre-Douro-e-Minho e o abandono da actividade agrícola por cerca de 50% da população rural nesta zona, é um dos dados referidos pela ADADB.

A Associação minhota acusa o governo de insensibilidade face «às reais dificuldades dos agricultores, devido à constante baixa dos seus rendimentos que, durante o ano 2000 baixaram significativamente (cerca de 7,5%)». Um situação diversa da de outros países da União Europeia, onde tal rendimento subiu mesmo, como é o caso de Espanha, onde registou um acréscimo de cerca de 4,5%.

A ADDB sublinha a necessidade de defender a agricultura regional e reclama, nomeadamente, a modulação dos subsídios aos rendimentos dos agricultores, o



Os agricultores querem ser ouvidos

Instituto Nacional de Estatística (INE), a Associação de Defesa dos Agricultores do Distrito de Braga (ADADB) sublinha o preocupante estado da agricultura da região.

reforço da fiscalização, a defesa da produção nacional e a renegociação das quotas leiteiras, a defesa da produção animal, a baixa de prestações para a Segurança Social.

republicanos e os comunistas.

A obra de Américo Leal, militante do PCP desde muito jovem, e membro do seu Comité Central durante 30 anos, dá particular destaque à acção e luta dos comunistas nesta zona do litoral alentejano.



Onde fica o interior do País?

• Manuel Rodrigues

O mau tempo que, de uma forma implacável, nos últimos tempos, sobre nós se abateu, a par dos enormes estragos e prejuízos que provocou (incluindo a perda irreparável de tantas vidas humanas), trouxe também à tona das enxurradas aquilo que para muitos já era uma evidência (desde há muito, aliás, por nós denunciada). Para os nossos governantes o interior só existe nos períodos eleitorais. As aldeias continuam mergulhadas num arripiante processo de desertificação humana. A agricultura agoniza. O emprego escasseia. As empresas que se vão instalando (graças em grande parte aos esforços do Poder Local) pagam, regra geral, baixos salários e oferecem quase sempre relações laborais precárias. Eliminam-se serviços atrás de serviços, sempre com o argumento de que saem muito caros ao erário público: transportes, escolas, postos médicos, postos de correio, entre outros. Passam-se décadas sem investimentos em infra-estruturas básicas (a ponte de Entre-os-Rios é disso um bom exemplo). As grandes vias que são abertas (IP3, IP4, IP5, etc.) nascem cheias de graves defeitos e, por isso, arrastam consigo novos e impressionantes níveis de perigosa insegurança.

São muitas as povoações que ainda não têm coisas tão simples e fundamentais como o saneamento básico e o abastecimento de água ao domicílio.

Soma e segue

As catástrofes são frequentes: no Verão, é o flagelo dos incêndios que reduz tudo a cinzas; no Inverno, são os temporais e as enxurradas que levam as casas, os bens e, quase sempre, muitas vidas. A CP, ramal a ramal, vai, paulatinamente, encerrando as linhas e estações que, até aqui, serviam algumas das zonas mais periféricas. Centenas de escolas do 1.º ciclo do ensino básico vão sendo encerradas, administrativamente, e a rede de Jardins de Infância não cobre sequer um terço das necessidades (no interior).

A agricultura é votada ao abandono e os agricultores vêm-se confrontados com a ruína da sua principal actividade económica. As ajudas

directas e as indemnizações compensatórias (apesar de importantes) mal dão para a sobrevivência. As contribuições para a segurança social são elevadíssimas para tão baixos rendimentos e têm levado muitos agricultores a interromperem o seu percurso contributivo, deixando o futuro hipotecado. A sanidade animal restringe ainda mais as hipóteses de sobrevivência. Doenças como a BSE, a febre aftosa, a brucelose, a lactose, produzidas sobretudo pela grande agricultura industrial, pairam ameaçadoras sobre um tipo de agricultura, tradicionalmente saudável - a agricultura familiar. As produções de qualidade são asfixiadas pela mixórdia (altamente lucrativa) dos produtos adulterados ou falsificados (veja-se o que se passou no distrito de Viseu, ainda recentemente, com o vinho: foram detectados 2 milhões de litros produzidos «a martelo»). As grandes acessibilidades servem muito mais para fazer chegar ao interior os produtos estrangeiros (com que as grandes superfícies nos encharcam os mercados) em vez de servirem para fazer circular as nossas produções (a preços justos, obviamente).

Em véspera de eleições

Os governantes (e certos partidos políticos) aparecem, nestes recônditos sítios do interior, nas vésperas dos actos eleitorais ou apenas enquanto dura o *show-off* em torno de grandes tragédias. Apagados os holofotes, quando se reabrir a discussão em torno do próximo Orçamento de Estado, veremos quem procura mais uma vez o *queijo limiano* (ou um «outro queijo» qualquer) para fazer aprovar um Orçamento de Estado contra o interesse das populações e quem, de facto, está com essas populações, quem se preocupa com os seus problemas, quem luta, de forma séria, por um verdadeiro desenvolvimento para todo o País (incluindo o interior).

Os comunistas estarão nessa altura, como têm estado sempre, ao lado dos que lutam por um Portugal desenvolvido, que é o mesmo que dizer, democrático, justo, livre, solidário e moderno. Como, aliás, é próprio de um Partido Comunista.

Quem Somos! Testemunhos

«Quem Somos! Testemunhos», da autoria de Américo Leal, vai ser apresentado no próximo dia 27, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Sines. Uma iniciativa que se integra nas comemorações do 25 de Abril e que conta com o apoio da URAP - Núcleo de Sines.

O livro de Américo Leal incide sobre a vida social, cultural e política ao longo do século XX, em Sines. Ao longo das suas páginas, o autor fala-nos das movimentações de massas e, em particular, de três grandes forças organizadoras - os anarco-sindicalistas, os

Associativistas de todo o País reúnem este fim-de-semana

Colectividades em congresso

Os principais problemas e desafios do movimento associativo de raiz popular vão estar em discussão a partir de amanhã, em Loures, com os olhos postos no futuro e as reivindicações apontadas ao poder central.

O 4.º Congresso Nacional das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, que deverá reunir cerca de duas mil pessoas no Pavilhão Paz e Amizade, «constitui o grande evento com que o movimento associativo popular saúda a entrada do século XXI e do 3.º milénio», afirma Alfredo Flores, no editorial da «Elo associativo». Num número onde o congresso é o tema principal, a revista da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e

No editorial, o presidente da Direcção da FPCCR considera que o congresso de Loures será «o espaço apropriado para que o movimento associativo de raiz popular reflita sobre o seu papel na sociedade e reclame dos poderes políticos a criação de condições necessárias para prestar às populações um serviço público de qualidade, acessível a todos os estratos sociais, mesmo àqueles de escassos ou nulos recursos». Alfredo

O 4.º Congresso pretende ser um ponto de viragem na vida do associativismo

no combate às chagas sociais, cada vez mais relevantes na sociedade» e «no contributo para a integração de muitos dos que são lançados para as margens da sociedade»; tal papel é desempenhado «seja através das práticas desportivas, seja pelas práticas culturais e recreativas, seja ainda pela vertente convivencial, tão mal entendida por quem do movimento associativo popular tem uma visão preconceituosa e classista, na defesa e divulgação dos nossos usos e costumes e da nossa cultura popular mais genuína».

Êxito construído

As grandes expectativas quanto ao congresso e aos seus resultados estão expressas logo no lema «Um Congresso para o Futuro, Organizar para Melhor Agir» e fundamentam-se no trabalho levado a cabo na sua preparação.

Organizado pela FPCCR e pelas federações distritais das colectividades de Viana do Castelo, Braga e do Porto, com o apoio das câmaras de Loures e Lisboa e do Montepio Geral, o congresso foi precedido de reuniões de colectividades durante os meses de Fevereiro e Março.

Em Janeiro, na «Elo associativo», foi publicado um documento que adiantava elementos para discussão sobre os dez temas que vão ser debatidos sábado, quando o congresso se desdobra em secções. Este debate foi precedido de acções de dinamização, assentes nas colectividades mais antigas em cada concelho, com a participação de elementos da comissão organizadora do congresso e respectivos grupos de trabalho.

A manhã de domingo está reservada à aprovação de conclusões. Na mesma altura, um grande desfile de «motards» vai chamar a atenção para o congresso, ao passar nas ruas de Lisboa, Odivelas e Loures.

A partir de domingo, o êxito do 4.º Congresso fica nas mãos das dezenas de milhares de dirigentes e activistas que, todos os dias, com o seu esforço e dedicação, fazem com que muitos e muitos portugueses e portuguesas, de todas as idades e estratos sociais, possam usufruir de direitos reconhecidos na Constituição mas negados pela prática política de sucessivos governos.



As questões sociais e a qualidade de vida urbana foram consideradas pelos comunistas de Lisboa como prioridades de intervenção na autarquia da capital

Definidas linhas de orientação no âmbito da coligação de Lisboa

Apostar na qualidade de vida

Concretizadas as grandes obras estruturais em áreas como a habitação, o saneamento e a rede viária, as apostas do PCP para o próximo mandato são a «requalificação e valorização dos espaços urbanos», a «construção de equipamentos sociais e culturais» e a «aceleração do processo de reabilitação urbana».

As linhas orientadoras foram apresentadas durante um encontro que encerrou uma longa jornada de reflexão e debate por toda a cidade. Intervindo no final do encontro, em que participaram cerca de uma centena de eleitos e militantes comunistas, Jorge Cordeiro, responsável nacional pelo trabalho autárquico, fez uma avaliação global positiva do trabalho realizado pela coligação nos três mandatos sucessivos e afirmou peremptoriamente que, nas próximas eleições, só há duas alternativas em confronto: o prosseguimento deste projecto que tem dado provas concretas, ou o retorno, a partir das duas candidaturas da direita, à gestão de inércia e arbítrio da década de 80.

Luís Fernandes, responsável pelo trabalho em Lisboa, interviu antes, expondo, com algum detalhe, as linhas de orientação com que o PCP deve continuar a influenciar de forma decisiva o importante trabalho que vem sendo desenvolvido na cidade.

Segundo o dirigente comunista, agora que estão já concretizadas as grandes obras infra-estruturais – para as quais

foi necessário canalizar a parte mais substancial das verbas municipais – o prosseguimento do trabalho deve obedecer a duas lógicas: a uma lógica de nível micro, apostando mais intensamente no reequilíbrio da cidade do ponto de vista social, económico e cultural e a uma lógica macro, envolvendo toda a Área Metropolitana e o Governo, no sentido de resolver grandes problemas e desequilíbrios, através do desenvolvimento de planos articulados de habitação, transportes, emprego e de infra-estruturas e equipamentos.

Luís Fernandes defendeu finalmente a necessidade de os comunistas continuarem a exigir e a praticar em Lisboa uma gestão democrática e transparente, a igualdade no tratamento dos munícipes, o combate à facilidade, ao desleixo, à rotina, ao desperdício, o acesso natural e rápido do munícipe ao eleito, a resposta pronta às solicitações.

Continuar o bom trabalho

Antes destas duas intervenções de fundo, dezenas de ora-

dores apresentaram propostas de realizações sectoriais para a diferentes áreas de intervenção municipal e depois o debate generalizou-se com intervenções apreciativas sobre o trabalho realizado, a realizar e a melhorar. António Abreu disse que «os doze anos de gestão da coligação marcaram uma enorme viragem» na cidade e que é preciso continuar esta linha de desenvolvimento, mencionando, entre outros aspectos, a necessidade de «influenciar a concretização de alterações legislativas» que permitam resolver, por exemplo, o problema dos fogos devolutos e uma intervenção concertada no sub-solo.

Rita Magrinho falou da «dinâmica introduzida pelos comunistas» nas áreas em que estão envolvidos, «dos equipamentos que não haveria se não fosse a nossa intervenção qualificada» e, num breve balanço, mencionou os 58 polidesportivos construídos, as novas piscinas e outros equipamentos na área do desporto.

Feliciano David manifestou «orgulho no que fizemos», mencionando os cerca de cem milhões de contos investidos na construção de habitação social, os 40 milhões em vias e os cerca de 20 milhões em saneamento. Foram obras grandiosas que consumiram muitos recursos mas, terminadas que estão, «deixam-nos agora a possibilidade de investir mais intensamente nas questões sociais e na qualidade de vida urbana».

Portalegre

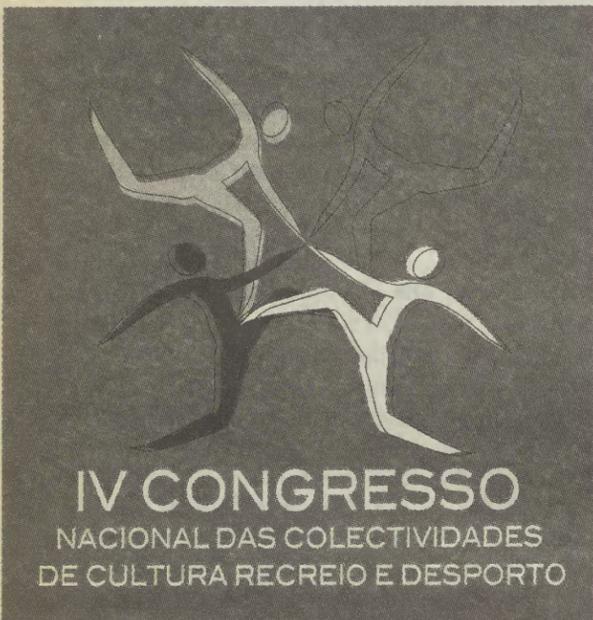
Reforçar posições

Decorreu, no passado dia 31 na vila do Crato, o Encontro de Portalegre de Eleitos e Activistas da CDU. Este encontro concluiu «que o prestígio e credibilidade alternativa da CDU é conquista resultante da profunda e reconhecida identificação com as mais sentidas aspira-

ções das populações», e que a coligação em que participa o PCP age «em defesa de uma gestão participada e exercício de poder assente no trabalho, na honestidade, competência e transparência».

Neste encontro foram traçados os objectivos da CDU para as eleições autárquicas do

final do ano neste distrito e que passam por «concorrer a todos os órgãos autárquicos», «confirmar e reforçar as posições da CDU nos órgãos municipais e de freguesia onde é força maioritária», obter «novas presidências» e «mandatos em órgãos em que a CDU não está representada».



Recreio inclui também uma saudação da presidente da Câmara Municipal de Almada, concelho onde teve lugar o 3.º Congresso, há quase oito anos.

Flores salienta que «só por grande jactância, alimentada pela mais atrevida ignorância, se pode menosprezar o papel, insubstituível, das associações populares

Dez temas para um debate aberto

O 4.º Congresso é aberto a todas as associações com actividades de cultura, recreio e desporto. Para debate foram propostos dez temas: O movimento associativo e a sua função social; A organização administrativa e financeira das associações; O dirigente associativo; A estrutura do movimento associativo; A relação entre o movimento associativo e os poderes; A questão legislativa; A juventude nas associações; O desporto popular; Actividades de cultura e recreio; A música.

Para além de muitos comunistas com destacada actividade nas associações populares e que, por essas funções, vão participar no congresso, o PCP estará oficialmente representado por uma delegação onde se incluem Jorge Cordeiro, da Comissão Política, Carlos Rabaçal, do Comité Central, António Filipe, do CC e deputado à Assembleia da República, e Ilda Figueiredo, deputada ao Parlamento Europeu. O secretário-geral do Partido, Carlos Carvalhas, participará no encerramento

Apresentado o candidato em Santiago do Cacém

«Um projecto assente na obra»

Apresentado na sexta-feira, dia 30 de Março, Vítor Proença é o cabeça de lista da CDU à presidência da autarquia de Santiago do Cacém. Na sessão intervieram, para além do candidato, que desempenha actualmente as funções de vereador, o actual presidente, Ramiro Beja, e o membro da Comissão Política do PCP, Jorge Cordeiro.

«Vítor Proença tem demonstrado, ao longo deste mandato, grande capacidade de trabalho, dedicação, imparcialidade e muita competência. Estes e outros atributos dão-nos a garantia de que o projecto autárquico da CDU vai prosseguir com a mesma linha de

As autarquias CDU têm conseguido minimizar impactos da integração

orientação, melhorando nos casos em que, por ventura, se tenham revelado menos positivos.» Foi desta forma que o candidato da CDU foi apresentado publicamente pelo actual presidente da autarquia, Ramiro Beja, que considera que, aos 58 anos, assumir o desafio de ser candidato «seria pouco cauteloso da minha parte e correria o risco de não conseguir manter o

ritmo do qual o município vai precisar nos próximos anos».

Já Jorge Cordeiro considera que «temos a nosso favor o crédito que o comprovado respeito pelos compromissos assumidos nos atribui» e a «força de quem pode apresentar um projecto de futuro com soluções de qualidade sustentado não em *slogans* mas em trabalho, obra realizada e provas dadas». O membro da Comissão Política lembrou ainda que «não podemos beneficiar da projecção mediática que premeia o que é superficial ou puramente demagógico» e confessou «não querer competir nesse terreno». «Queremos ser notícia por outras razões, aquelas mesmas razões que fazem da

CDU uma força reconhecida pelo seu trabalho, a sua honestidade e a sua competência», afirmou.

Grande motivação

O candidato da CDU começou a sua intervenção agradecendo – por toda a confiança depositada na sua pessoa, na dupla qualidade de vereador e de candidato – a um «conjunto muito numeroso de pessoas que contribuíram de diversas formas para que conseguíssemos efectuar um mandato com grande motivação, no quadro da actual gestão».

O facto de ser candidato à presidência da autarquia não impede, na opinião de Vítor Proença, que não se faça tudo «para que consigamos terminar o mandato com um saldo francamente positivo», tal como em todos os projectos em que a autarquia está envolvida como sejam as «piscinas municipais, a nova escola do primeiro ciclo e pré-escolar de Santiago do Cacém, Biblioteca Municipal em Vila Nova de Santo André, Centro Cultural

de Alvalade, projecto de requalificação urbana que envolve uma vasta área da cidade de Santiago», entre outras iniciativas citadas pelo cabeça de lista da CDU.

Sobre a obra realizada nos últimos 25 anos, Vítor Proença é peremptório em classificá-la de «notável feito por gerações de excelentes e dedicados eleitos, muitas vezes em conjunto com o movimento de moradores e associações locais». Quanto às insuficiências, lembra, existem «em qualquer processo».

«Embora se registre um comprometimento por parte do Tratado da União Europeia com a Coesão Económica e Social», o Alentejo, «inserido no grupo das regiões mais pobres da Europa, tem testemunhado, de forma ímpar, os impactes causados pelo processo de integração económica», considerou o candidato que vai mais longe ao afirmar que «se a situação não é mais grave muito se deve ao imenso trabalho e medidas adoptadas pelas autarquias e vários agentes locais».



Vítor Proença

Lembrando a importância que assume o concelho, situado na zona económica de Sines/Santiago, lembrou que se deverá evitar que o «Porto de Sines se transforme numa ilha, antes devendo tudo fazer-se para que contribua para concentrar e desenvolver outras actividades que constituam alavan-

cas de desenvolvimento local e regional».

Como reivindicações a fazer ao Poder Central, o candidato destacou a exigência de abertura do complexo universitário do Instituto Piaget em Santo André e da criação de uma Escola Superior do Instituto Politécnico de Beja em Santiago do Cacém.

Serpa

«Continuar no caminho do desenvolvimento»

«Como sabemos, fazer política é sempre, em todas as circunstâncias, optar e neste caso a opção foi a continuidade de um trabalho que tem dado frutos», afirmou o presidente da Câmara Municipal de Serpa e candidato da CDU a um novo mandato, na sua sessão de apresentação pública, ocorrida no sábado, dia 31 de Março. Esse trabalho, para o candidato comunista, caracteriza-se por «uma gestão democrática e participada, no estabelecimento de relações de colaboração com todos os agentes locais e população, numa grande capacidade de concretização e de planeamento». «Os resultados estão à vista», concluiu.

«Satisfeitas as necessidades básicas da população é necessário continuar, porque os

níveis de exigência vão-se alterando e são cada vez maiores», disse João Rocha, fazendo alusão às prioridades – cumpridas – dos anteriores mandatos. Para os próximos anos, «é necessário irmos cada vez mais adiante, estarmos sempre um passo em frente» e «encarmos sem complexos as nossas deficiências e rectificarmos as situações menos correctas», afirmou.

Apelando aos eleitores para que confiem, mais uma vez, na CDU, João Rocha aludiu ao programa eleitoral das últimas eleições que foi «praticamente cumprido e, em muitas situações, ultrapassou-se largamente o proposto, como consequência das necessidades sentidas e apresentadas nestes últimos quatro anos».

Constantes no compromisso

assumido pela CDU com a população estavam «o abastecimento de água ao concelho com a Barragem do Enxoé, a construção da EBI de Pias» que eram «há muito reivindicadas e que estão concluídas e a funcionar». Não previstas estavam, entre outras, a «cobertura do polidesportivo de Serpa, o arrelvamento dos campos de futebol de Pias e Vila Nova de S. Bento, o Pavilhão de Exposições, o asfaltamento da Estrada de Neta, a repavimentação da estrada da Cruz da Cigana ou, ainda para concluir este ano, as estradas de Vale de Vargo/Belmeque e Pias/Belmeque», lembrou o candidato.

Outra das grandes preocupações expressas pelo presidente e candidato à Câmara Municipal de Serpa é a «delimitação e definição das competências dos dois níveis de poder – o Central e o Local – de forma a que cada um se responsabilize por aquilo que é

sua competência». Continuou, dizendo que «é muito fácil para o Governo, nestas águas turvas, apontar o dedo às Câmaras, desresponsabilizando-se, porque estão longe, daquilo que deveriam ser eles a fazer...».

«Não vou, hoje, apresentar um plano de acção em pormenor, porque a devido tempo será divulgado o nosso programa eleitoral, o da CDU, para o próximo mandato», ficando apenas expresso o compromisso de que «com a CDU as pessoas estão em primeiro lugar».

João Rocha considerou ainda que «com a CDU, os habitantes deste concelho sabem que Serpa está no caminho do desenvolvimento, sabem que está salvaguardada a abertura ao diálogo e à participação democrática» e que «são defendidos, com consciência, espírito crítico e capacidade de concretização, os interesses do concelho e da região».

Fiel às raízes

João Manuel Rocha da Silva é o candidato da CDU à presidência da Câmara Municipal de Serpa. Este professor efectivo do Ensino Secundário de 50 anos é, há largos anos, presidente da autarquia a que agora de recandidata e, também, da Associação de Municípios do Distrito de Beja.

Militante do PCP, membro da Direcção da Organização Regional de Beja, é membro do Conselho Geral da Associação Nacional dos Municípios Portugueses.

Profundamente ligado às suas raízes, empenha-se em várias associações para o desenvolvimento do Alentejo, como por exemplo a Empresa de Desenvolvimento do Aeroporto de Beja, da qual é Presidente da Assembleia Geral ou a Centro de Estudos de Formação Autárquica, do qual é Vogal do Conselho Directivo.

Fazer de tudo por um concelho

O candidato à presidência da Câmara de Santiago do Cacém, Vítor Proença, agradeceu, na sessão de apresentação, «aos meus camaradas e ao meu Partido, no qual milito há cerca de 25 anos» e no qual é, actualmente, membro da Comissão Concelhia daquele concelho do litoral alentejano. Entre 1978 e 1990 foi membro do Executivo da Direcção da Organização Regional de Setúbal, com a responsabilidade – entre 1983 e 1990 – pelo concelho ao qual se candidata agora à autarquia.

Aos 44 anos de idade, Vítor Proença é, desde 1998, vereador em regime de permanência, com os pelouros da Cultura, Educação, Desporto, Juventude, Acção Social e Informação. Representa a Câmara em vários órgãos dos quais a edilidade é parceira como a Comissão Instaladora do Museu de Arte Sacra de Santiago do Cacém, Escola Tecnológica de Sines, Assembleia da Escola Secundária de Santo André, entre outros.

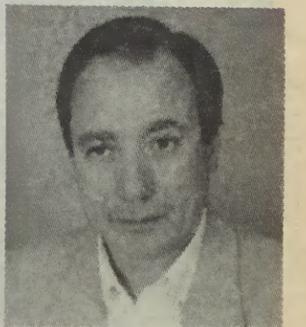
Entre 1994 e 1997, foi professor dos cursos de comunicação da Escola Profissional Bento de Jesus Caraça, delegação de Santiago do Cacém, fruto da sua formação em *Marketing*.

É, também, membro do Conselho de Administração da Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal.

Cabeceiras de Basto José Marques encabeça lista

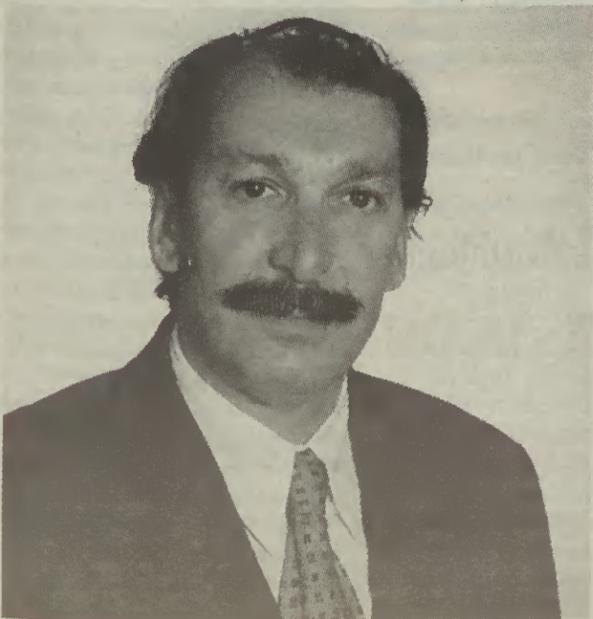
O candidato da CDU à presidência da Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto tem 47 anos, é gerente comercial de profissão e coordenador da organização da Zona de Basto do PCP. A nível partidário, é também membro da Direcção Regional de Braga.

José Manuel Marques, que foi apresentado no encontro de activistas da CDU na zona do Basto – que contou com a presença de Agostinho Lopes, deputado e membro do Secretariado e da Comissão Política, António Lopes, da Comissão Política, e José Antunes, do Comité Central – de que o Avante! deu conta na sua última edição, é vice-presidente



José Manuel Marques

da Direcção da Associação de Cooperação entre Baldios (ACEB) e membro da Direcção da Associação do Fórum Cabeceirense. É ainda presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação de Defesa da Floresta do Minho.



João Rocha



• Gustavo Carneiro
texto

XVI edição da Marcha da Rota junta mais de 10 mil pessoas em Cádiz

Marcha pela paz contra o imperialismo

«Companheiros, comecem a chegar-se para os lados. Ainda há muita gente para entrar e assim não cabe mais ninguém.» Foi desta forma que o apresentador do comício, improvisado numa avenida bloqueada por um forte contingente do corpo de intervenção da *Guardia Civil*, se dirigiu às mais de 10 mil pessoas que, no passado domingo, se deslocaram à Marcha pela Paz, em Puerto de Santa Maria, em Cádiz, local onde se encontra a Base da Rota, uma das três bases da NATO localizadas na Península Ibérica. Vindos de vários países e regiões, com diversas experiências e convicções ideológicas, os manifestantes convergiam nos objectivos e entoavam canções e palavras de ordem a exigir a Paz, o fim das armas nucleares e a extinção da NATO.

Entre os mais de 10 mil manifestantes que compareceram ao apelo dos movimentos pela Paz português e espanhol, havia representantes de uma série infindável de organizações políticas e sociais espanholas. Desde partidos políticos e coligações – como o PCE e a Izquierda Unida – até aos sindicatos – como o muito bem representado Sindicato de los Obreros del Campo e del Mundo Rural – passando por toda uma panóplia de movimentos sociais «alternativos», diversos movimentos andaluzes e uma série de pessoas que, individualmente, quiseram deixar bem expresso o seu repúdio pela presença da Aliança Atlântica em terras ibéricas. Também de Portugal, muitos acederam ao apelo lançado pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação e estiveram presentes. De entre os portugueses, e eram mais de 800 vindos em 11 autocarros – quatro de Lisboa, três de Setúbal, dois do Algarve e um de cada um dos distritos de Évora e Beja –, havia os militantes comunistas, os representantes da CGTP-IN, do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local, muitos sem qualquer partido ou associação e cerca de vinte elementos do Grupo do Jogo do Pau do Clube Recreativo Cultural e Desportivo de Brejos Faria, da Moita, que, ao tomar conhecimento da realização da Marcha, quiseram estar presentes, tendo chegado mesmo a exhibir as suas artes em terras de Espanha.

Quilómetros e mais quilómetros

Acompanhámos os manifestantes que partiram de Almada. Para estes, como para todos os outros, a jornada começou cedo. Tinha o dia 1 de Abril vinte minutos e eram cerca de duas dezenas as pessoas que, em Almada, esperavam o transporte para a Marcha. Vindo do Seixal, com muita gente deste concelho e alguns jovens do Barreiro, o autocarro saiu de Almada cheio a caminho de Cádiz. Cheio de gente, porque a animação, vencida pelo sono alguns entre Palmela e Setúbal, só foi retomada em terras da Andaluzia, mais de nove horas depois. Chegados à praça, o primeiro sentimento foi expresso por um

jovem do Porto. «Somos mais do que eles», desabafou. Esta – temporária – desilusão desvaneceu-se mal chegou a hora marcada para a concentração. Af o português deu lugar ao castelhano como «língua oficial» da Marcha da Rota 2001. Muitos quilómetros de contestação depois, e de diversas palavras de ordem a expressar os sentimentos dos presentes (ver caixa) a manifestação chegou a uma avenida que surgia, ao fundo, bloqueada por uma coluna da *Guardia Civil*. Foi nesta avenida, com um pequeno palco improvisado, que decorreu o comício que encerrou a XVI edição da Marcha da Rota. Várias intervenções representaram movimentos presentes. A primeira a usar a palavra foi uma jovem marroquina que veio da Base de Morón a marchar, juntamente com um grupo de alguns outros manifestantes, desde terça-feira, num total de cento e vinte quilómetros. A jovem marroquina salientou a ameaça que constitui a presença destas bases neste ponto da Europa, «não só para o povo espanhol como para os povos de África e da Ásia, especialmente para o iraquiano e o palestiniano». A seguir tomou a palavra Idália Custódio, do Conselho Português para a Paz e Cooperação, que salientou que esta base é, não só «a principal estrutura logística dos Estados Unidos para a agressão aos povos do Médio Oriente e Norte de África», como também «um atentado à dignidade, segurança e soberania» da Europa. A dirigente do CPPC quis, depois, «manifestar com toda a nossa força e o nosso testemunho solidário, porque entendemos que é possível alcançar um mundo livre do domínio do imperialismo norte-americano, em que assenta a Nova Ordem Mundial». Idália avisou também para as ameaças decorrentes da utilização, pela NATO, de armas químicas e biológicas «nomeadamente nas guerras do Golfo e do Kosovo» e para os perigos que representam para os povos o «bloqueio ilegal a Cuba e o criminoso embargo ao Iraque». O regresso a casa foi animado por vários debates travados entre os jovens até, mais uma vez, o sono e o cansaço tomarem conta de toda a excursão.

em Cádiz

«NATO não, bases fora»

Durante os seis quilómetros que mediavam entre o local da concentração e o limite permitido por uma *Guardia Civil* com cara de poucos amigos, muitas foram as reivindicações expressas pelos manifestantes. Desde protestos contra a manutenção da Base em terras de Espanha até momentos de solidariedade internacionalista, as 10 mil pessoas que ali foram marchar tinham consciência do que queriam e por que lutavam. Eis algumas das causas que os manifestantes quiseram levar até Cádiz:

«*Otan no, bases fuera*» – Foi a grande reivindicação do dia e a que mais vezes foi entoada. Era o motivo unificador de todas aquelas pessoas – portuguesas, espanholas, marroquinas – que caminharam mais de seis quilómetros, depois de terem viajado longas horas de autocarro desde os seus locais de origem. Protestavam contra a presença da NATO na Península Ibérica, através das bases da Rota, de Morón e de Gibraltar e contra a presença de um submarino nuclear na base de Cádiz. A própria existência da aliança foi, ali, contestada.

«*Viva el pueblo sahariano*» – Proferida, no comício, por uma criança oriunda dos acampamentos de refugiados do Sahara Ocidental, que não teria mais que dez anos, foi um dos mais emocionantes momentos da XVI edição da Marcha da Rota. Exponente máximo do sentimento de solidariedade expresso na Marcha, não foi caso isolado. Auto-colantes de solidariedade com a revolução cubana e com a luta do povo palestiniano contra os massacres perpetrados por Israel eram uma constante, bem como alusões aos bombardeamentos indiscriminados praticados pela Nato na Jugoslávia, Iraque, etc.

«Juventudes comunistas marxistas-leninistas» – menos abrangente, pelas razões óbvias – nem todos eram jovens e comunistas – foi também muito ouvida. Grande dinamizadora e animadora da manifestação, a juventude participou com as suas próprias palavras de ordem. JCP e UJCE empunharam faixas e panos comuns e apareceram unidas nos ideais e nas causas – contra o imperialismo e a NATO.



Idália Custódio, do CPPC, usou da palavra e afirmou que também Portugal sofre da ocupação de tropas estrangeiras

Ângelo Alves «Uma afirmação de solidariedade»

«A Marcha da Rota, que contou com uma destacada participação portuguesa pelo terceiro ano consecutivo, representa um importante marco na cooperação entre os movimentos português e espanhol pela paz e constitui em si uma importante afirmação de solidariedade internacionalista na luta pela paz e pelo desarmamento.» Quem o afirma é Ângelo Alves, membro do Comité Central e da Secção Internacional, presente na Marcha em representação do PCP. Ângelo lembra que «a luta contra as bases militares estrangeiras e as armas nucleares na Península Ibérica são objectivos pelos quais o PCP se bate e são uma expressão da luta mais geral pela paz, desarmamento e pela dissolução da NATO». O dirigente do PCP destacou também que «a força, a vivacidade, a presença da juventude, as reivindicações e a convicção na necessidade de continuar e reforçar a luta pela paz e contra a NATO, expressas na 16.ª Marcha da Rota, são

importantes sinais de que a uma situação internacional cada vez mais preocupante e instável, sobretudo na vertente militar, se opõe, embora ainda de forma insuficiente, uma crescente consciência da necessidade de reforçar a mobilização e a luta anti-imperialista». «A presença em Puerto de Santa Maria de uma delegação do PCP e o apoio do Partido à realização da Marcha da Rota, manifestam o empenho dos comunistas portugueses no reforço desta importante iniciativa unitária de massas que integra variadas organizações espanholas e portuguesas e que em Portugal tem no Conselho Português para a Paz e Cooperação o seu principal dinamizador», afirmou o dirigente comunista. Para terminar, Ângelo lembrou que, este ano, foram cerca de 800 os portugueses que foram gritar, junto com os espanhóis, «NATO não! Bases fora!» e terminou, com a convicção de que «para o ano seremos mais!».

Idália Custódio «Ainda pode ser maior»

Idália Custódio é dirigente do CPPC e esteve envolvida na organização da presença portuguesa na XVI edição da Marcha da Rota. No rescaldo desta acção, Idália fala ao *Avante!* de uma grande manifestação, que tem condições para ser ainda maior.

Como surgiu esta Marcha?

Esta Marcha tem dezasseis anos e é uma iniciativa de protesto anual contra a base da NATO na Rota, em Puerto de Santa Maria, em Cádiz. De início era organizada apenas pelos espanhóis até que, há três anos, quiseram abrir a iniciativa e propuseram que o CPPC pudessem participar. Esta foi a maior e a melhor desde que a conhecemos. Este facto prende-se, provavelmente, com o facto de a base estar em vias de ser ampliada, facto que mobiliza mais gente. Não é de descurar também a questão de, com o passar dos anos, a experiência fazer com que as coisas corram cada vez melhor.

Que apoios teve esta iniciativa?

Esta iniciativa foi, também, apoiada pela coordenação da Europa do Conselho Mundial da Paz. Houve um apelo do Encontro dos Movimentos da Paz à adesão e participação na Marcha feito por todos os movimentos presentes, mas pretende-se que vá mais longe, fazendo constar esta

iniciativa no plano de actividades da coordenação o que, à partida, atrairá mais gente. Em relação a Portugal, esteve também mais gente que nos outros anos e também se conseguiu melhorar algumas coisas ao nível da organização. De qualquer maneira, penso que pode ser melhor se conseguirmos alargar o leque de participação e melhorar o trabalho de divulgação. Normalmente, só sabemos da iniciativa a poucas semanas de acontecer, o que nos cria alguns problemas, não só de mobilização como nos tira qualquer possibilidade de fazer um trabalho continuado.

Pode-se melhorar, é isso?

Sabendo da data com antecedência, podemos fazer um trabalho mais antecipado de divulgação. Nós levámos, desta vez, 11 autocarros – e mais algumas carrinhas e carros particulares – o que representa cerca de 800 pessoas, o que é muita gente a fazer uma jornada tão violenta, com muitas horas de viagem e muitos quilómetros a pé. Quem ficou cá não teve qualquer eco da Marcha, não sabe que aconteceu nem como foi. Como nós já sabemos que não podemos contar com um grande apoio da comunicação social, temos que ser nós a fazer esse trabalho. E para isso necessitamos de alguma antecedência, pois os nossos meios são muito limitados.



Em defesa da liberdade religiosa

• João Amaral

O debate na Assembleia da República sobre a lei da liberdade religiosa está prestes a ser concluído, mas os incidentes de que foi rodeado mostram que o país está muito longe de ter enterrado definitivamente os fantasmas históricos que esta questão permite agitar. O facto é que esses fantasmas voltaram a emergir, logo que se tratou da discussão de um ponto nodal da lei, a questão da sua aplicação universal (a todas as religiões), o que em Portugal significa a questão da sua aplicação à Igreja Católica, maioritária no país. O que se espera de uma lei como esta é que consagre os dois princípios constitucionais que enformam a matéria. Em primeiro lugar, deve ser assegurada a liberdade de consciência, de religião e de culto, sem discriminações. Em segundo lugar, deve ser clarificada a separação do Estado e das confissões

situação que nenhuma outra religião se arroga (incluindo a maometana, apesar do seu número mundial de fiéis).

A Igreja, com a Concordata e com legislação avulsa, tem privilégios, designadamente na área fiscal (incluindo no IVA, IRC e IRS, até para actividades extra-religiosas), no ensino público, nas Forças Armadas, no Protocolo, na área da assistência e Segurança Social, nos apoios públicos para edifícios de culto, na lei do Património, no registo de casamentos, etc.

A lei, tal como se desenha neste momento, melhora mas não institui a não discriminação na devida extensão. Basta ver a Comissão de Liberdade Religiosa, que tem como funções, entre outras, as de dar parecer sobre a radicação no país das igrejas (essencial para o reconhecimento de importantes direitos às confissões) e dar parecer

sobre os acordos com o Estado. Ora, nessa Comissão, a Igreja Católica tem dois membros por direito próprio. Não significa isto dar preponderância jurídica à Igreja Católica sobre as outras confissões?

Mas onde pode ser inquinado definitivamente todo o princípio da não discriminação, é na questão das ressalvas de aplicação da lei. Se, depois de definido o regime legal da liberdade religiosa, alguma norma vier a estabelecer uma cláusula geral de ressalva dos instrumentos jurídicos que estabelecem os privilégios da Igreja Católica, então não teremos lei da liberdade religiosa. Teremos uma coisa em forma de lei que só se aplicará às religiões minoritárias, enquanto a religião maioritária terá um

regime "à la carte", tudo significando a negação do estado de direito.

A cedência a um qualquer lobby, que dentro ou fora do Governo queira impor esse tipo de solução de forma radical, comprometerá o objectivo da lei, levantando mesmo o problema da sua constitucionalidade.

O princípio da separação já sofre significativas entorses (por exemplo, com a admissão do financiamento público de actividades especificamente religiosas). Se o princípio da não discriminação for postergado nos termos que alguns pretendem, então a Assembleia terá produzido uma má lei, que manterá muitas das inconstitucionalidades e injustiças da situação actual.

Os governantes e membros do PS mais envolvidos neste processo terão de compreender que não estão a legislar para proteger as suas convicções religiosas. Se o Estado quiser uma boa lei, terá de ser firme. Tolerante e razoável, mas também firme, em defesa dos princípios constitucionais.



religiosas, garantindo-se a autonomia das respectivas esferas.

A Constituição não acolhe qualquer forma de proselitismo público anti-religioso. Também não advoga a indiferença perante o fenómeno religioso, já que dá guarida constitucional à existência de confissões religiosas. Esta é a resposta aos fantasmas vindos do tempo do anticlericalismo. Mas esse espírito constitucional não derroga o princípio da separação. Também há na nossa memória colectiva o registo do tempo da ingerência da Igreja nos assuntos do Estado.

Quando se lança mãos à empreitada de fazer uma lei da liberdade religiosa, certamente tem-se a consciência que se vão afectar interesses, desde logo os da igreja dominante. A realidade é que a Igreja Católica vive em Portugal uma situação de alto privilégio em relação às outras confissões. Beneficia de um Tratado internacional, a Concordata, celebrado com a Santa Sé, que assume a figura insólita de Estado,



Valorizar os direitos de actuação e participação das associações de mulheres

Associações de mulheres em projecto de lei do PCP

Efectivar direitos de participação

Promover e enquadrar o associativismo de mulheres, tal é, em síntese, o objectivo de um projecto de lei do PCP, hoje submetido a votação na Assembleia da República.

Debatido na semana transacta, conjuntamente com um outro do BE sobre o estatuto das organizações não governamentais, o diploma comunista estabelece os direitos de actuação e participação das associações e o regime geral de apoio às suas actividades, unificando a dispersão do actual quadro legal.

Na sequência de anteriores iniciativas legislativas suas com vista à promoção do associativismo de mulheres, que vieram a ganhar forma de lei, o Grupo comunista define no seu diploma que associações de mulheres são aquelas sem fins lucrativos, constituídas nos termos da lei geral e dotadas de personalidade jurídica, podendo ser de âmbito nacional, regional e local.

As soluções muito dispa-

res actualmente consagradas na Lei para que as associações adquiram representatividade genérica (desde apenas cem associados até três mil) leva a bancada do PCP a considerar adequado corrigir a actual legislação, embora continue

As associações têm direito a apoios do Estado, no respeito pela sua autonomia e independência

a valorar de alguma forma o número de associados, como sublinhou no debate a deputada Margarida Botelho, enquanto critério para aferir do exercício de alguns direitos, como sejam o estatuto de parceiro social, a representação em conselhos consultivos ou o tempo de antena.

No articulado do projecto do PCP consagrados são ainda como direitos das associações de mulheres o acompanhamento da acção do Governo e dos planos de desenvolvimento regional e

local, a queixa do Provedor de Justiça, a acção popular, a petição, a constituição como assistente em processo penal, além do direito ao apoio do Estado e da administração, no respeito pela sua autonomia e independência, bem como à representação no Conselho Consultivo das Organizações Não Governamentais da Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres.

Realçado por Margarida Botelho foi ainda o facto de o diploma prever que as dirigentes em regime de voluntariado possam adotar a sua actividade laboral ou estudantil ao trabalho da associação, no quadro dos direitos mais gerais dos dirigentes associativos.

Quanto aos benefícios de ordem económica, observou, o projecto comunista vai no sentido de que se apliquem as regras do mecenato e uma série de outras isenções e preços sociais em despesas relacionadas com a aquisição da personalidade jurídica, com a manutenção das sedes, as actividades e as publicações.

EUA golpeiam ambiente

«Um gravíssimo golpe nos esforços internacionais para a defesa do ambiente e garantia do futuro do planeta», assim classifica o Grupo Parlamentar do PCP a decisão da administração dos Estados Unidos da América de não aprovação e consequente aplicação do Protocolo de Quioto relativo à redução da emissão de gases responsáveis pelo efeito de estufa.

Esta posição da bancada comunista está expressa num voto entregue no Parlamento no qual se declara o vivo protesto deste órgão de soberania por aquela decisão, encarada como tendo graves repercussões sobretudo para as gerações futuras.

E é tanto mais grave, lê-se no texto, quanto é certo que os EUA «são responsáveis à sua conta pela produção de um quarto das emissões totais de gases com efeito de estufa» no planeta.

As razões invocadas pelas autoridades americanas são, por outro lado, consideradas «chocantes» pelos autores do voto, face ao que consideram ser a «dimensão dos interesses globais da Humanidade que o Protocolo de Quioto visa proteger».

A submeter hoje à votação da Câmara, o voto veicula ainda um apelo da Assembleia da República ao «povo americano e à opinião pública» no sentido de que «juntem a sua voz e as suas energias em defesa da anulação» daquela decisão.

Depois de reiterar a sua vontade de que o nosso país aplique o Protocolo de Quioto, o texto formula por último um apelo à comunidade internacional para que prossiga os seus esforços para uma «efectiva redução dos gases de estufa».

Regime de permanência

A Assembleia da República aprovou na generalidade o projecto de lei do PCP que cria condições de igualdade às freguesias abrangidas pelo regime de permanência. Projectos de lei do PSD e do CDS-PP relativos à valorização autárquica, com incidência nas juntas de freguesia, foram igualmente aprovados.

Com as medidas preconizadas no diploma comunista, recorde-se, todas as freguesias com mais de mil eleitores passam a ter a possibilidade de decidir ou não sobre a oportunidade de exercerem os mandatos em regime de permanência, decisão esta que passa a ficar dependente apenas dos membros do seu órgão executivo e não, como até aqui, de outros órgãos deliberativos. Por outro lado, ainda de acordo com o articulado do diploma, passará a caber ao Orçamento do Estado assegurar a todas as freguesias - e não apenas a algumas como sucede actualmente - as verbas que garantam essas remunerações.

Estatuto dos estudantes

Um projecto de lei do CDS/PP que se propunha alterar o estatuto dos alunos do ensino básico e secundário foi inviabilizado faz hoje oito dias no Parlamento. Esta iniciativa, que advogava maiores poderes para os directores de turma e a redução dos prazos de tramitação dos processos disciplinares, contou apenas com os votos favoráveis do partido proponente e do PSD.

As medidas preconizadas opôs-se abertamente a bancada comunista por as considerar «desenquadradas» e representarem, caso fossem aprovadas, um agravamento no «já de si mau e retrógrado Código de Conduta dos Alunos».

Fundamentando a posição da bancada do PCP, Margarida Botelho disse que as medidas propostas pelo CDS/PP - que acusou de defender uma escola «retrógrada, elitista, censuradora e repressiva» - esquecem que os factores de desestabilização da escola lhe são muitas vezes exteriores, como esquecem que a escola «é apenas um dos palcos do conflito e da agressividade», que não se resolve com medidas repressivas.

O CDS/PP «considera que a violência se resolve fundamentalmente com a violência», observou a deputada do PCP, que viu nesta iniciativa uma vontade de empurrar «mais rapidamente para fora» da escola «os estudantes com comportamentos disfuncionais».

Audição parlamentar

O PCP solicitou a presença, com carácter de urgência, do ministro da Economia na Comissão Parlamentar de Economia, Finanças e Plano. O pedido, formulado em carta ao presidente da comissão pelos deputados Octávio Teixeira e Lino de Carvalho, é justificado pela necessidade de obter esclarecimentos face ao encerramento da Siderurgia Nacional, em Paio Pires, Seixal, e da Portucel Recicla, em Mourão, sem que se tenha concretizado até ao momento a construção nas mesmas zonas de novas unidades produtivas em sua substituição. Os parlamentares comunistas lembram que esta circunstância contraria, no que se refere ao primeiro caso, os compromissos assumidos por António Guterres, e, no segundo, viola mesmo as normas do caderno de encargos que regem o concurso público de privatização do Grupo Gescartão.

Política neoliberal deixa a sua marca

Debilidades, fragilidades e atrasos

«Portugal tem os mais baixos salários médios, o mais baixo salário mínimo, as mais baixas reformas e as mais altas taxas de lucro da União Europeia! É esta a marca de um governo socialista?», perguntou o secretário-geral do PCP ao primeiro-ministro.

Estava-se no debate (de periodicidade mensal, mas muito irregularmente cumprida) sobre o estado da governação. Nas palavras de Carlos Carvalhas, muito provavelmente, a síntese que melhor reflecte os resultados das grandes opções tomadas nestes seis anos

A deterioração de muitos serviços públicos é fruto da política neoliberal de privatizações

pelo Governo do PS. Perante um primeiro-ministro que se posicionou na defensiva, apostando inicialmente num discurso mais evasivo e generalista, não faltaram as críticas à sua acção política concreta no plano económico e social.

Para a bancada comunista, pela voz de Carlos Carvalhas, tratou-se sobretudo de confrontar o Executivo com a realidade actual, isto é, utilizando a sua expressão, com factos que a «tragédia de Entre-os-Rios veio confirmar e revelar».

Tratou-se de um verdadeiro libelo o exercício feito pelo dirigente comunista, que não precisou, como ele próprio afirmou, de invocar as públicas paixões de Guterres. Passou por isso ao lado do ensino, porque, explicou, o «insucesso escolar, a revisão curricular, o subfinancia-

mento do ensino superior e os protestos dos estudantes, dos professores e das associações de pais falam por si».

Também não desenvolveu a problemática da saúde, por idênticas razões, uma vez que são igualmente notórias as «queixas generalizadas, os

atrasos na recuperação das listas de espera e as derrapagens orçamentais». Carvalhas apenas não quis deixar de assinalar a «agudíssima carência de profissionais da



A política de educação tem sido contestada na rua pelos estudantes

saúde», a qual, do seu ponto de vista, exige «sem tibiezas um efectivo plano de emergência». É que, alertou, segundo os dados disponíveis, 40 por cento

dos actuais médicos do Serviço Nacional de Saúde terão mais de 55 anos em 2005 e «não é com duas novas faculdades de medicina que se dá resposta aos problemas em tempo útil».

Sem subestimar a importância primordial das duas matérias atrás referidas, uma atenção particular neste debate mereceram de Carvalhas as «debilidades, fragilidades e atrasos do País e muito especialmente do seu interior».

«Não se resolvem com discursos sobre a Internet», ironizou, antes de apontar o dedo à política dos *jobs for the boys*, exemplificando, a este respeito, com os três institutos que substituíram a JAE e que no seu conjunto têm o «triplo dos administradores que detinha aquela junta, ganhando o dobro daquilo que ganhava cada um dos

administradores da JAE e sem demonstração até hoje de maior eficácia».

Trazida para primeiro plano pelo secretário-geral do PCP foi também a questão da insegurança em muitas estradas e pontes e a deterioração de muitos serviços públicos. São o fruto, acusou, de uma «política neoliberal de privatizações». Citado como exemplo foi o caso da EDP, onde tem ocorrido uma inaceitável sucessão de apagões e a redução de postos de atendimento público.

«É o lucro a sobrepor-se aos interesses das populações», sublinhou o dirigente comunista, para quem «esta política neoliberal está a comprometer a qualidade da prestação de serviços e o nosso aparelho produtivo», com gravíssimos reflexos no défice da balança comercial.

Reavaliar investimentos

A reorganização e reavaliação do plano de investimentos do Estado foi defendida no decurso de debate pelo líder da bancada comunista, que admitiu mesmo a hipótese de o Governo abdicar de alguns «projectos megalómanos». Sem se referir a nenhum projecto em concreto, Octávio Teixeira sustentou que, no futuro, «não é possível que o Plano de Investimentos do Estado permaneça como está».

«Se o Governo quer que haja mais confiança das pessoas no Estado é fundamental que haja também maior responsabilização estatal nos sectores fundamentais da sociedade e menos privatizações», sublinhou o parlamentar do PCP, que acusou ainda o Governo de não ter cumprido integralmente medidas já previstas desde 1998 para a concessão de incentivos às empresas que se estabeleçam no interior do País.

Em causa sobrefacturação da Swissair

PCP exige auditoria às contas da TAP

O Grupo Parlamentar do PCP exigiu ao Governo uma auditoria às contas da TAP

para apurar se a transportadora foi objecto de práticas de sobrefacturação por parte

da Swissair. A exigência foi feita pelo deputado Lino de Carvalho, na Assembleia da

República, no debate de apreciação do relatório da comissão de inquérito ao negócio TAP/Swissair.

Em causa está a existência de fortes suspeitas de que a empresa suíça tenha sobrefacturado pagamentos a algumas das suas filiais. Lino de Carvalho revelou que um piloto da companhia francesa AOM tentou recentemente uma acção contra o Sair-Group - que detém a Swissair - acusando-o de ter sobrefacturado à Sabena e à própria AOM os serviços prestados pela Atraxis, sociedade informática detida pelo grupo suíço que gere os sistemas de reservas. Exactamente a sociedade que também geria o sistema de reservas da TAP, o que levou o deputado comunista a sublinhar a necessidade de «saber quantos milhões perdeu a TAP com os pagamentos à Atraxis e eventual

sobrefacturação praticada pelo Sair-Group».

No debate sobre o relatório da comissão de inquérito, que não trouxe novidades, voltaram entretanto a fazer-se ouvir as críticas ao comportamento do PS quanto ao apuramento dos factos e ao modo como impôs as respectivas conclusões. Entre estas e a realidade, segundo Lino de Carvalho, existe um «total desfasamento». Exemplo desta discrepância é a afirmação de que a escolha da Swissair para parceiro da TAP era a que «melhor defende os interesses» da empresa. «Viu-se», observou com ironia o parlamentar comunista, para quem o relatório do PS aprovado na comissão de inquérito - em detrimento de um outro do PSD, que foi chumbado - «não corresponde à verdade apurada na comissão de inquérito».



O Governo PS andou mal em todo o processo de parceria da TAP



As mulheres portuguesas têm os mais baixos rendimentos da União Europeia

Participação política das mulheres Pela igualdade de oportunidades

A questão das quotas voltou a estar no centro do debate parlamentar. Consensual parece ser a necessidade de aumentar a representação feminina nas listas eleitorais. Na forma de o conseguir é que residem diferenças de tomo.

O ponto de partida para a discussão foram dois diplomas subscritos pelo Governo e pelo BE visando ambos garantir um aumento da presença de mulheres nas listas aos vários níveis eleitorais, através da imposição de um mínimo de 33,3 por cento.

Entre os dois proponentes, embora de acordo quanto aos objectivos, interpôs-se a questão da reforma eleitoral. O Bloco de Esquerda fez mesmo depender o seu voto favorável da desistência do Governo em avançar com os círculos uninominais. Segundo Luís Fazenda, o Governo devia ter começado por fazer a reforma da lei eleitoral e só depois avançar com a proposta para aumentar a representatividade das mulheres na vida política. É que, alegou, se forem criados os círculos uninominais, essa intenção fica comprometida.

Bastante mais longe na abordagem crítica à problemática da participação política das mulheres foi a bancada comunista. Outras e mais substanciais foram as divergências e questões por si colocadas. Para quem,

Combater a discriminação passa por superar as suas causas, remotas e recentes

como o PCP, contribui já de modo efectivo para essa realidade – nas últimas legislativas 33 por cento dos candidatos da CDU eram mulheres e na lista para o Parlamento Europeu estas correspondiam a 50 por cento dos efectivos –, são outras as questões de fundo. Não são expedientes administrativos por via de uma imposição legal que por si só alteram o quadro actual, mas sim, como sublinhou a deputada Luísa Mesquita, a «responsabilização e o empenho voluntário».

E isto só se consegue se houver determinação no sentido de apurar as causas, «quer as remotas quer as recentes, que determinam a persistência da discriminação» que atinge as mulheres. É de as superar. Causas tão diversas, lembrou a parlamentar comunista, como o não cumprimento da legislação, a taxa de analfabetismo que incide principalmente sobre as mulheres, a discriminação salarial, os mais baixos rendimentos de toda a União Europeia, o desemprego e o emprego precário.

Aspectos que não contaram na avaliação feita nos

diplomas do BE e do Governo, que optaram «pela garantia da igualdade de resultados», quando, como sublinhou Luísa Mesquita, «a estratégia prioritária deveria consistir na diminuição e na eliminação dos obstáculos fácticos que impedem uma igualdade de oportunidade à partida».

O que nenhum daqueles textos faz. Ao contrário, lembrou, «impõem, com carácter obrigatório e temporalmente indeterminado, condições de formação das listas, condições de substituição de eleitos, no caso da iniciativa governamental, e sanções aos proponentes das listas de candidatos que não cumpram o preceituado».

Desta forma, sobretudo a proposta com a chancela do Executivo, «despenaliza os intervenientes com maiores responsabilidades na área da acção política – o Governo – e penaliza os partidos políticos, criando falsas expectativas quanto à eficácia da estratégia da proposta».

É acreditar que a «discriminação no feminino será alterada por força da paridade», quando – e foi esta a convicção deixada por Luísa Mesquita – a «igualdade de oportunidades de todos os cidadãos, homens e mulheres, não se construirá em nome das diferenças biológicas, não se construirá em nome de categorias sexuadas de cidadão, mas com acções políticas determinadas em função da ideologia».

As mulheres nos órgãos de decisão

● Fátima Garcia

Uma maior participação de mulheres nos órgãos de decisão é uma reivindicação que se impõe.

A discrepância existente entre a representatividade de mulheres na população – mais de 50% – e a sua participação efectiva na área de decisão não é apenas uma prova de discriminação mas, essencialmente, um défice da democracia que urge resolver. O método escolhido para ultrapassar esta situação parece ser, para alguns e são muitos, o estabelecimento de quotas. No Parlamento Europeu, já por diversas vezes se defendeu este critério. Os belgas e os franceses aprovaram legislação nesse sentido. Nos países nórdicos foram os partidos que estabeleceram «acordos de cavalheiros» com o objectivo de promoverem a participação das mulheres.

Em Portugal, o Partido Socialista e o seu Governo estão, pela segunda vez, a tentar impor as quotas por via legislativa, numa proposta a que chamam de paridade (que afinal se fica pelos 33%). É evidente que nem me passará pela cabeça que com estas propostas o PS esteja, simplesmente, a tentar ganhar os votos das mulheres. Mas não posso deixar de pensar que estão a tentar chegar a uma «meta» sem terem percorrido o percurso que a ela deveria conduzir.

O que dizem e o que fazem

Em 2 de Dezembro de 1996⁽¹⁾, o Conselho (constituído pelos governos de todos os Estados-membros) aprovou uma recomendação relativa à participação equilibrada das mulheres e dos homens nos processos de tomada de decisão.

todos os sectores da sociedade, no sentido de promoverem o acesso das mulheres aos processos de tomada de decisão.

Em 29 de Junho de 2000⁽²⁾, o Conselho aprovou uma resolução em que se declara que o objectivo da participação equilibrada dos homens e das mulheres na actividade profissional e na vida familiar, em paralelo com o objectivo da participação equilibrada no processo de decisão, constituem dois pressupostos relevantes para a igualdade e que é necessária uma abordagem global e integrada.

Em 7 de Julho de 2000⁽³⁾, a Comissão Europeia apresentou um balanço relativo ao equilíbrio de géneros nos comités e grupos de peritos criados pelos EM após a resolução de 1996, acima referida, e chegou à conclusão que a sub-representação das mulheres nos governos e assembleias parlamentares e nos comités que preparam decisões, bem como nos níveis mais elevados do mercado laboral, não se alterou significativamente após a adopção daquela resolução. Apenas cinco Estados-membros possuíam disposições jurídicas vinculativas em matéria de composição de comités – Bélgica, Dinamarca, Finlândia, Alemanha e Suécia.

Afinal, parece que o governo deveria começar por varrer diante da própria porta antes de tentar entrar na casa dos outros. Por via legislativa, o PS quer impor aos partidos objectivos que nunca cumpriu, nem internamente nem ao nível da constituição do Governo. Eles vão propondo quotas mas nada alteram na vida das mulheres. Os salários continuam a ser cerca de 80% do salário dos homens, o desemprego e a precariedade atingem mais as mulheres, a maternidade continua a



Neste documento recomendavam aos EM que procedessem à sensibilização de todos os intervenientes no processo educativo e formativo, a todos os níveis, incluindo os responsáveis pelos materiais pedagógicos, para a importância de uma imagem realista e completa dos papéis e aptidões das mulheres e dos homens na sociedade, livre de preconceitos e estereótipos discriminatórios e que sensibilizassem também a opinião pública para a importância da divulgação de uma imagem das mulheres e dos homens que não reforce nem corrobore os estereótipos discriminatórios baseados numa repartição de responsabilidade em função do sexo.

Recomendavam também que, sem prejuízo da respectiva autonomia, incentivassem e apoiassem os esforços das associações e organizações em

ser penalizada, continuam a faltar estruturas acessíveis de apoio às crianças e às pessoas dependentes e a mulher continua a ser obrigada a uma mais longa jornada de trabalho. As mulheres não podem ser tratadas como números ou como a cereja que enfeita o bolo. As mulheres estão interessadas em participar nas decisões e não precisam que as empurrem. O que as mulheres necessitam, é que se tomem as medidas que possibilitem a sua participação em igualdade. Mas estas parece não interessarem o Governo e o PS.

⁽¹⁾ Recomendação 96/694/CE - Jornal Oficial n.º L319 de 10.12.96.

⁽²⁾ Jornal Oficial n.º C218 de 31.07.2000.

⁽³⁾ Jornal Oficial n.º C203 de 18.07.2000.

Alterações climáticas

Um programa nacional de combate às alterações climáticas, previsto em projecto de lei do Partido Ecologista «Os Verdes», foi aprovado na generalidade pela Assembleia da República. O diploma baixou à comissão juntamente com um outro diploma do PS, igualmente aprovado, que cria um observatório nacional para recolher e sistematizar informação sobre esta matéria.

No decorrer do debate não faltaram as críticas à passividade do Governo em adoptar polí-

ticas que contrariam a emissão de gases responsáveis pelo efeito de estufa ou em desenvolver qualquer acção no sentido da sensibilização e mobilização da opinião pública.

O deputado Joaquim Matias, falando em nome da bancada comunista, considerou mesmo que a política de ambiente seguida em Portugal é «uma política de direita, subordinada aos interesses dos grupos económicos interessados num mercado que proporcione lucros elevados e rápidos».

EQUAL investe no emprego

A Comissão Europeia aprovou o programa EQUAL que prevê um investimento de 30,6 milhões de contos, entre 2001 e 2006, no combate à discriminação e à desigualdade no domínio do emprego em Portugal. Esta nova iniciativa comunitária foi anunciada na passada semana, em Bruxelas, pela comissária responsável pelo Emprego e os Assuntos Sociais, Anna Diamantopoulou, no entanto, as verbas envolvidas já estavam previstas no 3.º Quadro Comunitário de Apoio para Portugal. O programa tem como objectivo facilitar o acesso e o regresso ao mercado de trabalho dos grupos vulneráveis a reduzir das disparidades entre homens e mulheres e apoiar o fim da segregação no emprego. O orçamento global do programa português ascende a 152,7 milhões de euros (30,6 milhões de contos), dos quais 37,9 milhões (7,6 milhões) provenientes dos cofres do Estado, 113,8 milhões (22,8 milhões) da UE e um milhão (200 mil contos) de fontes privadas nacionais.

Bispos criticam PAC

Os bispos católicos europeus pediram à União Europeia para acabar com o actual sistema de subsídios às exportações agrícolas. O bispo alemão Josef Homeyer, presidente da Comissão Episcopal da Comunidade Europeia (Comece), declarou numa conferência de imprensa, realizada na sexta-feira no Vaticano, que a política agrícola comum deve ser alvo de «grandes reformas». «É necessário alterar as normas que prevêem garantias que aumentam exponencialmente a produção com consequências negativas para a ecologia do continente», considerou. Os bispos defendem, nesse sentido, que é «necessário eliminar os subsídios, assegurando eventualmente compensações aos agricultores, que devem, em contrapartida, dedicar-se a produções com menor impacto ambiental». O bispo italiano Attilio Nicora, vice-presidente da Comissão, mostrou-se, por seu lado, solidário com os agricultores afectados pela actual crise no sector. Nicora formulou, no entanto, o voto de que no futuro sejam criados sistemas de apoio diversificados, visando a qualidade da produção e o respeito pelo ambiente, em detrimento da promoção de medidas que desresponsabilizem os agricultores.

Perspectivas financeiras Revisão em baixa

Com a aprovação do relatório Costa Neves sobre as orientações orçamentais em 2002, a União Europeia irá ter no próximo ano um novo orçamento restritivo.

A Comissão Europeia apresentou uma proposta de adaptação das perspectivas financeiras para 2002, que implica uma redução real de verbas correspondente à evolução negativa das previsões do produto interno bruto dos estados membros. Ou seja, como o orçamento da União não pode ultrapassar o limite de 1,1 por cento do PIB comunitário, e este se encontra abaixo das previsões, a ordem é para apertar o cinto.

Segundo o deputado, do PCP, Joaquim Miranda, «o relator conforma-se com esse facto, de tal forma que fixa como grandes prioridades para o próximo ano o nível de execução e a qualidade das despesas, relegando para nota de pé de página questões como o emprego e as questões sociais, ou os impactos orçamentais do alargamento e da circulação do euro».

As críticas de Miranda recaem ainda sobre a falta de

«uma avaliação dos custos das crises da BSE e da febre aftosa sobre a despesa agrícola» e a não inclusão de uma proposta do Grupo da Esquerda Unitária de criação de uma reserva especial para as questões da BSE.

Desta forma não só ficam de fora medidas de compensação para os agricultores como nem sequer se perspectivam as indispensáveis modulação e plafonamento das ajudas da PAC.

Joaquim Miranda considera ainda «particularmente preocupante» que o Costa Neves (PSD), «lamente expli-

citamente no seu relatório que as decisões relativas à regulamentação financeira só passem a ser efectuadas por maioria qualificada a partir de 2007, esquecendo que, se assim não fosse, o país perderia, já nessa data, um instrumento fundamental – a unanimidade – para a fixação do próximo quadro financeiro, incluindo a parte respeitante aos fundos estruturais e ao fundo de coesão».

Relatório do PE não faz avaliação dos custos das crises agrícolas

FMI está pessimista

O director do Fundo Monetário Internacional (FMI), Horst Koehler, exortou o Banco Central Europeu (BCE) a reduzir as taxas de juro para dar um impulso ao crescimento económico, em desaceleração, nos 12 países que aderiram ao euro.

Na opinião de Koehler, que falava numa sessão do Parlamento alemão sobre a economia global, «uma redução da taxa de juros pelo BCE seria proveitoso para a economia europeia».

Na semana passada, o euro sofreu uma nova desvalorização face ao dólar norte-americano, que segundo os analistas se deveu à decisão do BCE de manter sua taxa de juro inalterada, em 4,75 por cento, apesar de sinais de desaceleração no crescimento económico e da queda nos preços das acções nos mercados mundiais.

O BCE, sediado na cidade alemã de Frankfurt, volta a reunir-se no próximo dia 11 de Abril, esperando-se que a taxa de juro seja finalmente reduzida.

Koehler revelou ainda o FMI deve reduzir sua previsão de crescimento económico na zona do euro para 2,5 por cento. Em Outubro do ano passado, o Fundo apontava para esta região um crescimento de 3,4 por cento em 2001.



Os impactos sobre a despesa agrícola das doenças da BSE e da febre aftosa não estão incluídos nas orientações orçamentais para 2002

Blair suspende eleições

O governo britânico decidiu adiar para 7 de Junho as eleições municipais, suspendendo para já a realização das eleições gerais. Tudo devido ao surto de febre aftosa.

O anúncio foi feito na segunda-feira de manhã por Tony Blair, primeiro-ministro britânico, segundo o qual a decisão destina-se a não prejudicar os eleitores nas áreas atingidas pela doença. Blair acrescentou que pretende ainda efectuar várias consultas antes de marcar nova data para as eleições gerais.

O mandato do primeiro-ministro vai até 2002, mas, antes da crise da febre aftosa, decidiu antecipar as eleições gerais para o próximo dia 3 de Maio, apostando na vanta-

gem que o Partido Trabalhista demonstrava então nas sondagens.

A grave crise em seu sector agro-pecuário veio entretanto alterar este cenário. Em seis semanas, a epidemia da febre aftosa já matou centenas de milhares de ovelhas, vacas e porcos, colocando de quarentena muitas áreas do país. O problema atingiu drasticamente as exportações e deixou a indústria do turismo com rombo de milhões de dólares. Foram já registados 875 casos, 50 dos quais no fim-de-semana passado.

Esta é a primeira vez desde a Segunda Guerra Mundial que a Grã-Bretanha suspende as eleições por causa de uma crise nacional.

Crime económico ameaça democracia

O Conselho da Europa considera que o crime económico está a atingir proporções tais que a «democracia europeia, a paz, o primado do direito e a estabilidade económica e política estão em jogo».

Desde 1998 que a criminalidade económica se tem vindo a agravar significativamente, assinala um relatório aprovado, por unanimidade, quinta-feira da passada semana, em Paris, pelos parlamentares do Conselho da Europa.

A criminalidade económica, sob as suas «variadas formas» é agora capaz de «infiltrar as instituições democráticas», declararam os 79 membros da Comissão das

Questões Económicas e do Desenvolvimento, num projecto de recomendação.

As suas principais manifestações são o tráfico de seres humanos, de drogas ilícitas e outro contrabando, falsificação de produtos, a criminalidade ecológica, a cyber-criminalidade, a evasão fiscal, o branqueamento de dinheiro, a corrupção e o tráfico de influências.

«No dia em que tudo isto se transformar em influência política, a vontade da Europa de lutar contra esta forma de criminalidade corre o risco de se desvanecer, e o nosso continente de perder a batalha», refere o comunicado.

Os países em transição na Europa central e oriental são confrontados com «dificuldades particulares» no combate ao crime económico, reconheceu a Comissão, que convidou os 43 estados-membros do Conselho da Europa a convergirem sobre princípios comuns para este combate e recomendou o alargamento das medidas do Conselho para a harmonizar da legislação.

«A criminalidade e a esfera política aproximaram-se», disse a autora do relatório, a italiana Vera Squarcialupi. «O Estado de direito, elemento vital de uma sociedade civilizada, será o primeiro a

sofrer. Uma situação de ilegalidade que se generaliza hipoteca pesadamente a capacidade do Estado de garantir a segurança aos cidadãos, entrando-se num círculo vicioso. Quando o Estado perde a capacidade de aplicar a lei, o crime organizado pode miná-lo e substituí-lo», acrescentou Squarcialupi.

O relatório intitulado «A luta da Europa contra o crime organizado transnacional e a criminalidade económica: progresso ou recuo?», vai ser debatido pela Assembleia Parlamentar plenária na sua sessão do mês de Abril.

Medicamentos com preços diferenciados

A Organização Mundial de Saúde (OMS) defende a aplicação de «preços diferenciados» para os tratamentos da Sida e de outras graves doenças que afectam os países pobres. Jonathan Quick, director da OMS para os medicamentos essenciais, anunciou na semana passada, em Genebra, que uma comissão de peritos convocada conjuntamente pela OMS e pela Organização Mundial de Comércio (OMC) irá reunir-se de 8 a 11 de Abril para estudar alternativas em matéria de acesso aos medicamentos. Um dos temas da reunião, que começou a ser preparada há 18 meses entre a OMS e a OMC, será o tabelamento de preços mais baixos aos medicamentos, tendo em conta o poder de compra real das populações, que por vezes vivem com orçamentos de apenas um ou dois dólares por dia. No entanto, aquele responsável defendeu a necessidade de as empresas farmacêuticas protegerem as suas patentes de forma a poderem gerar recursos para novos tratamentos. A «solução para todos» poderia assim ser obtida através de «uma diversificação controlada de preços», evitando «que o mercado paralelo de medicamentos a baixos preços chegue aos países ricos», considerou Quick.

Para permitir um acesso efectivo dos pobres a tratamentos possíveis, segundo a OMS, será indispensável dispor de quatro condições: «um bom produto, preços comportáveis, financiamentos duráveis e sistemas de saúde seguros». O acordo TRIPS protege as patentes durante 20 anos, em caso de urgência de saúde nacional, tem o direito, sob certas condições, de produzir ou importar genéricos. Segundo especialistas próximos da Organização Mundial de Saúde, a via dos preços diferenciados deve ser a privilegiada, sendo desejável que os governos dos países desenvolvidos encorajem essa cedência através da concessão de incentivos às suas indústrias farmacêuticas. Vários laboratórios detentores de licenças de tratamentos contra a Sida propuseram importantes baixas de preços, nas últimas semanas, enquanto a produção de genéricos se desenvolve em países como o Brasil, Índia e África do Sul. A OMS identificou 34 fornecedores de medicamentos e de diagnósticos anti-sida, 29 dos quais são provenientes da indústria de genéricos.

Curdos detidos em Eubea

Cerca de 400 imigrantes ilegais curdos procedentes do Iraque desembarcaram esta semana na ilha de Eubea, perto de Atenas, segundo informaram as autoridades gregas. Segundo a capitania local, o barco pesqueiro «Medine» com bandeira turca, zarpou da costa ocidental da Turquia e conseguiu chegar à ilha de Eubea, no meio de um forte temporal. Os primeiros imigrantes resgatados - 211 homens, 16 mulheres e 17 crianças - foram transportados de imediato a um centro de acolhimento da câmara de Karisto. Os imigrantes pagaram aproximadamente 550 contos para serem transportados da Turquia para a Itália.

Massacre na Argélia

Uma família de cinco pessoas foi assassinada segunda-feira por um grupo de fundamentalistas islâmicos durante um ataque à sua residência em Ain Agba, na província de Médéa, cerca de 120 quilómetros a Sul de Argel. O chefe de família, a mulher e os três filhos, com idades entre os 6 e os 11 anos foram degolados pelos fundamentalistas. Um vizinho que ocorreu a ajudar as vítimas ficou gravemente ferido ao ser atingido pela explosão de um engenho colocado à porta da casa.

Greves em França e Londres

Uma greve dos transportes paralisou, durante dois dias, dez das maiores cidades francesas. Os trabalhadores, do sector público e privado, pretendem a reforma completa aos 60 anos de idade, desde que tenham descontado 37,5 anos para a Segurança Social. As quatro principais federações sindicais - CGT, FO, CFTC e FNCR - decidiram prolongar o protesto, pelo segundo dia, por não terem obtido qualquer resultado no «diálogo de surdos» com as entidades patronais. Também os trabalhadores do metropolitano de Londres cumpriram uma nova greve, de 24 horas, na passada quinta-feira. A greve foi convocada em protesto contra os planos do governo de tentar estabelecer uma parceria com empresas privadas para ajudar a financiar a revitalização do metro - uma alternativa que os sindicatos acreditam poder prejudicar a segurança do sistema.

Estrada afastado da presidência

O Supremo Tribunal das Filipinas rejeitou terça-feira, por unanimidade, um recurso apresentado pelo ex-presidente Joseph Estrada contra a sua destituição, terminando assim meses de batalha jurídica sobre o estatuto legal do novo governo. Por 13 votos a favor e nenhum contra, os juizes do Supremo confirmaram a decisão, tomada no mês passado, que afasta Estrada da presidência das Filipinas.

Comemoração do 25.º aniversário do «Dia da Terra» marcada por mais dez palestinianos mortos por Israel

Sangue e violência no Médio Oriente

Os palestinianos assinalaram o «Dia da Terra» com uma manifestação, na passada sexta-feira, contra a ocupação da Cisjordânia e da Faixa de Gaza.

Em homenagem às seis pessoas mortas pelo exército israelita em 1976, nas manifestações contra a confiscação das suas terras por Telavive, realizou-se na passada sexta-feira uma manifestação de protesto na Cisjordânia e na Faixa de Gaza que contou com milhares de palestinianos. «Agora a luta é pela terra em que vivemos, pelas nossas casas», disse Fakri Abu-Raya, um dos participantes da jornada de luta em Gaza.

No mesmo dia, vários confrontos nos territórios ocupados por Israel provocaram a morte de pelo menos dez pessoas, tendo ainda feito várias dezenas de feridos. Os palestinianos enfurecidos clamaram por vingança enquanto enterravam as vítimas desta sexta-feira, desafiando as ameaças de Israel, que fez saber que

vai endurecer mais a resposta à nova «Intifada», que já entrou no sétimo mês, e aumentou a pressão sobre a Autoridade Palestiniana.

Milhares de palestinianos participaram sábado na Cisjordânia nas exéquias das seis vítimas mortais. Em Naplus, na Cisjordânia, mais de 40 mil palestinianos acompanharam cinco «mártires» do Hospital Raffidiya para três cemitérios diferentes.

Perto de Ramallah, outros 1500 palestinianos acompanharam também à sua última morada um palestiniano de 21 anos, morto nos confrontos de sexta-feira, o dia mais sangrento na Cisjordânia e em Gaza desde os finais de Dezembro.

Ao mesmo tempo, uma coligação de 14 organizações palestinianas, integrando o Fatah de Yasser

Arafat e os movimentos integristas Hamas e Jihad islâmica, incitou os habitantes árabes de Jerusalém oriental a uma greve geral e a uma oração na mesquita Al-Aqsa, terceiro lugar santo do Islão.

No domingo, voltaram a registar-se confrontos na Margem de Gaza, onde 10 palestinianos, entre os quais duas crianças e o condutor de uma ambulância, foram feridos por balas disparadas por soldados israelitas.

O «Dia da Terra» foi também assinalado por um milhão de árabes-israelitas.

Intifada vai prosseguir

Entretanto, na cimeira de Amã, Yasser Arafat garantiu que o «povo palestiniano continuará, com força e determinação, até que a bandeira palestiniana seja hasteada sobre as muralhas, as mesquitas e as igrejas de Jerusalém, capital do futuro estado palestiniano».

A Cimeira Árabe, que terminou na passada quinta-feira, proclamou total solidariedade com a Intifada palestiniana e lançou um aviso contra qualquer tentativa israelita de «minar a paz». Na declaração final da cimeira, os participantes afirmaram a sua total solidariedade com o levantamento

ISRAELITAS-PALESTINIANOS



heróico e a luta dos palestinianos pela recuperação dos seus direitos.

Os membros da Liga Árabe exigiram a reactivação do boicote e ao congelamento das relações com qualquer país que transfira a sua embaixada para Jerusalém, ou reconheça «Al Qods» como capital do Estado judaico.

O presidente palestiniano condenou os ataques israelitas na Faixa de Gaza e em

Ramallah, considerando que estas «agressões» constituem a primeira etapa «do plano de 100 dias» do primeiro-ministro de Israel, Ariel Sharon, contra os palestinianos.

«Eles estão a preparar-se para intensificar nos próximos 100 dias, o que foi descrito como um plano, um plano do general Mafaz para atacar o nosso povo, as nossas instituições», afirmou Arafat.

Veto americano

Os palestinianos criticaram o veto americano do projecto que estabelece o envio de uma força de protecção para os territórios ocupados, considerando-o um entrave «aos acordos internacionais e às convenções de Genebra».

«É lamentável que os EUA se oponham a um povo sob ocupação, ao mesmo tempo que protegem as forças de ocupação israelitas», afirmou aos jornalistas, em Amã, Saeb Erakat, principal negociador palestiniano com Israel.

Entretanto, o presidente egípcio, Hosni Mubarak apelou terça-feira aos EUA para não desistirem do seu papel de mediação no processo de paz entre árabes e israelitas. «Os EUA não podem simplesmente desistir», disse Mubarak em entrevista publicada pelo jornal Washington Post.

Mubarak afirmou ainda que o importante, no momento, é reduzir o abismo que existe entre Israel e os palestinianos, como primeiro passo nos esforços para reiniciar o processo de paz.

Refira-se que, enquanto os EUA vetaram a proposta palestiniana no Conselho de Segurança para o envio de uma força de protecção aos civis nos territórios palestinianos ocupados, o Reino Unido, França e a Irlanda abstiveram-se; o Bangladesh, China, Jamaica, Mali, Ilhas Maurícias, Singapura, Tunísia, Rússia e a Colômbia votaram a favor da proposta; a Ucrânia não votou.

Eslováquia

Protesto do PCP

Ao tomar conhecimento do julgamento a que está a ser sujeito Vasil Vilak, ex-dirigente do Partido Comunista Eslovaco e do Partido Comunista da Checoslováquia, o PCP enviou ao Presidente da República da Eslováquia, Rudolf Schuster, uma mensagem manifestando «a sua veemente indignação e condenação face ao manifesto carácter político deste processo». Considerando o procedimento das

autoridades eslovacas «revelador de grande intolerância e de uma atitude de desforra do actual governo a um passado recente que significou para a Eslováquia importantes progressos económicos e sociais», o PCP reclama, em «nome de valores de civilização que não queremos ver aviltados e do respeito pela própria história do povo eslovaco, que tal julgamento seja cancelado».

A dignidade contra a barbárie

O tribunal de Haia é «uma instituição política criada para demonizar os sérvios e para justificar os crimes da NATO». A afirmação consta da Declaração aprovada na Conferência Internacional do Fórum de Belgrado, realizada na capital jugoslava nos dias 22 e 23 de Março.

A Conferência, subordinada ao lema «Dois anos depois: a verdade sobre a agressão da Nato», contou com a participação de 30 personalidades da Alemanha, Argentina, Bulgária, Cuba, Estados Unidos, Federação Russa, Grécia, Holanda, Hungria, Iraque, Itália, Jordânia, Líbia, Macedónia, Palestina, Reino Unido e Roménia, e 100 da Jugoslávia, que adoptaram por unanimidade a Declaração - «A Dignidade contra a barbárie» - e um Plano de Acção.

O documento presta homenagem ao povo jugoslavo que «defendeu a liberdade, a dignidade e os valores humanos e sociais universais contra a NATO», recorda que «mais de 80 por cento das vítimas e dos alvos da NATO» foram civis, e traça o panorama resultante da agressão de há dois anos.

«Que fez a NATO - pergunta-se no documento - depois de aceitar a garantia de integridade territorial da República Federal da Jugoslávia constante da Resolução 1244 das Nações Unidas, e depois de aceitar, nessa mesma resolução, o desarma-

mento e o desmembramento do grupo terrorista conhecido como Exército de Libertação do Kosovo ou UCK?» A resposta é clara: «Continuou a treinar e a apoiar os terroristas, conferindo-lhes um estatuto oficial como «Corpo de Protecção do Kosovo» (...), e a apoiá-los enquanto expulsavam 350 000 sérvios e outros povos não albaneses, assim como albaneses antifascistas, das suas terras ancestrais no Kosovo e em Metohija.»

O documento acusa ainda Washington, Londres e Berlim de organizarem «movimentos terroristas, separatistas e racistas, bem como exércitos financiados por agências secretas e pelo crime organizado, que transformaram o tráfico de drogas no negócio mais importante do mundo».

Exigindo a retirada da NATO dos Balcãs e a aplicação das garantias de soberania e integridade territorial da Jugoslávia constantes da Resolução 1244 da ONU, os participantes do encontro pronunciaram-se ainda, entre outras coisas, pela dissolução do Tribunal Penal Internacional de Haia, pela «libertação das suas vítimas», pela responsabilização dos que promoveram a «consolidação dos grupos terroristas albaneses», e pelo pagamento de indemnizações à Jugoslávia pelos danos causados pela agressão da NATO.

Milosevic preso Por um punhado de dólares

O ex-presidente jugoslavo Slobodan Milosevic foi preso domingo em Belgrado a troco de 50 milhões de dólares (cerca de 11 milhões de contos) dos Estados Unidos.

O Departamento de Estado norte-americano confirmou oficialmente na segunda-feira o desbloqueamento da primeira fatia da «ajuda económica» à Jugoslávia. De acordo com o porta-voz Richard Boucher, citado pela Lusa, o secretário de Estado, Colin Powell, concluiu que a República Federal da Jugoslávia (RFJ) se «qualificou» para receber o montante de 50 milhões de dólares ao prender Milosevic.

A mesma fonte indicou no entanto que Washington faz depender o seu apoio ao crédito pedido por Belgrado a instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial, da extradição de Milosevic para o tribunal de Haia. «O nosso

respirar», ou seja, para preparar as acusações contra o antigo presidente e encontrar uma saída airosa para o actual chefe de Estado, Vojislav Kostunica, que sempre se opôs à colaboração da RFJ com o Tribunal Penal Internacional (TPI) de Haia.

**Belgrado
«qualificou-se»
para receber
50 milhões
de dólares**

A questão está longe de ser pacífica no seio das novas autoridades de Belgrado. Enquanto Kostunica reafirma a promessa feita ao eleitorado de que não haverá extradições para

Haia, outros membros do governo, como o primeiro-ministro Zoran Zizic, já declarou que o executivo sérvio «está pronto a cooperar com o TPI». Falando em Atenas, onde participou no início da semana numa oportunidade internacional

Por seu turno, o ministro da Finanças, Bozidar Djelic, classificou de «boa notícia» a decisão de Washington. «Esperamos que o orçamento sérvio venha a ser coberto por investimentos e privatizações», disse, manifestando a convicção de que o desbloqueamento de verbas «influenciará de forma positiva a posição internacional (do país) e tornará mais simples os esforços que visam atrair os investidores e a bem conduzir as transações relativas às privatizações».

Contrastes

Como seria de se esperar, a generalidade das reacções do Ocidente à prisão de Milosevic foram de regozijo. Responsáveis políticos da generalidade dos países da NATO, da União Europeia e do Conselho da Europa saudaram «o primeiro passo» dado pelas autoridades da RFJ, instando-as a prosseguir «no bom caminho» e a reforçar a cooperação com o TPI.



Os ataques da NATO, como o bombardeamento à coluna de civis no Kosovo, provocaram centenas de mortos na Jugoslávia. Quem responde por estes crimes?

objectivo é que Milosevic enfrente a justiça pelos seus crimes e queremos que isso aconteça o mais cedo possível», disse Boucher.

Depois do ultimato exigindo a prisão de Milosevic até 31 de Março, os EUA parecem agora dispostos a dar ao governo jugoslavo algum tempo «para

sobre a «estratégia de governo perante o dealbar do século XXI», promovida pela revista britânica *The Economist*, Zizic afirmou que a confirmação dessa cooperação se «vai reflectir numa nova lei» que «está a ser elaborada e vai ser votada pelo parlamento federal» jugoslavo.

Curiosamente, até o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, que já parece ter esquecido a agressão da NATO à Jugoslávia à revelia de qualquer decisão das Nações Unidas, veio a terreno afirmar que a RFJ «tem o dever de cooperar» com o TPI, apelando a Belgrado «para encetar imediatamente negociações com o tribunal, para ver como pôr em prática esta cooperação».

Segundo Annan, «é importante que as pessoas responsáveis pelas violações das leis humanitárias internacionais e das leis e usos de guerra ocorridos durante o conflito na ex-Jugoslávia sejam postos à disposição da justiça internacional, segundo os procedimentos previstos». Naturalmente, Kofi Annan não estava a pensar nos EUA nem na Nato, mas nos sérvios.

A principal nota discordante deste coro veio da Federação Russa. Moscovo continua a considerar o caso Milosevic como «assunto estritamente interno». Das forças de esquerda às forças de direita não faltaram denúncias da «chantagem político-económica» de Washington e da «grosseira violação da política nacional» a que se assiste nos Balcãs.

Os Ayatolas de Washington

• Rui Paz

O ódio e o fanatismo com que os Estados Unidos vêm perseguindo o ex-presidente da Jugoslávia ultrapassa os métodos medievais e fundamentalistas dos Ayatolas iranianos. As somas oferecidas pelos seguidores de Khommeni aos aniquiladores dos inimigos do profeta não passam de gorjetas, comparadas com os 50 milhões de dólares com que Washington pretende recompensar Belgrado pela prisão de Slobodan Milosevic.

«A nossa nação foi escolhida por Deus e tem uma missão histórica, a de servir de modelo para o mundo inteiro», declarou Bush durante a campanha eleitoral. Pensamento idêntico já havia sido expresso, a 30 de Outubro de 1998, em Washington, por essa sacerdotisa da nova religião imperial, Madeleine Albright, ao afirmar que durante quase toda a sua vida «a América teve um papel dominante no sistema internacional» e que «hoje sente-se essa influência do domínio americano desde as ruas de Sarajevo às aldeias do Médio Oriente, das escolas da América Central até às salas do Tribunal da Haia».

Precisamente o Estado que desde 1945 até hoje possui o maior cadastro de crimes de guerra e contra a humanidade, o maior exportador mundial de instrumentos de tortura, arroga-se o direito de julgar o comportamento dos dirigentes de outros estados, seus adversários, e exigir a sua condenação. Sem a censura mundial que encobre os crimes da NATO e dos EUA e sem a máquina de propaganda da CNN, a actual ditadura militar, supranacional e planetária não se manteria um único dia no poder.

Ainda há poucos dias, de visita à Alemanha, o chefe do governo jugoslavo expôs as razões que levam «os democratas» da NATO em Belgrado a prenderem às ordens de uma potência estrangeira o dirigente do maior partido da oposição. «Os Estados Unidos são a única potência mundial e não faz sentido estar contra eles. As nossas instituições juntam material contra Milosevic...», afirmou Djindjic. Pelo menos o homem tem a vantagem de ser sincero. Não chama às ordens do patrão «respeitar os compromissos internacionais».

Qualquer pessoa com um mínimo de sentido lógico compreenderá que as

grandes potências, ao declararem a soberania dos restantes estados ultrapassada, obtêm para si mesmas um monstruoso alargamento da própria soberania, pois ficam em condições de ditar as regras não só na sua casa mas também em casa dos outros.

Perante o crescente desmascaramento das mentiras utilizadas pela NATO no desencadear da agressão contra a Jugoslávia, e do escândalo das armas de urânio, os xerifes mundiais pretendem com a comparação do ex-presidente jugoslavo em Haia levantar uma nuvem de fumo que possa salvar-lhes as últimas aparências de legitimidade para continuarem a desencadear novas guerras ilegais em violação da carta das Nações Unidas. Pretendem criminalizar a resistência do povo sérvio e de uma maneira geral toda a resistência contra a nova ordem mundial. Não deve ser mais permitido a um povo resistir, defender o seu país e decidir qual o sistema em que deseja viver.

Por ironia do destino, os homens de Bona em Belgrado detiveram o ex-presidente jugoslavo, por corrupção e abuso do poder, no mesmo dia em que os tribunais alemães arquivaram o processo contra o ex-chanceler Kohl, respeitante ao maior escândalo de corrupção político-económica da história da Alemanha. O chanceler, que durante dezasseis anos se manteve no poder com os dinheiros do Deutsche Bank, do império Flick e da Siemens, que recusa revelar à justiça os nomes de outros patrocinadores ilegais e que forneceu tanques à Arábia Saudita para encher os cofres do seu partido, passeia livremente pelo Bundestag como deputado, rindo-se da justiça alemã.

Milosevic não é o único prisioneiro às ordens do imperialismo. O líder do movimento do Curdistão, Oçalan, e as inúmeras vítimas torturadas pelos esbirros dos generais turcos da NATO, também se encontram nas masmorras de Ancara por ordem de Albright. E nós, portugueses, não devemos esquecer que ainda não há muito tempo os dirigentes da resistência timorense estavam encarcerados nas prisões indonésias dos amigos de Washington e de Bona. E porque na Palestina já não há prisões para encarcerar um povo inteiro, até as crianças são assassinadas pelos aliados israelitas da NATO.

Comentário do PCP

O Gabinete de Imprensa do PCP divulgou no dia 3 de Abril o seguinte comentário aos recentes acontecimentos na Jugoslávia:

«A prisão de Slobodan Milosevic na sequência do ultimato dos EUA, da chantagem de ajuda económica norte-americana e do afastamento de juizes que se opunham a abrir um processo ao ex-presidente da Jugoslávia, inquina as alegadas razões apresentadas para a sua detenção.

«O PCP chama a atenção para que tal detenção efectuada debaixo desta pressão viola o mais elementar espírito de justiça.

«A ninguém pode passar despercebido que Milosevic, no exercício das suas responsabilidades como Chefe de Estado, resistiu aos bombardeamentos dos EUA e da NATO contra a Jugoslávia e defendeu a soberania e integridade territorial do seu país.

«O PCP relembra que a guerra contra a Jugoslávia foi decidida em violação frontal da Carta da ONU e à margem do próprio Conselho de Segurança.

«A estratégia de criminalização, selectiva e arbitrária, de dirigentes políticos que se opõem às acções dos EUA, ao mesmo tempo que se banalizam as violações do Direito Internacional por parte dos dirigentes dos países da NATO, ou a seu mando, não pode ser admitida nem tolerada na vida internacional.»



• Manoel
de Lencastre

Criminosos de guerra querem repetir a História

O assalto imperialista ao Médio Oriente

A ânsia de ataque ao Iraque não tem limites. Tirando partido da situação do país como resultado da Guerra do Golfo, contrabandistas, ladrões e especialistas no roubo de objectos de arte, tiraram e continuam a tirar partido da herança histórica da Suméria, da Babilónia e da Assíria.

Nas circunstâncias políticas actuais permanece em dia a declaração do presidente Carter perante os barões da indústria do petróleo: «Qualquer tentativa de forças exteriores para o controlo do Golfo será vista pelos Estados Unidos como um assalto aos seus próprios interesses vitais e será repelida por todos os meios incluindo a força militar.» O Iraque, pelos vistos, está cercado por todos os lados. Não lhe permitem que respire. Mas a história da sua submissão, como sabemos, já vem de longe.

Quando o primeiro-ministro britânico, Disraeli, adquiriu acções do Canal de Suez em nome da Grã-Bretanha, em 1869, o Egipto caiu na órbita das duas grandes potências mundiais do momento, a Inglaterra e a França. Mas, depois de Gladstone ter ordenado o bombardeamento de Alexandria, em 1882, o principal país árabe foi ocupado, militarmente. O imperialismo britânico não perdeu tempo em adquirir «direitos excepcionais» no Golfo para proteger os seus interesses das ambições de terceiros - a Rússia czarista e a Alemanha imperial. Lord Curzon, uma das figuras de primeira grandeza na dilatação do Império britânico através do Médio Oriente, disse, nessa altura: «O conjunto de países na área do Golfo são uma espécie de figuras

num tabuleiro de xadrez onde o domínio do mundo será jogado e o futuro do Império britânico será decidido.»

Winston Churchill

Os britânicos, ao ser descoberto petróleo na Pérsia, logo obtiveram do Xá a concessão para a respectiva extracção. O Xá, como a pequena multidão de emires que vegetavam à sua volta, não tinha grandes recursos financeiros e, de aí, a sua submissão. À vista do potencial energético encontrado, fundou-se em Londres a célebre Anglo Persian Oil Company com capitais abundantes. Em 1912, o petróleo corria através de um oleoduto com 200 quilómetros de extensão para chegar à refinaria de Abadan. Então, quando a Grã-Bretanha entrou na 1.ª Grande Guerra Mundial, uma guerra de imperialistas contra imperialistas, e dadas as necessidades da Royal Navy em petróleo, o jovem Primeiro Lord do Almirantado, que outro não era senão Winston Leonard Spencer Churchill, adquiriu ao governo a maioria das acções da referida Anglo-Persian Oil, mais tarde a Anglo-Iranian e, depois, a British Petroleum, a BP dos nossos dias.

Os interesses do «mundo livre»

Em Abril de 1951, os trabalhadores árabes da refinaria de Abadan (BP) entraram em greve e, além da natural exigência de melhores salários e condições gerais, pediam o fim da dominação britânica sobre os recursos iranianos. Perante a enorme pressão popular que logo se alargou a todo o país, o primeiro-ministro, Mossadegh, colocou-se ao lado do seu povo. Em Londres, o governo trabalhista ameaçou logo com uma intervenção militar. Mas todo o Irão viajava já no excitante e patriótico percurso das nacionalizações. A indústria do petróleo, bem como todas as outras, todos os valores nacionais, teriam de ser propriedade do Estado iraniano. A Grã-Bretanha, enfim, teve de observar que existia um Tratado de amizade e defesa mútua entre o Irão e a URSS e decidiu

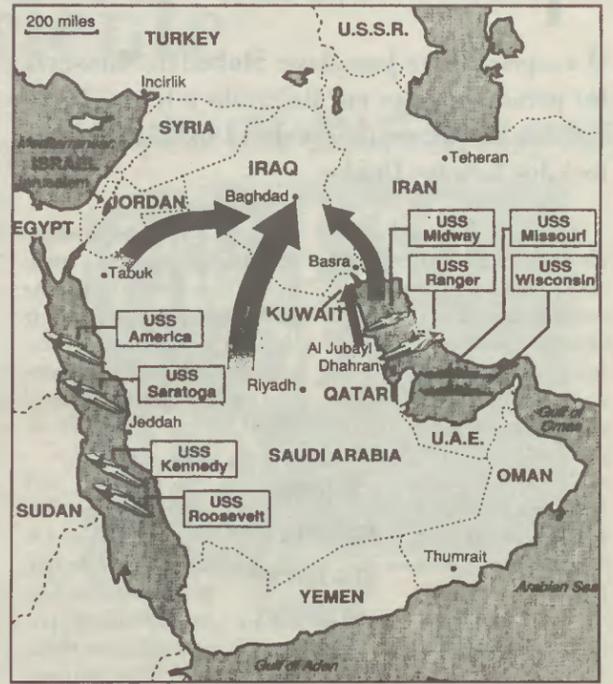
moderar as suas ameaças. Mas os principais políticos do Partido Trabalhista dessa época, Clement Attlee (primeiro-ministro), Ernest Bevin (Foreign Office), Morrison e Shinwell, ordenaram o boicote de todos os produtos petrolíferos iranianos. Posto que existia, apesar de intensas rivalidades no terreno, uma «relação especial» entre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha (que se mantém nos nossos dias para estrangular o Iraque), as duas potências divisaram os métodos mais adequados para sustentar e derrotar a revolução iraquiana e liquidar Mossadegh. A guerra secreta começou. Mossadegh foi assassinado pela CIA. E o presidente Eisenhower declarou que «teria de encontrar-se uma solução para que os interesses do mundo livre fossem protegidos».

O império turco entrava em desagregação. Os imperialistas incitavam os povos árabes contra o inimigo à vista, os turcos, mas apropriavam-se dos valores essenciais existentes nos seus países. Prometeu-se liberdade e democracia, a receita do costume, e em 1917, o governo britânico anunciava a histórica Declaração Balfour em que se prometia garantir o futuro da Palestina mas, também, uma pátria e um território para os judeus. Esta promessa, incompatível com as juras feitas aos povos árabes, seria aproveitada, mais tarde, pelos sionistas cuja sede de poder os levaria, até, a circunstâncias de colaboração com os próprios nazis.

Americanos...

Naturalmente, a regra de dividir para reinar impunha-se, claramente, se a Grã-Bretanha quisesse, como queria efectivamente, assegurar os interesses a longo prazo do imperialismo; o imperialismo cujo comité central, segundo Lenine, era o próprio governo britânico. Começaram a chegar à Palestina alguns contingentes, limitados, de judeus que serviriam de apólice de seguro para os imperialistas no dia em que os árabes quisessem ver realizadas as promessas que lhes haviam sido feitas. Porém, o sonho do Império do Médio Oriente que incluiria o Egipto e o Sudão, o canal de Suez, os emiratos do Golfo, Aden, a Palestina e o Iraque seria vulnerável, como foi, à política externa da URSS, ao emergir dos movimentos de libertação dos países árabes e ao aparecimento no jogo dos interesses económicos regionais dos gigantes americanos da indústria petrolífera.

Nos Estados Unidos, as grandes companhias, Esso, Mobil, Texaco, tinham-se constituído impérios, tal como os da Standard Oil, do multi-billionário Rockefeller. Ditavam leis ao Congresso e, praticamente, governavam o país. Assim, observando o inevitável ruir histórico do Império britânico, esses gigantes americanos lançaram-se, por sua vez, à conquista do Médio Oriente e dos seus recursos energéticos. Estabeleceram interesses no Iraque, no Irão, em Bahrain, no Kuwait e, principalmente, na Arábia Saudita. Neste país, fundaram a célebre ARAMCO (Arabian American Oil Company). E todos partiram para um futuro novo que, hoje, observado à distância de décadas, podemos considerar como tendo resultado catastrófico para todos os povos da região. E o pior, tudo o indica, ainda está para vir.



O canal do Suez

A luta dos povos árabes pela liberdade dos seus países, acentuava-se. Em 1952, o rei Farouk, do Egipto, um laiaio dos britânicos, era deposto pelo golpe militar dos oficiais patriotas comandados por Gamal Abdel-Nasser. A nacionalização do Canal de Suez não teve de esperar muito e ao regime de propriedade franco-britânica daquela via foi posto fim - uma profunda aspiração do povo egípcio. Mas o chefe do Partido Trabalhista de então, Hugh Gaitskell, acusaria Nasser de ser um segundo Hitler, o que abria caminho para os conservadores, no poder, começarem a preparar uma operação militar contra o Egipto. A finalidade dessa operação era a recuperação do controlo do Canal para o entregarem de novo aos capitalistas seus anteriores proprietários.

Nasser, entretanto, começara a organizar um profundo esquema de relações fraternais com a URSS culminando na histórica construção da monumental Barragem de Assuão, que passou a irrigar as terras estêreis das margens do Nilo e a possibilitar a produção de pão para um povo que tinha fome. Quando as tropas britânicas, francesas e israelitas assaltaram o Canal de Suez em Novembro de 1956, a aliança entre a URSS e o novo Egipto funcionou em pleno. As tropas invasoras tiveram de abandonar o país sob críticas virulentas e perante manifestações gigantescas de povo em todos os países do mundo. Nasser, no fim de contas, não foi derrotado. Nesses dias emocionantes, a nação árabe sentiu que o seu destino de luta se inspirava no exemplo de Nasser e dos seus oficiais. O imperialismo sofreu uma derrota profunda. O Canal, confirmado como propriedade do povo egípcio, foi encerrado à navegação durante nove meses. O petróleo do Médio Oriente deixou de poder atingir os portos de destino. O imperialismo, evidentemente, quando confrontado com condições desta natureza, recua para fazer as suas contas.

O movimento de libertação dos povos árabes ganhou novo impulso e alargou-se ao Iraque, à Argélia, à Síria, ao Iemen, a Aden. O prestígio da URSS aumentou em todos os recantos do Médio Oriente. Os imperialistas britânicos e franceses recuaram. Mas foram substituídos pelos americanos cujos interesses passaram a dar cobertura à reacção, ao fascismo, ao sionismo. Posto que a unidade no seio da nação árabe se tornou difícil e as intrigas das hidras do imperialismo se intensificaram, o que temos, agora, é o regresso da escravização dos povos do Médio Oriente. Vêmo-los submetidos a um poderio militar e a uma rede de chantagens económicas que os estrangulam e dilaceram. Mas vencerão. Um dia vencerão!

• Sérgio
Ribeiro

Notas sobre economia, hoje

Os sinais de crise na economia mundial, melhor, no capitalismo financeiro transnacional são muitos. Desde meio do ano passado esses sinais acumulam-se e cansa ver os esforços para mostrar optimismo, para anunciar recuperações, para fazer boa cara à má fortuna. E é verdade que de fortunas se trata mas não estão tão más como isso... O que há é mesmo uma situação que justificará o qualificativo de crise.

O que impressiona, pela desumanidade, é que nunca se fala de crise quando e porque a pobreza grassa, quando e porque aqui há desemprego e acolá o desemprego quantitativo-estatístico foi substituído pela precariedade e insegurança no trabalho, quando e porque o «mercado» é alimentado pela «oferta» de uma imigração que resulta de tráfico, agrava a exploração da força de trabalho e suscita vergonhosa especulação com alojamentos impróprios para seres humanos, quando e porque o sistema económico e financeiro cava desigualdades e assimetrias, quando e porque a informação, a educação e a saúde passam de direitos dos cidadãos a sectores



de desenfreada acumulação de capital. Tudo acompanhado pelo insano envenenamento ideológico!

Não se fala de crise quando e porque morrem crianças de fome à minguia de alimentos e de medicamentos por não terem dinheiro para essas mercadorias que dão lucro, apodrecem e caducam, mas sim quando os indicadores NASDAQ (da «nova economia») e DOW-JONES (da «velha economia») caem depois de muito terem subido, assumindo-se como a outra face do que, numa perspectiva humana, seriam os sinais da verdadeira crise, da social.

Depois de ter atingido o pico, provocado euforia e contribuído para uma *aceleração da polarização da riqueza* – do capital financeiro –, o NASDAQ, «a bolsa electrónica dos valores tecnológicos», da «nova economia», teve uma queda em Abril do ano passado, recuperou, voltou a cair a pique.

Muitos dos que perderam 50 a 90 por cento do valor das suas carteiras de títulos em poucos meses – depois do que ganharam, ou podiam ter ganho, sem «saber ler nem escrever», diga-se de passagem – esperam que se tenha «batido no fundo» e que se inicie uma recuperação, ou pelo menos se estabilize, mas há quem diga que não, que ainda falta muito para se atingir o chão da queda, assim como há quem diga «só sei que nada sei» (Warren Buffet, *Expresso* de 31 de Março), muito sócrático enquanto se entretém a comprar e a vender empresas como quem bebe copos de água... ou de Coca-Cola, dado que é de 9 por cento a sua quota-parte no grupo que fabrica e distribui a bebida, se é que hoje ainda são 9 por cento, se é que não aumentou, se é que não trocou por outros por cento em operações em que vislumbra-se crescer a sua fortuna, talvez a maior dos EUA depois destas quedas do NASDAQ e da generalidade das empresas da tal «nova economia».

A ilustração gráfica, retirada do *Expresso*, ajuda a ver a gravidade do trombolhão

Economia há só uma

Mas se é assim que se está a comportar a «nova economia» desmentindo as anunciadas benesses que trazia – e que trouxe... mas só para alguns, concentrando riqueza e poder –, também a «velha economia» não está com saúde.

No entanto, contrariando análises (de negócios), o que é urgente fazer, na nossa perspectiva, é recusar a separação entre «nova» e «velha» economia, a «nova» ligada a novas tecnologias, à especulação em informáticas e telemáticas, a «velha» – pobre, coitada! – reduzida à evolução das acções das empresas industriais, das actividades que fabricam coisas como ferro, aço, cimento e outras semelhantes obsolescências e inutilidades no ver de quem só tem olhos para as modernidades, embora não desdenhe jogar também no que compõe o tal DOW-JONES. Desde que seja jogo, casino, não hesitam. É especular, vilanagem!

Economia há só uma, a que organiza recursos para satisfazer necessidades humanas. E há uma sociedade dividida em classes em que uma aproveita essa organização, as relações sociais de produção que impõe, para que, a partir da exploração do trabalhadores, se faça em seu benefício, e não no das populações, a produção e a distribuição – seja por estradas secundárias que se descobre em que estado estão quando há desastrosas situações nas auto-estradas e itinerários principais, seja por outras auto-estradas, as da informação.

Por isso, é urgente denunciar que o comportamento da economia, da que nos interessa, não se mede pelas oscilações bolsistas, pelas especulações de vários tipos, mas sim pelo grau de satisfação das necessidades das pessoas.

Os juros

Os juros podem ser uma das pontes no entendimento da economia. Em dicionário muito neutro, muito inócuo, lê-se que «é o preço do serviço prestado por quem empresta a quem pede emprestado, e pago por este último para adquirir o uso de uma quantidade de dinheiro durante um determinado período». Quem compra um apartamento, por exemplo, pede dinheiro emprestado e fica a pagar juros, a uma taxa fixada em função da evolução dos preços. Tudo certo... ou talvez não.

Quem fixa a taxa? Se, antes, a fixação das taxas de juro era feita por quem, além de questões técnicas, teria em consideração os interesses de quem representava politicamente, agora quem fixa a taxa que decide quanto se paga de juros (para pagar empréstimos para habitação em Portugal, por exemplo) é quem mais ordena no Banco Central Europeu. E, segundo os estatutos desse BCE, quem decide apenas deverá ter em atenção o objectivo de controlar a evolução dos preços. No entanto, as coisas andam tão mal pela(s) economia(s) que se aceitou que, tal como no Federal Bank dos EUA, também se avaliassem os efeitos do nível das taxas de juro na evolução do crescimento económico, se usassem para contrariar a recessão e crise.

Durante dias falou-se disso, previu-se a descida das taxas, a partir de decisão de Duisenberg e seus pares – que 5 são, de nacionalidades diferentes mas onde não se senta nenhum português –, fizeram-se comentários e (talvez) apostas. Afinal, não se mexeu nas taxas. Agora.

De Frankfurt, talvez para se mostrar quem manda e não ceder ao que seria consensual, disse-se não, ou disse-se nada para ninguém, ou deu-se o quase-dito por não-dito.

O director do *Diário Económico* escreveu que «se as declarações irresponsáveis pagassem juros, muitos membros do Conselho de Governadores do Banco Central Europeu viviam hoje numa situação bastante mais aflitiva que as famílias mais endividadas de Portugal». É verdade, e perfilha-se o que segue a esta «entrada»: «É simplesmente inacreditável o espectáculo de horror que os respeitáveis senhores banqueiros centrais do Eurosistema nos têm proporcionado nos últimos dias» (editorial de 30 de Março), embora importe dizer que, mais que os banqueiros centrais, o que define o Eurosistema são os 6 executivos do BCE – que o director do *DE* poupa – é o poder financeiro que, por detrás destes, dita as (independentes?!!) decisões do BCE.

Em dicionário diferente do acima usado, juro é a «forma modificada da mais-valia, que, embora manifestando-se como o preço do dinheiro, consiste numa parte da mais-valia realizada na esfera da produção». Pois. Se só nesta esfera se cria valor (como pensamos e nada desmente), e se o dinheiro dá acesso ao valor criado sem que nada crie, mais dinheiro numas mãos e menos noutras transfere acesso ao que foi criado por quem produziu.

A economia existe

Uma última nota para lembrar que a *economia existe*. Semeia-se, colhe-se, produz-se, transforma-se, distribui-se, em condições que se vão modificando, em quadros de relações sociais que modificando se vão. Para a conhecer é preciso representá-la, representar os circuitos, os mecanismos, quantificar, encontrar indicadores, fazer cálculos, elaborar modelos, utilizar instrumentos sofisticados.

Os indicadores bolsistas são representações da economia. A partir deles se «faz de conta» que se conhece a economia que vivemos. Mas vivemos nós ao ritmo de ascensão e queda do NASDAQ ou do DOW-JONES? Claro que não. Mas também seria grave fazermos de conta que não têm nada a ver connosco... Têm, e muito, pelos reflexos das manobras que ilustram nas nossas vidas.

É muito significativo que outros indicadores directamente representativos do modo como a economia nos serve estejam a ser esquecidos ou escondidos.

Por exemplo, a *balança comercial*, cujo défice dá a dimensão da dependência (alimentar, por exemplo) em que estamos relativamente a economias organizadas em espaços que não naquele em que vivemos. Onde os números que a representam? Cada vez há mais dificuldades em os encontrar.

Por exemplo, a *repartição de rendimentos*. Ou seja, como se repartem pelos «factores de produção» – «trabalho» e «capital» – os rendimentos que retribuem os respectivos contributos para a riqueza produzida? É cada vez mais difícil encontrar nas estatísticas e contas públicas esta representação da economia que está na base do que leva a estudar e conhecer a concentração da riqueza e a extensão da pobreza, indicador que, embora não seja marxista, pode por nós ser aproveitado.



CDU – um projecto de futuro



No número anterior, a falta de espaço não nos permitiu incluir as intervenções de Heloísa Apolónia, do Partido Ecologista «Os Verdes», e de Blasco Hugo Fernandes, da Intervenção Democrática – ID, proferidas na sessão pública promovida em Lisboa pela Coordenadora da CDU, na qual foi apresentada por Jorge Cordeiro, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, a Declaração da Coligação Democrática Unitária e onde também discursou o Secretário-geral do Partido, Carlos Carvalhas. Pela importância de ambas as intervenções proferidas então por Heloísa Apolónia e por Blasco Hugo Fernandes, a que fizemos breves referências, publicamo-las hoje na íntegra.

Soluções de qualidade para uma vida melhor

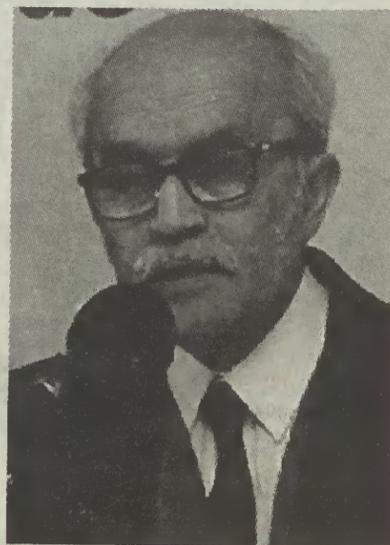
Blasco Hugo Fernandes

CDU – uma força junto das populações

Embora de Abril de 74 até aos nossos dias, graças ao poder local democrático, se tenham registado significativas melhorias na vida das populações – naturalmente mais numas do que noutras autarquias consoante o ideário e a coerência com a democracia participativa tenham ou não posição maioritária nos órgãos municipais eleitos –, a sociedade portuguesa, como geralmente todas as sociedades no mundo, atravessa uma profunda crise. Dela decorrem situações de grande vulnerabilidade e de exclusão social, designadamente nas zonas mais afastadas e, portanto, com menor acesso ao poder central, que limitam ou impedem às suas populações o pleno exercício da cidadania, nos planos económico, social e simbólico.

Se, por um lado, é necessário preservar as conquistas alcançadas, por outro, são incontornáveis novos avanços na melhoria das condições de vida, com base num profundo e actualizado conhecimento das realidades locais e das aspirações das suas populações, tendo em conta as exigências do desenvolvimento humano, no tempo presente. Esta crescente valorização e integração das sociedades locais requerem a intervenção não apenas junto das pessoas, mas também nos contextos que lhes são próximos. O que não exclui, antes exige, a promoção de um tipo de desenvolvimento que vença os desequilíbrios regionais, num quadro mais amplo de transformação das estruturas e do sistema socioeconómico. Agir local com a perspectiva global!

A Intervenção Democrática – ID – identifica-se profundamente com estes objectivos e com a dinâmica valorização das funções dos órgãos de poder local e da criatividade das populações – preocupações que são uma constante no trabalho quotidiano da CDU, desenvolvido ao longo dos anos pelos seus autarcas. Numa altura em que novos e complexos problemas se colocam a nível local, como os mais recentes acontecimentos o demonstram à sociedade, a CDU confirma-se como força de progresso e de reforço da democracia no plano local. A CDU apresenta-se como uma garantia de empenhamento pela promoção do bem-estar e da qualidade de vida das pessoas, consagrada na Constituição da República Portuguesa.



Heloísa Apolónia O nosso desafio

Relançamos hoje, publicamente, a CDU para as próximas autárquicas. O nosso desafio, até lá, é unir e reforçar esforços entre os que compõem esta coligação e com aqueles que, não militando num dos partidos dela integrantes, participam neste projecto CDU ou com aqueles que, simplesmente, simpatizam com a CDU.

Ampliar esforços para a criação de uma dinâmica de intervenção que nos permita confiar que, até às próximas autárquicas, a nossa mensagem chega ao maior número de pessoas e que o nosso projecto e aqueles que por ele vão dar a cara como candidatos nos mais diversos sítios são conhecidos e apreciados pelo maior número de pessoas.

É evidente que quanto mais diversificado for o campo de intervenção do nosso conjunto de candidatos, protagonistas do nosso projecto autárquico, mais sectores tocaremos. É, pois, importante que as nossas listas sejam representativas da nossa sociedade.

E por aí passa também a representação das mulheres. Sem permitir que as

mulheres figurem nas listas para preencher quotas, o que de contrário faria das mulheres meros números e adornos para fotografia, a CDU primará certamente pela efectiva valorização do papel das mulheres nas nossas listas, pela valia dessas mesmas mulheres. Para isso, «Os Verdes» darão certamente um bom contributo na CDU, dada a lata participação da componente feminina neste projecto ecologista.

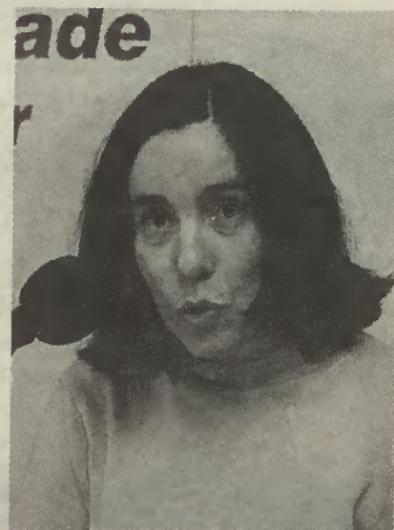
E dito isto, gostaria de acrescentar que «Os Verdes» atribuem uma importância muito significativa às eleições autárquicas.

É certo e sabido que consideramos o ambiente como um pilar fundamental para qualquer projecto de desenvolvimento. Ora, as autarquias locais têm uma importância fulcral na promoção do desenvolvimento, na defesa da qualidade de vida dos cidadãos e na preservação dos recursos naturais. As autarquias têm um papel fundamental na promoção de uma política para o ambiente localizada e integrada na reivindicação de uma política global para o ambiente.

E a verdade é que o poder local enfrenta hoje novos desafios da promoção da qualidade de vida, cada vez mais imperiosa e mais complexa, até à reabilitação de espaços numa nova concepção de bem-estar, cada vez mais exigente.

E para aceitar estes desafios, como o fazem os autarcas CDU, é preciso engrandecer o poder local, tonando-o mais forte, mas eficaz e sempre mais transparente. Objectivos completamente contraditórios com aquela que é hoje a política do PS, isto é, estrangulamento financeiro das autarquias, tentativa de diminuição da sua representatividade e da importância dos seus órgãos colegiais, expropriação de competências na área do urbanismo e do ordenamento do território aos municípios, centralizando-as o Governo para que certos «grandes» interesses sejam ouvidos.

Aliás, este Governo tem primado, pela subserviência aos poderosos, como o sector cimenteiro, a propósito dos resíduos industriais e da co-incineração, ou o sector da celulose, com as monoculturas florestais de espécies de crescimento rápido.



É de facto uma concepção de desenvolvimento muito diferente!

Por isso, a CDU vale a pena, e vale mesmo a pena que seja reforçada, porque um projecto plural, com componentes diversas tem sempre mais força na sua acção, sobretudo no engrandecimento do poder local, numa intervenção localizada para servir os cidadãos e as terras.

Esse será sempre o nosso objectivo, realizar um bom trabalho. Contem com o grande empenho de «Os Verdes».

Cinema

• Rogério Feitor

Muita gente ainda se lembra de um programa da SIC, agora difundido num canal alemão desportivo(?), que na altura causou alguma polémica no nosso país, escândalo superficial que, como todos o são, foi altamente empolado por alguns meios de comunicação duvidosos (e o desabafo foi completo). Esse programa, japonês, consistia em várias provas onde concorrentes gozavam com a sua própria atrapalhação. Essas provas, algumas à primeira vista bastante cruéis, tinham como principal mentor um



Samurais

japonês que se mascarava de Samurai e que ria de todas as humilhações infantis sofridas pelos concorrentes. O programa, em inglês, chamava-se Takeshi's Castle, o castelo de Takeshi. E ainda nessa altura ninguém suspeitava que era realmente Takeshi Kitano.

Mas no auge da sua fama eis que um terrível acidente pessoal o marca para o resto da sua vida. Devidamente enquadrado em todo o simbolismo manga (género de banda desenhada japonesa unida em torno dos olhos gigantes dos personagens, desejo eternamente alimentado pelos japoneses), Takeshi gozava com uma das suas potentes motos até que teve um acidente. Gravemente ferido, a sua recuperação foi lenta e não total. Samurai fisicamente diminuído, toda a sua raiva ancestral volta-se para o cinema, onde, mistura de uma infantil nostalgia e poesia ingénuas, cria uma das mais estranhas e luminosas obras do cinema contemporâneo.

A música

O filme que o revelou no Ocidente chamava-se **Sonatina**. Magoado, Takeshi baralha conscientemente sinais de violência com marcas de infância, levando membros da Yakuza (máfia japonesa) predestinados a morrerem, até uma praia, onde passam os seus últimos dias. A ligação ao mar neste autor é crucial. Também como ponto de fuga mas principalmente como fronteira limite dos passos de um homem, paradoxo poético que parece ser esta definição. Um Samurai é uma entidade terrena, o mar, apesar de todo o seu simbolismo, principalmente para nós, para Kitano apenas representa um desejo: o de morrer. Sonatina é um filme único, inclassificável, onde cores de infância se misturam com sangue adulto e brincadeiras mortais revertem para um imaginário poético onde a morte, destino comum a todos, parece ser exorcizada. Sem outra hipótese alguma, a personagem de Kitano suicida-se no fim. Por honra, um Samurai deve escolher a momento a sua morte e amá-la. Esta nunca pode ser acidental, como quase ia sendo o acidente de moto de Kitano.

Depois, um outro filme apareceu que o fez ultrapassar o

estatuto de revelação e tornou-o num dos grandes valores do cinema oriental e mundial. Na sua língua o título é **Hanna-Bi**, que foi traduzido para português como **Fogo de Artificio**. Desta vez Kitano passava para o outro lado da lei mas com os mesmos desejos do filme anterior. Traumatizado com a morte precoce do seu filho, com a morte de um seu colega devido à sua ousadia e um outro colega brutalmente transformado num deficiente motor, Kitano move-se silenciosamente, tentado sempre buscar uma redenção dos seus pecados, com um virtuosismo infantil que a todos encanta e espanta. Aliás, o seu colega deficiente funciona com um seu alter-ego mental, já que não podendo andar, materializa cromaticamente os seus desejos e pensamentos através da pintura (na realidade os quadros são do próprio Kitano). Mais uma vez, como um Samurai, Kitano age violentamente como se não houvesse perdão para actos genuinamente criminosos e inumanos. Por fim, repetindo praia e mar, Kitano volta a utilizar o suicídio como tentativa de domínio sobre a vida, sobre a natureza, sobre toda a imprevisibilidade trágica da condição humana. E, ficcionalmente, redime-se e redime o seu destino, levando consigo a sua mulher, também ela já condenada por meio de um cancro irreversível. Na cena final, uma criança que brinca na praia não acredita no que vê. Como que condenando uma indevida e precoce passagem da infância para o mundo adulto, passagem que nos faz esquecer brutalmente o estágio anterior.

Prólogo

Ou como Takeshi Kitano, através de uma obra coerente e redentora, venceu, como um verdadeiro Samurai, o desejo de morte que persiste em todos nós. Como desafiou, combateu e venceu não a morte, entidade inevitável, mas as consequências inesperadas de uma existência que tenta sempre fazer-nos tropeçar. E para os vencedores o prémio é real: uma vida, a vida, com todos os seus acontecimentos que nos elevam da condição animal para uma justa e terrena Condição Humana. Não há que desistir! Atente-se no exemplo dos Samurais.



Cartoon

• Monginho



Pontos Naturais

• Mário Castrim

Versos cor de Abril

Bênção

Abril. Canção sempre a haver.
Abril. A luz sem pecado.
Abril. Madrugada a ver.
Abril. A onda, o bailado.

Abril. Tão longe sofrido!
Abril. Não mais o regresso.
Abril de amanhãs tecido

dá-me a bênção, se a mereço.

Aniversário

Todos em casa
fazemos anos em Abril.

Um ar de festa
arde na tarde.

Não há bolo
nem velas.
Nem o parabéns a você
da habitual natividade.

E no entanto
subitamente
a impressão
de termos todos
a mesma idade.

Familiar

Certa ocasião
o avô sentou-me nos joelhos
e disse: «Vou-te contar...»
— Já sei, já sei — disse eu —
a negra noite do fascismo...

O avô não tem
o sentido de humor
mas acabou tudo
na brincadeira
porque é Abril
e em Abril
realmente
já nos podemos dar ao luxo
(incluindo o avô)
de sorrir.

História

Veio do povo a semente
o povo a lançou à terra
dia a dia a defendeu
do bico afiado dos pássaros
e com seu sangue a regou
foi a árvore crescendo
(entre o machado e o tronco
pôs sempre o seu corpo de aço)
até que a árvore deu flor
tantas pétalas feridas
tantos caules mutilados
tantas cores e tão breves
a flor sempre resistindo
a flor em cima do palco
da História deu espectáculo
com a sua fragilidade
com as suas danças toscas
e sempre mais ensaiadas
ouvi agora senhores
uma história de pascar
naquele dia, naquela
hora, a hora de ser,
da flor nasceu o fruto
natural de acontecer.

O povo o tomou nos braços
não o deixou afogar
e à noite o fruto mais doce
estava em Lisboa a varar.

Religiões

• Jorge Messias

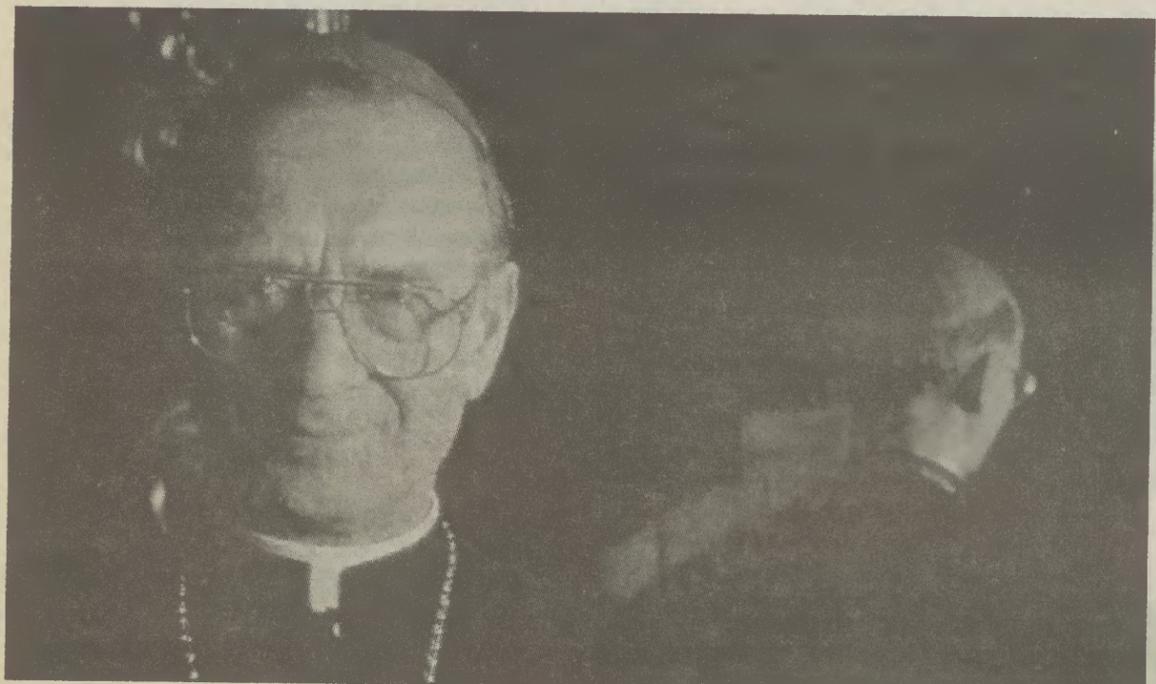
O imobilista

Embora seja evidente que o mundo católico virá a ter, em breve, um novo chefe, os cenários mais imediatos do governo da igreja não despertam qualquer expectativa. A tentativa de criação de um «suspense» em torno dos debates do novo conclave é pouco convincente. Todas as actuais grandes linhas doutrinárias prevalecerão. Isto, porque as polémicas conciliares enrouqueceram. Primeiro, calaram-se os *progressistas* cuja confrontação com os *conservadores* cedeu espaço às escaramuças entre *fundamentalistas* e *tecnocratas*, sobretudo a partir dos entendimentos alcançados entre as duas antigas fracções, depois da morte de Lefèbvre, o bispo integrista. Emudeceram as mulheres e curvaram-se os leigos ao peso do jugo eclesiástico. As lutas pela paz ou pelo termo do celibato dos padres são bandeiras rotas aos ventos da globalização. Na Cúria Romana imperam os «lobbies» sujeitos ao Papa. Navegam à vista, capitaneados pelo grande almirantado da *Opus Dei*. Ninguém é já capaz de se opor aos majestáticos centros de decisão da Santa Sé: a *Corte polaca*, formada pelos poderosos cardeais que Wojtyla chamou da sua terra natal; e as fabulosas *alianças de interesses* (expressão entendida em termos financeiros, políticos, teológicos e litúrgicos) organizados em torno dos ministérios da Cúria ou *dicasterios*. Trata-se de instrumentos de intervenção, de influência e de intimidação. Os seus pólos de convergência são constituídos por notáveis cujos nomes em breve ouviremos citar: Sodano, Somalo, Silvestrini, Pio Laghi, Ratzinger, Etchegaray, Piovanelli e Martini. Talvez que de entre estes saia o novo papa. Ou talvez não. A escolha, qualquer que ela seja, tornar-se-á irrelevante. O jogo está viciado. Com uma ou outra excepção (Ratzinger, Lorscheider, Aponte, Gantin, Otunga, Sou-Hwan, Taofinu'u), todos os cardeais com direito a voto no próximo Conclave foram pessoalmente nomeados por João Paulo II, sob proposta da Cúria a que, por inerência, o próprio Papa preside. E há outros bispos e outras tantas «lebres»: Trujillo, Tomko, Lustiger, Daneels, Mahony, Hume, Moreira das Neves. Um novo papa surgirá sem que se alterem os rumos da igreja-instituição: cruz, dinheiro e poder.

No entanto, todas as grandes manobras decorrem nos níveis superiores das cúpulas católicas. São, portanto, operações que se confinam em áreas fechadas. Passam à margem das preocupações dominantes na *igreja real*: o poder material e político que nada acrescenta ao prestígio espiritual; as alianças venais que mal se conseguem ocultar; a doutrina social, impotente para mobilizar o voluntariado; a derrota educacional da igreja que forma quadros para o capitalismo mas é incapaz de evitar que estes sucumbam às tentações do lucro e do sucesso pessoal.

É neste ponto que vamos encontrar uma moralidade e um protagonismo característico. O que prende, com as irreversíveis cadeias do tempo, a igreja institucional é o seu horror à análise e à crítica responsável. A igreja é, por princípio, una e triunfante. E esta certeza afasta-a do mundo real. Acaba por imobilizá-la e cavar um fosso entre uma hierarquia estratificada e a massa dos crentes que vêem na religião um amparo, uma utopia e uma esperança. A igreja institucional parou no tempo e fá-lo invocando princípios ideológicos que são alheios ao próprio cristianismo. Assim criou no seu seio um ser falhado, o *imobilista*, aquele que se revela na sua aversão ao progresso e usa, como justificação do seu evidente reaccionarismo, o argumento das certezas da fé, da pureza da doutrina e da fidelidade aos valores em que afirma acreditar. Afirma que a doutrina do papa é de origem divina e assim cala, em nome da tradição, a denúncia das injustiças e dos escabrosos escândalos que, silenciosamente, dilaceram a sua instituição.

Como é óbvio, tanto o imobilismo como o imobilista não representam exclusivo da igreja. Estão presentes em todas as instituições. É a abstenção e o olhar para o lado. É o peso morto. Não entendem - ou preferem não entender - que a fidelidade aos ideários ou às grandes utopias colectivas vai a par com a necessidade de protagonizar um movimento transformador da acção que muda quando o mundo muda, mercê dos progressos suscitados pelas lutas e pelo aperfeiçoamento do conhecimento humano.



Pontos Cardeais

Aviões e pressas

Os EUA estão muito incomodados com o facto de um seu avião-espião estar retido em território chinês, mais a respectiva tripulação de 24 homens, após ter sido forçado a uma aterragem de emergência numa ilha chinesa devido a ter chocado com um caça da República Popular da China que o havia interceptado em pleno acto de espionagem. O presidente Bush já regouga ameaças mais ou menos vagas, «exige» que as autoridades chinesas «não entrem no avião», que entreguem «de imediato» o aparelho e a respectiva tripulação, ao que, laconicamente, a RP da China já respondeu que no seu território é ela que manda e mais ninguém, ao mesmo tempo que recorda ter sido o avião norte-americano a invadir o seu território e não o contrário.

Compreende-se a pressa dos EUA em reaver o seu engenho de guerra. Ao que consta, este seu avião-espião está equipado com a mais sofisticada tecnologia e, nestas coisas da espionagem, o segredo é absolutamente a alma do negócio.

Entretanto, será adequado lembrar que os próprios EUA não tiveram pressa nenhuma em devolver um caça soviético Mig-29 - na altura um aparelho ultra-secreto - que nem sequer praticara qualquer acto de espionagem: limitou-se a pedir autorização para uma aterragem de emergência no Japão devido a uma avaria - que lhe foi concedida pelas autoridades nipónicas - e que os EUA pura e simplesmente roubaram e transportaram ilegalmente para o seu território na América, onde o retiveram mais de um mês para minuciosa «inspecção» e fizeram todos os esforços para «convencer» o seu piloto a desertar - coisa, aliás, que ele firmemente recusou, exigindo regressar ao seu país.

Barómetros

As «sondagens» e os

«barómetros» de opinião tornaram-se uma praga em tudo o que é órgão de comunicação social de expressão nacional e não há jeito de a eles nos escaparmos, mais às suas douradas opiniões acerca de nós próprios, portugueses ou, o que é pior, do que afirmam ser o que nós queremos, dizemos ou pensamos. Mas às vezes há coincidências curiosas. É o caso das últimas sondagens e inquéritos que confluem todos na conclusão de que a maioria dos portugueses considera que a situação económica do país vai piorar no próximo ano de 2002, apesar de Guterres e o seu dinâmico Governo afirmarem o contrário - ou seja, que as coisas não vão piorar nem os portugueses estão inquietos. Aliás, segundo o Executivo socialista, andamos até bastante felizes com o «pleno emprego» que abençoou o país (apesar do encerramento sucessivo de fábricas que engrossam o número de desempregados) e outras benfeitorias várias.

Quem mentirá? As sondagens? Os portugueses nas suas respostas às sondagens?

Ou o Governo?!...

Areias

Segundo as conclusões do relatório final sobre o acidente de Entre-os-Rios já antecipadas pelos órgãos de informação, uma das principais causas do desastre terá sido o descalçamento do pilar da ponte que desabou, devido a fenómenos de erosão generalizada com origem na extracção indiscriminada de areias ao longo do leito do rio.

Sabido isto - e sabendo-se, como se sabe, como evoluem em Portugal estas coisas do apuramento de responsabilidades públicas e privadas - o mais certo é vermos serem processadas diversas retro-escavadoras, quicá algumas gruas com ar mais suspeito, para depois esperarmos calmamente que os processos sigam o seu curso normal de prescrição...

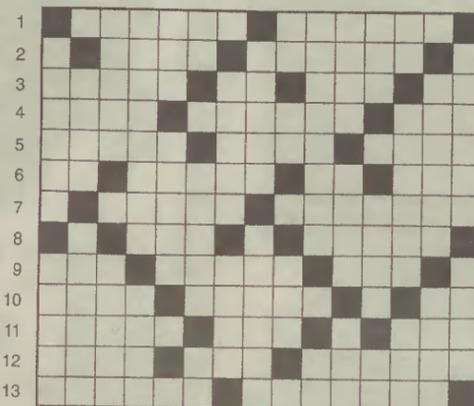
Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 - Domicílio; glutão. 2 - Porco (prov.); soleira da porta. 3 - Vestimenta larga e sem mangas, para abrigo da cabeça e do tronco; aqui; rio da Suíça que banha a cidade de Berna; pedra de amolar. 4 - Cingir; finório; observar. 5 - Genérico; destino; intuito. 6 - A minha pessoa; o salto do calçado; medida japonesa equivalente a dois decilitros; aqui está. 7 - Vaso alto, próprio para conter água; que sofreu derrota. 8 - Monarca; soco. 9 - Red. de para; descanso religioso que, conforme a lei de Moisés, os Judeus deviam observar no sétimo dia da semana; transpira. 10 - Actuar; nivelar; contr. do pron. pess. compl. me com o pron. dem. a. 11 - Relativo a muro; relação; maior. 12 - Prender com peias; contr. da prep. a com o art. def. o (pl.); conjunto de navios de guerra de uma nação. 13 - Audácia; aclamação festiva.

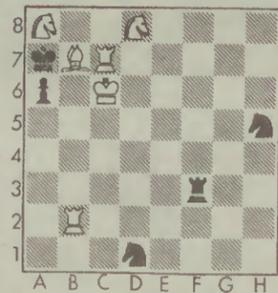
VERTICAIS: 1 - Figura; grande planície coberta de pastagens, na América do Sul. 2 - Incrédulo; levantar. 3 - Enfeitar; detestar. 4 - Fotografar, pintar ou desenhar a figura ou imagem de; escasso. 5 - Pergaminho da pele de vitela (ant.); deuses protectores do lar e da família, entre os antigos Romanos. 6 - Contr. da prep. de com o art. def. o; produzir; contr. da prep. a com o art. def. o. 7 - Casa muito grande; elemento de formação de palavras, de origem grega, que exprime a ideia de peso, gravidade. 8 - Beijo; bebida refrescante gaseificada. 9 - Medida itinerária chinesa; Índio (s.q.); semelhante. 10 - Descida do hidravião na água; outra coisa. 11 - Gato (infant.); imposto gravoso; larva que se cria nas feridas dos animais. 12 - Móvel onde se dispõem e guardam bebidas com ou sem álcool, ao balcão ou em mesas; suplicio; mulo. 13 - O espaço aéreo; nome comum do molusco acéfalo lamelibrânquio, cuja concha os romeiros usavam como insígnia, no chapéu; certamente. 14 - Intrometido; maneira de ser. 15 - Permeável; viga.

9 - Lt; In; tal; 10 - Amaregem; al; 11 - Muro; rel; 12 - Prender com peias; contr. da prep. a com o art. def. o (pl.); conjunto de navios de guerra de uma nação. 13 - Audácia; aclamação festiva.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



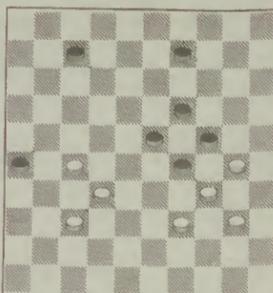
Xadrez

DCCXCV - 5 DE ABRIL DE 2001
PROPOSIÇÃO N.º 2001X12Por: Otto Wursburg
«The Problem», 25.IV.1914Pr.: [5]: Pa6 - Cs. d1, h5 - Tg3 - Ra7
Br.: [6]: Cs. a8, d8-Bb7-Ts. b2, c7-Rc6

Mate em três lances

SOLUÇÃO DO N.º 2001X12 [O.W.]1. Rd5! [Ameaça: 2. Bc6/Cc6#]; 1.
Td3+; 2. Rb5! e.g.; 1. Td5+; 2. Rd4!
e.g.; 1. Cc3+; 2. Rb4! e.g. 1. Cc3+;
2. Rb5! e.g. 1. Cf4+; 2. Rd6! e.g.
1. Cf6+; 2. Rb6! e.g. A. de M. M.

Damas

DCCXCV - 5 DE ABRIL DE 2001
PROPOSIÇÃO N.º 2001D12Por: P. Lauwen
[NL.] - 1971Pr.: [7]: 7-9-19-23-24-26-29
Br.: [7]: 27-30-32-34-37-39-40

Brancas jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 2001D12 [P.L.]1. 37-31, (24x33); 2. 32-28, (23x21);
3. 34x3=D +

A. de M. M.

LISBOA

Almoço-convívio da célula da INCM (Imprensa Nacional-Casa da Moeda): sábado às 13h no Centro de Trabalho Vitória.

Almoço-convívio da freguesia de S. Jorge de Arroios: na «Tasca do Careca» (Pç. José Fontana), sábado às 13h.

Convívio do Sector da Cultural Literária/SI da ORL: terça-feira, 10, às 18h, no CT Vitória.

MARINHA GRANDE

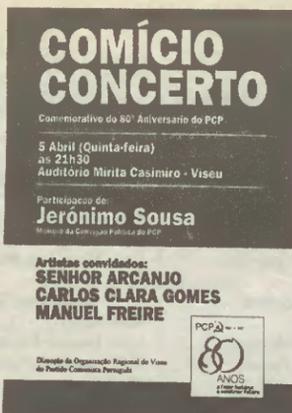
Tertúlia de Sábado: «O Projecto Comunista» - debate com o camarada Carlos Aboim Inglez, sábado a partir das 21h30 no Centro de Trabalho.

ODIVELAS

Almoço-convívio da freguesia de Odivelas, também para entrega dos novos cartões do Partido, com a participação de Paula Henriques: no Centro de Trabalho, sábado, 7, às 13h.

OEIRAS

Convívio da organização da freguesia de Carnaxide, com entrega dos novos cartões do Partido: sábado, às



16h, no Centro de Trabalho, com a presença de Leonor Barão.

Almoço-convívio da organização da freguesia de Queijas: domingo, às 13h, no Centro de Trabalho, com a presença de Alexandre Teixeira.

PALMELA

Jantar comemorativo na Sociedade Recreativa Águias da Aroeira: dia 7 às 20h.

PÓVOA DE SANTO ADRIÃO

Convívio comemorativo, com a presença de Dias Coelho: sábado, 7, a partir das 16h, nas antigas instalações da JF, na Rua Mestre de Avis.

SETÚBAL

Na S.M. Capricho Setubalense - Um conjunto de iniciativas comemorativas do aniversário do Partido, que inclui: Exposição comemorativa (dias 6, 7 e 8, com abertura dia 6 às 18h); Debate com José Casanova: «A Democracia Cultural, factor de desenvolvimento» (sábado, às 21h); Histórias clandestinas («Histórias verdadeiras da clandestinidade, contadas pelos que as viveram») com a participação do camarada Sérgio Vilariques (domingo às 21h).

SANTIAGO DO CACÉM**A IMPRENSA COMUNISTA ANTES E DEPOIS DO 25 DE ABRIL****Debate****com Exposição-Oficina**

com os camaradas Raul Costa e Maria Júlia (tipógrafos da última edição clandestina do *Avante!*)

Leandro Martins e Joaquim Gomes

Sábado, 7, às 15h, no Centro de Trabalho

Setúbal**Encontro Regional de Reformados**

Sábado, 7, a partir das 14h30, na colectividade «Os Alentejanos», na Baixa da Banheira com a participação de Jorge Pires

Setúbal**Assembleia da Organização da Célula da LISNAVE/GESTNAVE****«Intervir com os trabalhadores, reforçar o PCP»**

Domingo, 8, das 8h30 às 13h, nas instalações da Pluricoop na Terroa

Guarda**Reunião distrital sindical**

Domingo, 8, das 10 às 13h, no CT de Seia, com a participação de Jerónimo de Sousa

Amadora - Sector de Empresas - Plenário para discussão das lutas em curso, balanço e seu desenvolvimento, e da situação política, designadamente candidatura CDU à CM Amadora: hoje, quinta-feira, às 18h30, no CT da Amadora, com Carlos Chaparro.

Lisboa - Sector dos Artistas Plásticos, Arquitectos e Designers/Sector Intelectual da ORL: reunião no CT Vitória, hoje, quinta-feira, às 21h. Sector do Património Cultural e Natural e Sector da Comunicação Social/Sector Intelectual da ORL: sexta-feira, 6, no CT Vitória, respectivamente às 18h30 e 21h.

Freguesia de Penha de França - Plenário de militantes: CT da Graça, dia 7 às 15h.

Freguesia de Marvila - Plenário de militantes: CT de Marvila, dia 7 às 15h.

Freguesia de Socorro - Plenário de militantes sobre as eleições autárquicas: segunda-feira, 9, às 18h30, no CT Vitória.

Sector do Cinema/Sector Intelectual da ORL: terça-feira, 10, 18h30, CT Vitória.

Célula do INETI (FP) - Reunião no CT do Lumiar: terça-feira, 10, 13h.

Célula do IICT (FP) - Reunião no CT de Alcântara: quarta-feira, 11, 12h30.

Freguesias de S. Cristóvão/S.Lourenço - Plenário de militantes sobre as eleições autárquicas: quarta-feira, 11, às 18h30, no CT Vitória.

Freguesia de S. José - Plenário de militantes sobre as eleições autárquicas: quarta-feira, 11, às 20h30, no CT Vitória.

Porto - Célula dos STCP - Plenário de militantes: sábado, 7, às 10h, no Centro de Trabalho da Boavista.

Seixal - Célula dos Trabalhadores da CM: reuniões dos núcleos Educação/Cultura Popular (dia 5, 17h30); Divisão Recursos Humanos (dia 6, 17h30); Divisão Desporto (dia 10, 17h30) - todas no CT do Seixal.

Sintra - Organismo de Empresas - Reunião sobre a situação política e questões de organização, com a participação de Arménio Carlos: dia 10 às 21h30, no CT do Cacém.

Aigualva-Cacém - Plenário de militantes para discussão da questão da divisão da Freguesia em quatro outras (S. Marcos, Cacém, Mira-Sintra, Aigualva): sexta-feira, 6, às 21h30, no CT do Cacém.



Loures - Entre as iniciativas da CDU/Loures que terão lugar nos próximos dias destacam-se: no dia 6, às 21h, no CT do PCP, reunião da Coord. CDU, com José Manuel Abrantes.; plenário CDU/Moscavide, no dia 7, às 16, na Casa da Cultura ou Bomb. Voluntários; plenário CDU/S. Julião do Tojal, dia 7 às 17h. Sábado, 7, às 13h, realiza-se um almoço de apoiantes da CDU no Centro de Trabalho do PCP em Camarate.

Sintra - Encontro Concelhio da CDU - Sábado, 7, a partir das 14h30, na Escola Secundária Ferreira Dias em Aigualva-Cacém, com a participação de Jorge Cordeiro e de outros dirigentes nacionais da CDU.

Oeiras - Plenário de activistas de Porto Salvo: dia 7, às 16h, no Centro de Trabalho local.

Distrito de Santarém - Salvaterra de Magos - Encontro Concelhio da CDU: sexta-feira, 6, 21h, Centro de Trabalho do PCP.

Coruche - Encontro com a população de Fajarda (dia 7, 17h, no Centro Social da ACDR Fajardense) e com a de Rebocho (dia 6, 21h, no Centro Social) - sempre com a participação de eleitos na CM, AM e Junta de Freguesia respectiva.

Vila Franca de Xira - Encontro Concelhio da CDU - No salão dos Bombeiros de Póvoa de Santa Iria, com a participação de Carlos Chaparro: sábado, às 15h.

CDU apresenta candidatos

• **Município de Estremoz**
No salão dos Bombeiros Voluntários, dia 7 às 17h.

• **Município de Silves**
No Hotel Colina dos Mouros, sexta-feira, 6, às 18h30.

• **Município de Vila Viçosa**
No restaurante «Ninho dos Cucos», na Mata Municipal, com a participação de Daniel Branco: dia 8 às 12h30.

• **Freguesia da Brandoa (Amadora)**
Domingo, 8, às 15h, no Salão Polivalente da Brandoa.

Visitas de trabalho do deputado do PCP de Braga

O camarada **Agostinho Lopes** estará neste próximo fim-de-semana em Cabeceiras de Basto (para um debate sobre a elevação de Cavêz a vila - dia 7 às 17h na EB 1 de Ferreirinha em Cavêz, e um outro em Vieira do Minho (sobre a elevação de Rossas a vila - dia 7 às 21h, na JF de Rossas). No domingo Agostinho Lopes visita o Loteamento Sto. António em Palmeira de Faro (Esposende)

Carlos Carvalhas no Distrito de Braga

O Secretário-geral do PCP estará hoje e amanhã no distrito de Braga, consoante da agenda da visita:

Hoje, quinta-feira

- Encontro com a Interjovem, na Casa do Trabalhador em Braga - às 11 h;

- Encontro com a Associação de Estudantes da Universidade do Minho, na sede da A.U.M. em Gualtar, Braga - às 14h30;

- Encontro com a Plataforma Distrital dos Estudantes do Ensino Secundário de Braga, na sala da Associação dos Estudantes da Esc. sec. D. Maria II - às 16h30;

- Apresentação pública dos cabeças de lista da CDU do concelho de Braga, no Restaurante Populo - às 18h;

- Apresentação pública dos cabeças de lista de Vila Nova de Famalicão, no Resturante Dona Antonieta - às 21h.

Sexta-feira

- Visita à empresa «Império», em Braga - às 9h30;

- Encontro com a Associação de Defesa dos Agricultores do Distrito de Braga, nomeadamente sobre questões relacionadas com a febre aftosa, na sede da A.D.A.D.B., Rua Lopes Gonçalves Maximinos - às 11h30;

- Visitas à freguesias de Selho S. Cristóvão, S. Martinho Candeoso e Gondar - durante a tarde;

- Jantar no Restaurante Jordão», em Guimarães, para apresentação do cabeça de lista da CDU à Câmara Municipal de Guimarães.

★

Assembleia da OR Castelo Branco

Carlos Carvalhas estará presente na 3.ª Assembleia da Organização Regional de Castelo Branco, sábado, dia 7, a partir das 10h30, na Escola Secundária Frei Heitor Pinto, na Covilhã, intervindo na sessão de encerramento (cerca das 17h).

★

«Semana da Saúde»

No âmbito da «Semana da Saúde» que o PCP está a promover sob o lema

«Saúde: pública e para todos»,

Carlos Carvalhas, acompanhado por Bernardino Soares, estará presente na reunião com a Comissão de Utentes do Hospital Amadora-Sintra que se realiza terça-feira, dia 10, na Junta de Freguesia de Venteira, Amadora, e no encontro com a Plataforma Sindical da Saúde, que terá lugar nesse mesmo dia, às 17h30, no Sindicato dos Médicos (R. Pascoal de Melo, 1).

★

Congresso das Colectividades

O Secretário-geral do PCP, integrando uma delegação do Partido, participa na sessão de encerramento (domingo às 11h30) do Congresso das Colectividades, que se realiza este fim-de-semana no Pavilhão Paz e Amizade, em Loures.

Excursões a Baleizão

no dia 20 de Maio, promovida pela Comissão de Freguesia de Amora do PCP

(Custo: 2200\$00.

Inscrições no CT de Amora)

Associação de Amizade Portugal-Cuba

BRIGADA JOSÉ MARTI

De 8 a 29 de Julho de 2001

Trabalhos agrícolas

- Conferências sobre a

revolução cubana - Visitas

a Santa Clara - Encontros

com dirigentes - Visitas a

escolas e CDR's - Actividades

desportivas - Música - Aulas

de espanhol e dança cubana

(Informações na sede da Associação, R. Rodrigo da Fonseca, 107, r/cE 1070-239 Lisboa Tel./Fax 21 3857305)

Viagem ao Canadá

Toronto-Niagara-Mil Ilhas-Ottawa-Montebello-Quebec-Tadoussac-Montreal

10 a 20 de Julho de 2001 organizada pela DORS do PCP (Informações: cam. Adelaide Tel. 265 526 123)

ATVer

Sorrisos de uma Noite de Verão, uma fábula mordaz e maliciosa num jantar em pleno Verão nórdico



Sorrisos de uma Noite de Verão

(Sexta-feira, 6 de Abril, RTP-2)

Sorrisos de uma Noite de Verão, realizado em 1955, é a 16.ª longa-metragem de **Ingmar Bergman** e também o filme que o consagrou definitivamente a nível mundial. Sem ceder a modas ou convenções impostas pela grande indústria cinematográfica, Bergman construiu uma obra pessoalíssima e a todos os títulos singular na história do cinema europeu e mundial. Perito a dissecar as almas e as relações humanas, expondo-as nas suas grandezas e misérias através de efabulações onde pontifica, serena e inesgotável, uma profunda cultura humanística, Bergman apresenta neste **Sorrisos de uma Noite de Verão** uma fábula mordaz e maliciosa sobre os (des)encontros amorosos de várias personagens reunidas num jantar mágico e bucólico em pleno Verão nórdico. Nota de rodapé: este foi também o primeiro filme de Bergman exibido em Portugal, ao qual a censura amputou qualquer coisa como 12 minutos (!), considerados «escandalosos» pelas mentes perversas e broncas dos censores...

Iluminata

(Sexta-feira, 6 de Abril, RTP-1)

John Turturro, um dos bem aproveitados actores de cineastas como os irmãos Cohen, realiza e interpreta com talento esta peça teatral de Brandon Cole sobre o mundo do teatro nova-iorquino no início do século. Uma comédia com cuidada reconstituição de época e actores do gabarito do próprio Turturro, **Susan Sarandon**, **Cristopher Walken** e **Ben Gazzara**.

O Guerreiro Yakuza

(Sábado, 7 de Abril, RTP-1)

Yakuza, a máfia japonesa, tornou-se mundialmente célebre através da indústria cinematográfica de Hollywood, que viu nela um jazida para filmes de acção em paragens exóticas, produzindo alguns bons filmes e um avantajado caixote de lixo. Este **O Guerreiro Yakuza** tem a grande vantagem de ser feito no país de origem por um japonês de talento – **Eiichi Kudo** – o que explica que, embora o filme não escape a alguns estereótipos da indústria norte-americana (comercialização *oblige*), mesmo assim seja um *thriller* de *gangsters* realmente «à japonesa», com o que isso significa no quadro da sofisticada e brilhante cinematografia do «País do Sol Nascente».



Tootsie, uma comédia rica de sentidos onde **Dustin Hoffman** é, simplesmente, genial

Carga Infernal

(Sábado, 7 de Abril, RTP-2)

Carga Infernal é uma co-produção luso-francesa dirigida por **Fernando d'Almeida e Silva** em 1995, desenvolvendo uma história policial de enigmáticas implicações políticas, que começa num assassinio e acaba num misterioso tráfico de cereais para África ao abrigo de acções humanitárias, que aqui surgem como cobertura à corrupção e ao crime. Com **Patrick Catalifo**, **Filipe Ferrer**, **Cucha Carvalheiro** e **João Lagarto**, entre outros.

Tootsie – Quando ele era ela

(Domingo, 8 de Abril, na TVI)

Produzido e realizado por **Sydney Pollak** em 1982, **Tootsie** conta a história de um actor desempregado que, em desespero de causa, se disfarça de mulher e, nessa qualidade, não apenas consegue trabalho como se torna uma vedeta de televisão com prestígio nacional, sucesso que se complica quando o actor se apaixona por uma colega de trabalho a quem não pode, obviamente, revelar a sua identidade. Este é o ponto de partida numa comédia inteligente e rica de sentidos, onde **Dustin Hoffman** é, simplesmente, genial na interpretação de um actor que, perante os nossos olhos, muda de «homem» para «mulher» e vice-versa, num verdadeiro festival de representação.

A Missão

(Terça-feira, 10 de Abril, RTP-1)

Aqui está uma super-produção à americana com origem no Reino Unido. Dirigido por **Roland Joffé** e interpretado por duas «estrelas» de peso – o britânico **Jeremy Irons** e o norte-americano **Robert De Niro** – **A Missão** é quase um épico ambientalista tendo como pano de fundo a floresta amazónica nos tempos coloniais do século XVIII e por conflito nuclear a defesa dos índios em território Guarani feita por dois europeus (um jesuíta e um mercenário «convertido» à causa) contra a ganância e a prepotência dos colonizadores da época – Portugal e Espanha –, bem estribados numa não menos gananciosa Santa Sé, mais sensível à «dilatância da fé» nas terras ameríndias e decorrente enriquecimento próprio, que à defesa elementar dos direitos dos índios, então traficados como escravos. É pena que Portugal – cujo papel histórico é geralmente esquecido em ficções do género – tenha aqui um protagonismo que, na realidade, não desempenhou. As despesas da tragédia ameríndia desta época pertencem, fundamentalmente, a Espanha...

Quinta, 5

VRTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
08.40 Guia Dia a Dia
10.00 Praça da Alegria
12.30 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Emoções Fortes
15.30 Marcas da Paixão
16.30 Ramona
17.35 Quem Quer Ser Milionário?
18.00 Quebra Cabeças
18.30 Ajuste de Contas
19.40 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Quem Quer Ser Milionário?
21.35 O Café da Esquina
22.05 Grande Informação
23.00 JAG - Em Nome da Justiça (Estreia)
24.00 24 Horas
24.30 «Direita Volver» (de Penny Marshall, EUA/1994, com Danny De Vito, Gregory Hines, Cliff Robertson. *Comédia*)

VRTP 2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil- Juvenil
12.30 Fronteira Ocidental
13.00 Zapping
14.00 Portugal sem Fim

Sexta, 6

VRTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
08.35 Guia Dia a Dia
10.00 Praça da Alegria
12.25 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Emoções Fortes
15.30 Marcas da Paixão
16.30 Ramona
17.35 Quem Quer Ser Milionário?
18.00 Quebra Cabeças
18.30 Ajuste de Contas
19.40 Regiões
20.00 Telejornal
21.05 Quem Quer Ser Milionário?
21.35 Alves dos Reis
22.40 Cromos de Portugal II
23:20 Histórias da Noite
24.00 24 Horas
24.30 «Iluminata» (de John Turturro, Katherine Borowitz, Susan Sarandon. *Ver Destaque*)

VRTP 2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil-Juvenil
12.30 A Caça e a Conservação da Fauna
13.00 Livres e Iguais
14.00 Portugal sem Fim

Sábado, 7

VRTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
12.35 Moda 21
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Top +
15.15 7 Em L.A.
16.15 Felicity
18.10 «As Melhores Amigas» (de Marcello Cesena, Itália/1998, com Stefania Rocca, Simona Cavallari, Vanessa Marini. *Comédia*)
20.00 Telejornal
21.05 Sábado à Noite
22.40 Lei Marcial
23.40 24 Horas
24.00 Máquinas
24.35 «O Guerreiro Yakuza» (de Eiichi Kudo, Japão/1997, com Kiyoshi Nakajo, Nagare Hagiawara, Ken Keneko. *Ver Destaque*)

VRTP 2

07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
12.00 Iniciativa
14.00 Parlamento
15.00 Desporto
19.00 «Carga Infernal» (de P. de Sousa, J. Minet e M. Brover, Portugal/França/1995, com Patrick Catalifo, Teresa Madruga,



«O rosto da notícia»
Debate conduzido por Maria Elisa

15.00 Por Outro Lado
16.00 Euronews
16.30 Informação Gestual
17.45 Espaço Infantil
18.30 Informação Religiosa
19.00 Andamentos IV
19.30 Um Retrato de Ernest Junger
20.10 Viver no Campo
20.40 2010
21.50 RTP Economia
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Artigo 37
00.30 «O Testamento do Sr. Napumoceno» (de Francisco Manso, Portugal/1997, com Nelson Xavier, Maria Ceiga, Chico Diaz. *Drama*)

VSIC

08.00 Buéréré
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.10 A Próxima Vítima
15.30 A Viagem
16.40 Malhação
17.40 Um Anjo Caiu do Céu
19.00 O Cravo e a Rosa
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 Ganância/Porto dos Milagres
23.30 Noites Marcianas
02.00 Jogo Limpo
04.00 Portugal Radical
04.30 Vibrações

VTVI

08.30 Animação
10.00 Tic Tac Milionário
11.30 Big Brother II
13.00 TVI Jornal
14.00 Big Brother II Extra
14.30 Chiquititas
15.30 Batatoon
18.00 Todo o Tempo do Mundo
19.00 Olho Vídeo
19.30 Big Brother Extra
20.00 Jornal Nacional
21.00 Olhos de Água
22.00 Big Brother II
23.05 As Pupilas do Senhor Doutor
23.45 A Bola É Nossa
01.30 Última Edição
02.20 Que Loucura de Família
02.50 O Vingador



«A minha família é uma animação» Série de ficção portuguesa

15.00 Conversa Privada
16.00 Euronews
16.30 Informação Gestual
17.45 Espaço Infantil
18.30 Informação Religiosa
19.00 100.000 Porquês
19.25 Basquetebol
21.15 Viver no Campo
21.50 RTP Economia
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Dharma e Greg
23.30 A Outra Face da Lua
01.00 «Sorrisos de uma Noite de Verão» (de Ingmar Bergman, Suécia/1955, com Ulla Jacobsson, Gunnar Bjornstrand, Eva Dahlbeck. *Ver Destaque*)

VSIC

08.30 Buéréré
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.10 A Próxima Vítima
15.30 A Viagem
16.40 Malhação
17.40 Um Anjo Caiu do Céu
19.00 O Cravo e a Rosa
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 Ganância/Porto dos Milagres
23.30 Noites Marcianas
02.00 Jogo Limpo
04.00 Portugal Radical
04.30 Vibrações

VTVI

08.30 Animação
10.30 Tiro e Queda
11.00 As Pupilas do Senhor Doutor
11.30 Big Brother II
13.00 TVI Jornal
14.00 Big Brother II Extra
14.30 Chiquititas
15.30 Batatoon
18.00 Todo o Tempo do Mundo
19.00 Olho Vídeo
19.30 Big Brother II Extra
20.00 Jornal Nacional
21.00 Olhos de Água
22.00 Big Brother II
23.05 «Jovem Procura Companheira» (de Barbet Schroeder, EUA, com Bridget Fonda, Jennifer Jason Leigh, Steven Weber. *Thriller*)
01.05 Última Edição
01.55 «Nas Teias da Máfia» (de Jim McBride, EUA/1986, com Dennis Quaid, Ellen Barkin, Ned Beatty. *Thriller*)
03.55 Que Loucura de Família
04.25 O Vingador

Filipe Ferrer. *Ver Destaque*)
20.45 Horizontes da Memória
21.20 Bombordo
22.00 Jornal África
22.30 Jornal 2
23.00 O Lugar da História
24.00 Britecom («A Ilustre Casa de Blackadder IV» «A Família Royle» «My Hero»)
01.30 «O Elemento do Crime» (de Lars Von Trier, Dinamarca/1984, com Michael Elphick, Esmond Knight, Me Me Lai. *Policial*)
03.00 Prazeres

VSIC

07.00 Zip Zap
11.15 Dá-lhe Gás
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.10 «Quando os Animais Falavam» (de Allen Goldstein, EUA/1998, com Richard Mulligan, Shirley Jones, BobCat Goldwait. *Aventura*)
16.10 «Pai Natal... à Força» (de John Murlowski, EUA/1996, com Hulk Hogan, Don Stark, Robin Curtis. *Comédia*)
18.20 Mundo Vip
18.50 Cravo e a Rosa
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
23.00 Herman SIC
01.00 Sexappeal
02.10 Ténis Masters Series Miami
02.20 «O Amor é uma Grande Aventura» (de Blake Edwards, EUA/1989, com John Ritter, Vincent Gardenia, Alyson Reed. *Comédia*)
04.30 Portugal Radical

VTVI

08.00 Animação
11.15 Top Rock
12.00 Big Brother II
13.00 TVI Jornal
14.00 Contra Ataque
15.00 4ª a Fundo
15.15 Caras Lindas
16.30 «A Montanha do Diabo» (de Jon Cassar, EUA/1999, com Shannon Tweed, Terry 'Hulk' Hogan, Carl Weathers. *Ação*)
18.30 União de Leiria/
/Sporting
21.00 Jornal Nacional
21.45 Super Pai
22.30 Born Lá Marina
23.00 «Força em Alerta I» (de Andrew Davis, EUA/1992, com Steven Seagal, Damian Chapa, Lee Hinton. *Ação*)
24.40 Lux
01.30 «Última Suspeita» (de Farhad Mann, EUA/1997, com Veronica Hamel, Joe Penny, Daniel Hugh Kelly. *Suspense*)
03.30 «O Último Suicídio» (de Stephen Ray, EUA/1997, com Keanu Reeves, Thomas Jane, Claire Forlaine. *Drama*)
05.30 Mistério em Família

Domingo, 8

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Made in Portugal
15.15 «O Coreúnda» (de Philippe de Broca, França/1997, com Daniel Auteuil, Fabrice Luchini, Vincent Perez, Marie Gillian. *Aventuras*)
17.30 Agora é que São Eles
18.50 Futebol - 1.ª Liga Boavista/ Farense
21.00 Telejornal
22.10 Turnos de Risco
23.05 O Rosto da Notícia
24.05 Domingo Desportivo
01.15 Magazine Liga dos Campeões
01.45 24 Horas
02.05 «Lua Assassina» (de John Bradshaw, EUA/2000, com Penelope Ann Miller, Daniel Baldwin, Daniel Kash. *Drama*)

▼ RTP 2

07.00 Euronews
09.30 Programa Religioso
10.30 Missa
11.15 Horizontes da Memória
11.55 Encontros de África (Estreia)



«A illustre casa de Blackadder» Série humorística inglesa

12.30 Palácio de Cristal
13.30 Com a Criança nos Braços
14.00 Desporto 2
18.30 Uma Gota para a Vida
19.30 Uma Mulher de Branco
20.30 Onda Curta («Morte em Londres» de Thomas Napper, Reino Unido/1996, «Alexandra ou Nunca Mais» de Valéria Ascah, Canadá/2000)
21.00 Futurama
21.30 Artes e Letras - Jean Paul Riopelle
22.30 Jornal 2
23.00 Travessa do Cotovelo
00.15 «Van Gogh» (de Maurice Pialat, França, com Jacques Dutronc, Alexandra London, Gérard Séty)

▼ SIC

07.00 Zip Zap
12.00 BBC Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.50 Big Show SIC
18.00 Grande Jogo Benfica/Marlino
19.00 Maluco do Riso
20.00 Jornal da Noite
21.00 Popstars
22.00 Gala Globos de Ouro 2000
01.00 «Lições Privadas II» (de Dominique Othenin-Girard, EUA/1993, com Ray Garaza, Mariana Morgan. *Érotico*)
03.00 Portugal Radical

▼ TVI

06.30 Animação
11.00 Espaço Religioso
11.15 Missa
13.00 TVI Jornal
13.30 Dawson's Creek
14.30 «Tootsie - Quando Ele Era Ela» (de Sydney Pollack, EUA/1982, com Dustin Hoffman, Jessica Lange, Teri Carr. *Ver Destaque*)
16.30 «Sexo, Baratas e Rock N'Roll» (de John Payson, EUA/1996, com Jerry O'Connell, Megan Ward, Jim Sterling. *Comédia*)
18.30 Big Brother
19.00 Super Pai
20.00 Jornal Nacional
21.00 Super Pai
22.00 Olhos de Água
22.45 Big Brother
23.20 112
23.50 «Assassino Até ao Fim» (de Noel Nosseck, EUA/1995, com Michael Bard Bayer, Christine Cavanaugh, Bruce Davison. *Thriller*)
01.50 «Uma Escolha Errada» (de Nick Havinga, EUA/1989, com Jeanetta Arnette, Margaret Avery, Mary Frann. *Drama*)
03.50 Mistério em Família

Segunda, 9

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
10.00 Praça da Alegria
12.30 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Emoções Fortes
15.30 Marcas da Paixão
16.30 Ramona
17.30 Quem Quer Ser Milionário?
18.10 Quebra Cabeças
18.45 Ajuste de Contas
19.40 Regiões
20.00 Telejornal
21.05 Lotaria Nacional
21.15 Quem Quer Ser Milionário?
21.50 A Febra do Ouro Negro
23.00 Jogo Falado
24.50 24 Horas
01.25 «Independência ou Morte» (de Carlos Coimbra, Brasil/1972, com Tarcísio Meira, Glória Menezes, Dionísio Azevedo. *Drama Histórico*)

▼ RTP 2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil-Juvenil
12.30 100.000 Porquê
13.00 2010 (R)
14.00 Portugal sem Fim



«O vingador» Série policial

15.00 Parlamento
16.00 Euronews
16.30 Informação Gestual
17.40 Espaço Infantil
18.30 Informação Religiosa
19.00 Rotações
19.30 Contemplando a Salvação (Estreia)
20.25 Viver no Campo
20.50 Por Outro Lado
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Os Sopranos
24.00 Artes de Palco
02.00 Andamentos

▼ SIC

08.00 Buééré
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.10 A Próxima Vítima
15.30 A Viagem
16.40 Malhação
17.40 Um Anjo Caiu do Céu
19.00 O Cravo e a Rosa
20.00 Jornal da Noite
21.00 Maluco do Riso
22.00 Ganância/Porto dos Milagres
23.30 Noites Marcianas
02.00 Estoril Open
02.10 «Por Favor Matem a Minha Mulher» (de Jim Abrahams, David e Jerry Zucker, EUA/1986, com Danny DeVito, Bette Midler. *Comédia*)
04.00 Portugal Radical

▼ TVI

08.00 Animação
10.30 Tiro e Queda
11.30 As Pupilas do Senhor Doutor
12.10 Big Brother II
13.00 TVI Jornal
14.00 Big Brother II
14.50 Chiquitas
15.20 Batatoon
18.00 Todo o Tempo do Mundo
19.00 Olhó Video
19.30 Big Brother Extra
20.00 Jornal Nacional
21.00 Super Pai
22.00 Olhos de Água
23.00 Big Brother
24.00 Pretender IV
01.00 Até que a Lei os Separe
02.10 Última Edição
03.00 Mercy Point
04.00 Que Loucura de Família
04.30 O Vingador

Terça, 10

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
10.00 Praça da Alegria
12.30 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Emoções Fortes
15.30 Marcas da Paixão
16.30 Ramona
17.35 Quem Quer Ser Milionário?
18.10 Quebra Cabeças
18.40 Ajuste de Contas
19.40 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Quem Quer Ser Milionário?
21.35 «Virus» (de John Bruno, EUA/1998, com Jamie Lee Curtis, William Baldwin, Donald Sutherland. *Ficção Científica*)
23.20 «A Missão» (de Roland Joffé, Reino Unido/1986, com Robert de Niro, Jeremy Irons, Ray McAnally. *Ver Destaque*)
01.30 24 Horas
02.00 «Miami Cidade em Fúria» Longa Metragem

▼ RTP 2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil-Juvenil
13.00 O Lugar Da História



14.00 Portugal sem Fim
15.00 Artigo 37
16.30 Informação Gestual
17.45 Espaço Infantil
18.30 Informação Religiosa
19.00 Bombordo
19.30 Contemplando a Salvação
20.10 Viver no Campo
20.40 O Triunfo dos Porcos
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Conversa Privada
24.00 «Barcelona» (de Whit Stillman, EUA/1994, com Taylor Nicholas, Chris Eigeman, Tushka Bergen. *Comédia*)
01.40 Rotações

▼ SIC

08.00 Buééré
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.10 A Próxima Vítima
15.30 A Viagem
16.40 Malhação
17.40 Um Anjo Caiu do Céu
19.00 O Cravo e a Rosa
20.00 Jornal da Noite
21.00 A Mulher não Entra
22.00 Ganância/Porto dos Milagres
23.30 Noites Marcianas
02.00 Estoril Open
02.10 Noites Longas: «Iannis Xenakis, Something Rich and Strange», «Balthus»
04.00 Portugal Radical

▼ TVI

08.00 Animação
10.00 Tiro e Queda
11.00 As Pupilas do Senhor Doutor
11.30 Big Brother II
13.00 TVI Jornal
14.15 Big Brother II Extra
14.30 Chiquitas
15.30 Batatoon
18.00 Todo o Tempo do Mundo
19.00 Olhó Video
19.30 Big Brother II Extra
20.00 Jornal Nacional
21.00 Big Brother
00.40 Ally McBeal
01.35 Última Edição
02.25 Que Loucura de Família
02.55 O Vingador

Quarta, 11

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
10.00 Praça da Alegria
12.30 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Emoções Fortes
15.30 Marcas da Paixão
16.30 Ramona
17.35 Quem Quer Ser Milionário?
18.00 Quebra Cabeças
18.30 Ajuste de Contas
19.40 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Bar da Liga
21.05 Maiores de 20
22.05 Quem Quer Ser Milionário?
22.35 «Instantes Decisivos» (de Peter Howitt. Reino Unido/EUA/1998, com Gwyneth Paltrow, John Hannah, John Lynch. *Comédia*)
24.15 Bull
01.15 24 Horas
01.45 «Entre Gigantes» (de Sam Miller, Reino Unido/1997, com Pete Postlethwaite, Rachel Griffiths, James Thornton. *Comédia*)

▼ RTP 2

07.00 Hora Viva



09.45 Espaço Infantil-Juvenil
12.30 Andamentos
13.00 O triunfo dos Porcos
14.00 Portugal sem Fim
15.00 Travessa do Cotovelo
16.00 Euronews
16.30 Informação Gestual
17.45 Espaço Infantil
18.30 Informação Religiosa
19.00 Onda Curta
19.30 Contemplando a Salvação
20.10 Viver no Campo
20.40 Livres e Iguais
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Fenómeno
24.00 Sinais do Tempo
01.00 Departamento de Homicídios

▼ SIC

08.00 Buééré
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.10 A Próxima Vítima
15.30 A Viagem
16.40 Malhação
17.40 Um Anjo Caiu do Céu
19.00 O Cravo e a Rosa
20.00 Jornal da Noite
21.00 O Programa da Maria
22.00 Ganância/Porto dos Milagres
23.30 Noites Marcianas
02.00 Estoril Open
02.10 Noites Longas: «Pecados da Carne»
04.00 Portugal Radical

▼ TVI

08.00 Animação
10.00 Tiro e Queda
11.00 As Pupilas do Senhor Doutor
11.30 Big Brother II
13.00 TVI Jornal
14.00 Big Brother II
15.15 Batatoon
17.10 Big Brother II
20.00 Jornal Nacional
21.00 Olhos de Água
22.00 Big Brother II
23.05 Tic Tac Milionário
01.20 Última Edição
02.10 «As Vítimas do Fugitivo» (de Chris Buckley, EUA/1998, com Justine Bateman, Barry Bell, John Benes. *Thriller*)
04.10 Que Loucura de Família
04.40 O Vingador

Nota:
A Redação não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após

TVisto

• Correia da Fonseca

Milosevic e a gula dos «media»

Não recordo que nas décadas mais recentes, e por sinal também nas anteriores, a detenção de uma figura política tenha tido um tão amplo tratamento televisivo quanto a do ex-presidente Milosevic, cuja prisão foi aliás noticiada por mais de uma vez em falsas notícias que indiciavam uma ansiedade curiosa por parte do jornalismo internacional. Por mim, se é que este pormenor conta, direi que fiquei satisfeito com o desenlace das horas de suspense e satisfeito por várias razões; apenas tenho algumas dúvidas sobre se este será o verdadeiro desenlace ou apenas uma etapa num processo que em fases posteriores pode não se revelar tão agradável e, digamos, tão limpo. Mas isso interessa pouco ou nada quando o que aqui mais importa comentar é o que se viu e ouviu na TV, não o que porventura se admite que nela venha ainda a ver-se e ouvir-se. Admito que Milosevic seja o responsável por crimes, e graves crimes classificáveis como tendo sido «contra a humanidade». Aliás, é sabido por quem o quer saber que nos Balcãs tem sido uma espécie de tradição histórica a prática de crimes desses, e também que quem há uns anos decidiu chegar fogo àquele barril de pólvora, um sujeito alemão de apelido Kohl, não podia ignorá-lo. Contudo, o que me espanta, ou melhor, o que só não me espanta porque em certos contextos já nada pode espantar-me, é que Milosevic seja tratado pelos media livres e democráticos como sendo de longe o maior, se não o único grande criminoso da região. Porque, por exemplo, há a Croácia, cuja tradicional bestialidade militar tanto se afirmou quando participou ao

lado de uma italiana com nome de soprano lírico em ópera italiana e que agora não me ocorre sem que valha a pena procurá-lo. Sei, e isso basta, que desempenha o papel de presidente do tribunal que sediado em Haia foi criado especialmente a pensar em Milosevic, embora entretanto se tenha aplicado a mandar prender e julgar personagens menores. Porém, fortes indícios sugerem que a ária que a aparente diva canta foi composta do lado de lá do Atlântico, e o caso é que a hipótese tem todo o ar de ser verdade, rimando perfeitamente com o pouco ou nenhum interesse jornalístico dos efeitos dos bombardeamentos NATO/USA sobre a Jugoslávia. Bem sei que Milosevic, enfim preso («na cadeia», como mais de uma vez ouvi dizer numa TV em que o voz parecia rebolar-se de democrática satisfação quando, noutros casos, a televisão costumava contentar-se em dizer que os alegados criminosos haviam sido «detidos» ou «presos»), ainda não está a caminho de Haia ou, mais amplamente, de uma prisão no Ocidente Atlântico. Dizem que Kostunica não quer. Resta saber por quanto tempo pode não o querer. É que já se percebeu claramente que o Ocidente atlantizado aprendeu a aplicar aos desobedientes o estratégico método cristão que parece ter aprendido com o doutor Salazar e com a sua fórmula: «cortem-lhes o pãozinho». Poderá haver quem objecte, perante o aqui escrevo, que estou a exceder-me, que isto já não é comentário à TV mas texto político. Essa eventual objecção, porém, lembra-me o director de uma revista onde escrevi antes de Abril de 74. Dizia



o excelente senhor que eu não tinha nada de aludir ao que na TV de então não se via nem ouvia, mas exclusivamente ao que lá se passava (e ainda assim com conta, peso e medida, é claro). Como se a qualidade de uma televisão não se avaliasse tanto pelo que ela mostra como pelo que ela esconde, e essa total avaliação global não devesse ser exactamente a raiz do juízo crítico. Ora, acontece que

lado de Hitler na Segunda Guerra Mundial e que foi «libertada» da integração na Federação Jugoslava graças ao reconhecimento unilateral pela Alemanha, feito aliás contra a expressa opinião dos parceiros atlânticos, num acto que, dizem agora esquecidos pareceres insuspeitos, foi decisivo para a explosão balcânica. Será que só os crimes imputáveis a Milosevic têm interesse jornalístico e os restantes são apenas condimentos, se é que chegam a sê-lo?

felizmente Abril de 74 já aconteceu e que neste jornal se mantém, o que por acaso não ocorre em todo o lado. Pelo que posso fazer aqui, na limitação do que sei, crítica à TV na totalidade que inclui o que me fornecem e o que me recusam. Quanto a Milosevic, espero que seja julgado e condenado pelo que fez. Não em todo o caso, como me parece ser o desejo do aparente soprano italiano com partitura americana, pelos supostos vestígios de comunismo que alguns desejariam julgar nele e condenar. Não, pelo menos enquanto estiverem em liberdade Bill Clinton e Javier Solana. dispense-me de explicar porquê.

Enfim, preso

Bem sei que contra Milosevic se levantou e continua a levantar-se a

A talhe de foice

• Henrique Custódio

O «três» e as obras

As obras públicas em Portugal vivem subordinadas ao número três.

Realizam-se a três velocidades – devagar, devagarinho e paradas.

Resultam de três preços – o estimado, o orçamentado e o rectificado.

Concluem-se em três prazos – o prometido, o adiado e o efectivo.

São objecto de três inaugurações: a do lançamento da primeira pedra, a da comemoração do primeiro troço e a da conclusão propriamente dita.

São reivindicadas por três mentores – os do governo actual, os do governo anterior e os do governo local. Têm três utilidades – a da propaganda para quem encomendou, a do lucro para quem construiu, a do lucro para quem renegociou a conclusão (em geral, os mesmos do lucro anterior).

Às vezes também acabam por ter uma quarta utilidade – a de servir os utentes a quem se destinam e, se for caso disso, os concessionários a quem for dada a sua exploração.

Finalmente, podem concluir-se em três estados: o calamitoso, a pedir obra nova, o defeituoso, a exigir emenda urgente, e o normal, a causar espanto por isso mesmo.

Além disso, custam geralmente o triplo do previsto e satisfazem um terço do esperado.

Seria bom que estivessemos a exagerar, mas as confirmações não param – saltam de obra em obra, onde quer que ela mexa ou pareça estar a mexer.

Esta semana, o Metro do Porto foi atingido por novo adiamento de conclusão (agora atirada para meados de 2004), alterado no preço (com mais não sei quantos milhões de contos pelos túneis adentro) e «renegociado» com os construtores na base de mais uma percentagem como «prémio» caso eles cumpram... o novo prazo a que agora se comprometeram! Isto enquanto os trabalhos prosseguem à velocidade prevista: devagar, devagarinho e paradas.

Também esta semana o recém-alargado aeroporto do Funchal – obra inaugurada com grande foguetório há menos de seis meses – começou a ser recusado por várias companhias aéreas por alegada insegurança. Esta «obra-prima da tecnologia aeroportuária» (no dizer dos seus inauguradores) é acusada de padecer do «efeito bolha» (no dizer dos pilotos), o que provavelmente terá a ver com o facto de tanta gente importante se ter posto a arrotar postas de pescada sobre o assunto. Certo, certo é que está na eminência de uma remodelação urgente, se não mesmo de obra nova.

Em Lisboa, o alargamento do Metro patina no Terreiro do Paço após quase o ter afundado, enquanto os novos troços em funcionamento já sofrem de copiosas infiltrações na estação Baixa-Chiado.

E a coisa vai por aí fora, governos PS e PSD adentro: a Ponte Vasco da Gama foi construída sobre uma falha geológica a que ninguém ligou, a EXPO esbanjou fortunas que ninguém apurou, o Centro Cultural de Belém custou o triplo e ninguém questionou, a Via do Infante abateu na inauguração e continua com as inclinações ao contrário, os IP's modernizaram o país com vias rápidas para a morte, a ponte de Santarém foi feita com pressa a mais e iluminação a menos, a nova auto-estrada do Algarve demora mais tempo a fazer 10 km do que Vasco da Gama a chegar à Índia. Tudo isto, é claro, a três velocidades, a três preços, a três prazos, a três inaugurações e com três mentores. Só há uma trilogia que não acomete as obras públicas e os governantes seus responsáveis.

A que agrupa, singelamente, o trabalho, a honestidade e a competência.

Campanha do PCP denuncia Serviços de saúde pioram

O PCP pretende chamar a atenção para a actual situação na área da Saúde e, para isso, promoveu a Semana da Saúde, que se prolonga até à próxima terça-feira. «Saúde: pública e para todos» é o lema desta iniciativa nacional lançada por Bernardino Soares, na segunda-feira.

Durante a semana, dirigentes e deputados do PCP visitam unidades de saúde e mantêm encontros com utentes e profissionais de saúde, abordando as propostas do PCP relativas, nomeadamente, aos acessos aos cuidados de saúde, recursos humanos, medicamentos, humanização e desburocratização dos serviços e gestão pública das unidades de saúde.

Um folheto de apoio à iniciativa, denuncia o agravamento dos problemas na área da saúde e apresenta medidas visando a defesa e melhoria do funcionamento do Serviço Nacional de Saúde.

Em conferência de imprensa, Bernardino Soares, membro da Comissão Política do PCP, denunciou o rápido agravamento do estado da saúde

populações e dos profissionais, reclamando as medidas necessárias para a melhoria do Serviço Nacional de Saúde.

Carências humanas

A falta de recursos humanos é apontado como um dos problemas mais graves, fruto de uma política de estagnação na formação de profissionais conduzida pelo PS e pelo PSD. «Chega-se ao ponto de haver serviços, designadamente em centros de saúde, que não funcionam por falta de profissionais», denuncia o PCP.

Segundo os últimos dados divulgados, faltam aos quadros dos serviços públicos, metade dos médicos, um em cada três enfermeiros, metade dos técnicos

de António Guterres prometeu recuperar no ano passado 26 mil cirurgias em lista de espera e anunciou a concretização de cerca de 15 mil, mas hoje sabe-se que tal não foi cumprido.

Face a esta situação, o grupo parlamentar do PCP contactará directamente os hospitais públicos envolvidos no «Programa Acesso», a fim de conhecer com rigor o seu desenvolvimento, exigindo igualmente que o Governo cumpra a lei e preste de dois em dois meses informação fidedigna à Assembleia da República.

Especialidades

Muitos milhares de cidadãos esperam também meses e mesmo anos para ter acesso a consultas de especialidade, apesar de o Governo ter assumido o compromisso de que no fim do ano passado 35 por cento das consultas de especialidade teriam resposta até 35 dias e as restantes num máximo de 45 dias. O certo é que não se conhecem medidas concretas para o acesso em tempo aceitável a estes serviços.



O PCP acusa o Governo de se manter refém dos interesses farmacêuticos

em Portugal, em consequência da política do Governo. Seja pela aplicação de medidas e orientações contrárias às necessidades da população e dos profissionais, seja por falta de intervenção na resolução dos seus principais problemas.

«O Governo tem contribuído para a degradação dos serviços públicos de saúde, para com isso justificar a sua privatização», denuncia o PCP. Tal situação é aliás visível na cada vez maior intervenção das

cos superiores de saúde e dos técnicos de diagnóstico e terapêutica e um em cada quatro auxiliares e administrativos. Ao mesmo tempo, sabe-se que em 2005 mais de 40 por cento dos actuais médicos terão mais de 55 anos, percentagem que aumenta para cerca de 95 por cento em 2015.

Quanto às listas de espera, o PCP acusa o Governo de não aplicar a lei aprovada no Parlamento por proposta do grupo parlamentar comunista. O exe-

O PCP aborda também a questão do subfinanciamento dos serviços públicos de saúde, apesar de Portugal ser simultaneamente o país da União Europeia onde a percentagem do PIB aplicada à despesa pública com a saúde é a mais baixa e aquele onde os cidadãos mais gastam directamente do seu bolso com a saúde (cerca de 45 por cento).

«Mas é também verdade que uma parte desses recursos é

desperdiçada», afirma. É o que acontece com os medicamentos, sem que isso se traduza em benefício da população. No final de Fevereiro, só a dívida vencida às farmácias ascendia a mais de 150 milhões de contos. «Isto só acontece porque o Governo opta por se manter refém dos poderosos interesses desta área e se recusa a aplicar as medidas necessárias à racionalização dos gastos», considera.

Oito propostas

- Rápida recuperação das listas de espera para consultas de especialidade e cirurgias nos serviços públicos;

- criação de um novo modelo de gestão pública das unidades de saúde, que ultrapasse os constrangimentos existentes, garanta a gestão competente, defenda os direitos dos profissionais, promova a articulação entre unidades e integre a participação efectiva das autarquias e dos utentes;

- abolição das taxas moderadoras, pelo seu carácter injusto e por constituírem um encargo burocrático;

- criação de um plano de emergência de formação de profissionais de saúde, que inclua o rápido aumento das vagas nos estabelecimentos de ensino superior e o fim do congelamento de vagas nos quadros do SNS;

- uma política que garanta menos custos com medicamentos para o Estado e para a população, aplicando a prescrição pelo princípio activo e a elaboração de um formulário nacional do medicamento, ou a dispensa gratuita de medicamentos nos hospitais sempre que isso signifique menos gastos em relação aos encargos com a comparticipação nas farmácias privadas;

- criação de um plano para assegurar a assistência dentária nos serviços públicos;

- adopção de medidas para a fixação de médicos, enfermeiros, técnicos, administrativos e auxiliares nas zonas carenciadas e nos centros de saúde;

- elaboração de um plano nacional de equipamentos para os centros de saúde.

CGTP defende alterações na Segurança Social

A CGTP-IN defende a realização urgente de alterações profundas na legislação, na composição e competência do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social e do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social.

O objectivo da central sindical é travar os «interesses que se perfilam, cujo objectivo é dominar o IGFCSS para mais facilmente aceder à gestão do

Fundo de Estabilização, suportado financeiramente pelo dinheiro dos trabalhadores».

Assim, a CGTP propõe o direito de participação das organizações sindicais no sistema de segurança pública e que a prática de determinados actos dos dois organismos seja objecto de controlo externo mais intenso, nomeadamente pela tutela e pelo Parlamento.

A central sindical condena a

atribuição da subcontratação das carteiras dos fundos a entidades privadas e considera que o IGFCSS tem plena capacidade e condições para o fazer.

Por fim, os sindicalistas afirmam que os diplomas que regem os organismos precisam de ser adaptados às disposições da nova lei de bases da Segurança Social, em matéria de capitalização pública de estabilização.

